

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE
ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS

CARMEN LIA REMEDI FROS

**CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO: SUGESTÕES PARA A
IMPLANTAÇÃO NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIPAMPA**

Santa Maria, RS
2017

Carmen Lia Remedi Fros

**CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO: SUGESTÕES PARA A IMPLANTAÇÃO
NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIPAMPA**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Gestão de Organizações Públicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Gestão de Organizações Públicas**.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Debora Bobsin

Santa Maria, RS, Brasil
2017

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FROS, Carmen Lia Remedi

Curricularização da extensão: sugestões para a
implantação no curso de Administração da UNIPAMPA / Carmen Lia
Remedi Fros.- 2017.

135 p.; 30 cm

Orientador: Debora Bobsin

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de
Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Gestão de
Organizações Públicas, RS, 2017

1. Extensão Universitária 2. Curricularização da extensão 3. Plano
Nacional de Educação 4. Políticas Públicas 5. Administração I. Bobsin, Debora
II. Título.

Carmen Lia Remedi Fros

**CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO: SUGESTÕES PARA A IMPLANTAÇÃO
NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIPAMPA**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Gestão de Organizações Públicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Gestão de Organizações Públicas**.

Aprovado em xx de maio de 2017:

Debora Bobsin, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Kelmara Mendes Vieira, Dra. (UFSM)

Ulrika Arns, Dra. (UNIPAMPA)

Santa Maria, RS
2017

*A minha mãe e minha avó, exemplos de coragem, honestidade e determinação.
A Rosália Montagner, essa conquista é nossa.*

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho foi possível graças ao auxílio de muitas pessoas. Meus sinceros agradecimentos:

à minha orientadora e amiga Debora Bobsin, que com paciência e dedicação fez do meu sonho do título de mestrado uma realidade;

às professoras Ulrika Arns e Kelmara Mendes Vieira, pelas importantes contribuições no projeto de pesquisa e pela disponibilidade em avaliarem meu trabalho final.

à minha mãe Carmen Remedi, pelo incentivo e por dar totais condições para minhas viagens semanais em busca deste título;

aos meus então chefes, Daniela Benetti, Kamilla Rizzi e Márcio Cordeiro, pela liberação do trabalho para a realização do mestrado;

aos colegas da UNIPAMPA, pela compreensão e apoio na minha ausência no Campus;

aos professores e técnico do Mestrado Profissional em Gestão de Organizações Públicas, pela dedicação e empenho com o curso;

à Universidade Federal de Santa Maria, pela oferta de um curso de qualidade como este;

aos colegas de mestrado, que fizeram com que estes dois anos de sacrifícios e privações fossem repletos de momentos de alegria e emoções;

à Mariana Baldissera, que se tornou bem mais que uma colega, uma amiga, cúmplice e companheira para a vida;

à Rosália Montagner (in memorian), que esteve comigo desde o primeiro dia do curso, até sua partida. Foi bem mais que minha dupla nos trabalhos, um exemplo e uma inspiração. Sem ela, seria possível essa vitória.

Sem dúvidas, o mestrado auxiliou no meu desenvolvimento profissional mas, principalmente, na minha evolução pessoal. Muito obrigada!

"É preciso diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, até que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática."

(Paulo Freire)

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Curso de Mestrado em Gestão de
Organizações Públicas

Universidade Federal de Santa Maria
**CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO: SUGESTÕES PARA A
IMPLANTAÇÃO NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIPAMPA**

AUTORA: CARMEN LIA REMEDI FROS

ORIENTADORA: DEBORA BOBSIN

Data e local da defesa: Santa Maria/RS, 19 de junho de 2017.

A extensão universitária vem obtendo destaque no meio acadêmico. Entendida como promotora da interação transformadora entre Universidade e sociedade, tem se institucionalizado através de diversas leis desde 1931 e em 1988 a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas Universidades é colocado como princípio Constitucional. O Plano Nacional de Educação (2014-2024) é uma política pública, que visa, através da estratégia 12.7, assegurar que no mínimo 10% dos créditos dos cursos de graduação sejam integralizados através de atividades de extensão, prioritariamente aquelas de grande relevância social. Este trabalho discute propostas para a implementação da curricularização da extensão no curso de Administração da Universidade Federal do Pampa, instituição multicampi criada em 2006 com o objetivo de estimular o crescimento e o desenvolvimento da região sul do Rio Grande do Sul. O trabalho se caracteriza como uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, sendo um estudo de caso que através de análise documental e entrevistas coletou dados sobre a extensão na instituição, levantou informações sobre como os órgãos dirigentes da instituição estão se estruturando para o cumprimento desta meta e como os professores de outros Campi e do curso percebem a extensão universitária, a meta da curricularização desta e seus possíveis impactos. Após análise dos dados coletados, nota-se que há um desconhecimento não só sobre a curricularização da extensão, mas também sobre a extensão universitária – mesmo entre extensionistas. Percebeu-se que são necessárias diversas adequações para a implementação da creditação da extensão no curso e na instituição. Essas mudanças foram sugeridas no trabalho, no entanto, não foi possível definir qual a melhor forma de implementação da curricularização no curso.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão Universitária, Curricularização da extensão, Plano Nacional de Educação, Políticas Públicas, Administração

ABSTRACT

Dissertação de Mestrado
Curso de Mestrado em Gestão de
Organizações Públicas

Universidade Federal de Santa Maria
**CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO: SUGESTÕES PARA A
IMPLANTAÇÃO NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIPAMPA**

AUTORA: CARMEN LIA REMEDI FROS

ORIENTADORA: DEBORA BOBSIN

Data e local da defesa: Santa Maria/RS, 19 de junho de 2017.

The university extension programs have becoming noticeable in the academic field. They are the supporter of the transforming interaction between University and society, and thus the programs have become institutionalized through many laws since 1931. Therefore, in 1988 the indissolubility of research, teaching and extension in universities are included as a Constitutional principle. The National Plan for Education (2014-2024) is a public policy which through 12.7 strategy aims at ensuring at least 10% of credits concerning graduation courses be incorporated by extension activities, especially the ones with significant relevance. In this article has been discussed proposals for the implementation of curriculum extension in Administration course at Universidade Federal do Pampa, a multicampi institution founded in 2006 which has a goal of instigating the growth and development of south region in Rio Grande do Sul. The article is based on an exploratory research with qualitative approach characterized as a study case which using the documental analysis and interviews gathered data about extension in the institution, thus information about how the institutional governing body are being organized in order to accomplish the goals and how professors of other Campi and course apprehend the university extension, the curriculum extension goal and possible impacts. After analysing data, it was noticed that there is a lack of knowledge not only about curricularisation of extension, but also about university extension - even among extensionists. Several adjustments are required for the implementation of extension crediting in the course and in the institution. These changes were suggested in the work, however, it was not possible to define the best alternative indicated for the implementation of extension credited in the course.

KEY WORDS: University Extension. Curriculum extension, National Plan for Education, Public Policies, Administration.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização dos Campi da UNIPAMPA	59
Figura 2 – Discentes de graduação por Campus (2017/1).....	61
Figura 3 – Resumo das informações da instituição	62
Figura 4 – Evolução dos projetos de extensão por Campus e ano	66
Figura 5 – Desenho da Pesquisa	70
Figura 6 – Relação de projetos por docente e total de servidores em 2016	81
Figura 7 – Recursos por edital – últimos três anos.....	87
Figura 8 – Projetos submetidos e aprovados para bolsas por ano	108
Figura 9 – Evolução dos projetos no Campus Santana do Livramento.....	111
Figura 10 – Média da carga horária semanal dos docentes do curso de Administração	112
Quadro 1 - Resumo dos principais eventos sobre a extensão universitária no Brasil	50
Quadro 2 – Instituições com normativas de creditação da extensão	55
Quadro 3 – Plano de ações para a curricularização no curso de Administração	118

LISTA DE SIGLAS

ACG - Atividade Complementar de Graduação
CFE - Conselho Federal de Educação
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina
CINCRUTAC - Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento
CLE - Comissão Local de Ensino
CNE - Conselho Nacional de Educação
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODAE - Coordenação de Atividades de Extensão
CONSUNI - Conselho Superior Universitário
CPC - Centro Popular de Cultura
CRUB - Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
CRUTAC - Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária
CSE - Comissão Superior de Extensão
EAD - Educação a Distância
ESAV - Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa
FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
IES - Instituições de Ensino Superior
IFES - Instituições Federais de Ensino Superior
IFSC - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MCP - Movimento Cultura Popular
MEC - Ministério da Educação
MINTER - Ministério do Interior
PDA - Programa de Desenvolvimento Acadêmico
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PET - Programa de Educação Tutorial
PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PNE - Plano Nacional de Educação
PPC - Projeto Pedagógico do Curso
PROGRAD - Pró-Reitoria de Graduação da UNIPAMPA
PROEXT - Pró-Reitoria de Extensão da UNIPAMPA
PROEXT/ MEC - Programa de Apoio à Extensão Universitária

PROFEXT - Programa de Fomento a Extensão
RENEX - Rede Nacional de Extensão
REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SEC - Serviço de Extensão Cultural
SESu - Secretaria de Educação Superior
SIE – Sistema de Informações Educacionais
SIEX - Sistema de Informações sobre Extensão Universitária
SIGProj - Sistema de Informações e Gestão de Projetos
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SIPPEE - Sistema de Informação de Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão
SiSU - Sistema de Seleção Unificada
SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TAE - Técnico Administrativo em Educação
UB - Universidade do Brasil
UDF - Universidade do Distrito Federal
UFAL - Universidade Federal de Alagoas
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UFCA - Universidade Federal do Cariri
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFPEl - Universidade Federal de Pelotas
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSM - Universidade Federal de Santa Maria
UFV - Universidade Federal de Viçosa
UNE - União Nacional de Estudantes
UNIPAMPA - Fundação Universidade Federal do Pampa
UNIVASF - Universidade Federal do Vale do São Francisco
URJ - Universidade do Rio de Janeiro
USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	21
1.1 JUSTIFICATIVA.....	24
2 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	27
2.1 O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	33
3 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL.....	36
3.1 CONCEITOS E CLASSIFICAÇÕES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	51
3.2 OS DESAFIOS DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO	53
3.2.1 A prática docente e a creditação da extensão	57
4 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA.....	59
4.1 A EXTENSÃO NA UNIPAMPA	62
4.2 O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO.....	66
5 O MÉTODO.....	69
5.1 COLETA DE DADOS	70
5.2 ANÁLISE DOS DADOS	72
5.3 PERFIL DOS RESPONDENTES.....	72
6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	73
6.1 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.....	73
6.1.1 Impactos na atuação profissional	75
6.1.2 Influências na formação do aluno	76
6.1.3 O papel da extensão para a instituição e para a sociedade	78
6.1.4 Participação dos entrevistados em ações extensionistas	82
6.1.5 Facilidades e dificuldades de se fazer extensão	85
6.1.6 Conhecimento de conceitos, normas e diretrizes	89
6.2 FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR	93
6.2.1 A Extensão na formação do aluno.....	97
6.3 O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E A ESTRATÉGIA 12.7	98
6.3.1 Formas de implementação.....	103
6.3.2 A curricularização da extensão na visão da PROGRAD e PROEXT.....	107
6.4 O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO.....	109
6.5 PROPOSTAS DE CURRICULARIZAÇÃO NO CURSO	113
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS E ESTUDOS FUTUROS	120
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	125
APÊNDICE A – ROTEIROS DAS ENTREVISTAS.....	135

1 INTRODUÇÃO

Os primeiros cursos de ensino superior no Brasil são datados de 1549 e implantados pela Companhia de Jesus, contemporâneas a esses cursos são as primeiras ações extensionistas no país (SOUSA, 2010). Pode-se considerar que a Universidade brasileira é bastante jovem se comparada à América Latina e ao mundo, mas tem se desenvolvido como um mecanismo de transformação social e de formação de cidadãos comprometidos socialmente (PAULA, 2009).

De acordo com Vasconcelos (2005), muito se comenta sobre o chamado tripé da Universidade, ou seja, ensino-pesquisa-extensão, mas há pouco entendimento sobre o seu real significado e sobre como aplicá-lo de forma prática nas regiões onde a Universidade está inserida. Nesse sentido, a extensão vem se destacando como um importante instrumento para que as Universidades cumpram seu papel junto da sociedade em geral, não se restringindo apenas a população que está vinculada aos seus cursos de graduação e pós-graduação (NOGUEIRA, 2005).

Botomé (1996, p. 35) coloca como missão das Universidades: “produzir o conhecimento e torná-lo acessível”. A extensão leva o conhecimento para além das pessoas que possuem vínculo com as instituições e, também, recebe o que a comunidade tem a oferecer. Souza Neto (2005, p.18) explica que

por meio da extensão, o conhecimento deve ultrapassar a competência técnica e contribuir para a fruição da solidariedade. Ela deve preparar os indivíduos, em particular os profissionais, para o relacionamento consigo, com o outro, com a sociedade e o planeta. Este respeito ao outro permite à práxis extensionista se constituir numa via de mão dupla, pela qual o conhecimento produzido nas Universidades afeta tanto as experiências e vivências cotidianas quanto é por elas afetado. A extensão presta um serviço à comunidade, no sentido de lhe propiciar acesso aos conhecimentos e tecnologias, mas também à Universidade, à medida que escuta as necessidades das comunidades e da sociedade, descongela o conhecimento e desencadeia a criatividade. Ela tem a finalidade de intercambiar as experiências, no sentido de fazer avançar as descobertas científicas e de ajudar a sociedade a encontrar respostas para seus dilemas. Para isto, é necessário perceber como o senso comum ajuda o intelectual e de que forma o conhecimento científico pode explicar o cotidiano (SOUZA NETO, 2005, p.18).

A necessidade da adequação ao princípio da indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão pelas Universidades é estabelecida no Art. 207 da Constituição Federal (BRASIL, 1988). E a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB – Lei nº 9.394 de 1996 coloca em seu Art. 43 entre as finalidades da educação superior: “VII – promover a

extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”.

Mesmo a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão sendo um princípio constitucional desde 1988, a discussão da inserção formal da extensão no currículo do aluno pode ser considerada recente. O Plano Nacional de Educação 2001-2010 (BRASIL, 2001) estabelecia, como meta 23 para o ensino superior:

implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior no quadriênio 2001-2004 e assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas (BRASIL, 2001).

A Política Nacional de Extensão Universitária (2012) aponta algumas situações que dificultaram o cumprimento desta meta: o conservadorismo das Universidades, a falta de recursos financeiros e organizacionais, as dificuldades para normatização e implantação da curricularização da extensão, a não pontuação de ações de extensões nos currículos dos docentes para concursos e ascensões funcionais.

Gonçalves (2015, p. 1243) acrescenta às possíveis razões para o não cumprimento da meta por nenhuma instituição a “não existência de cobrança, apoio, acompanhamento ou valorização do MEC frente a essas metas, as dificuldades internas a cada instituição em relação à expansão da Extensão para atender ao aumento de demanda para inclusão de estudantes, incluindo os do período noturno, entre outros”.

O Plano Nacional de Educação 2014-2024 – Lei nº 13.005 (BRASIL, 2014) estabelece, em sua meta 12:

elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas, no segmento público (BRASIL, 2014).

Cita, ainda, como uma das estratégias “12.7 – assegurar, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social;” (BRASIL, 2014).

Carneiro, Collado e Oliveira (2014) ressaltam a importância da creditação das experiências da extensão para revelar o quanto Universidade está inserida na sociedade. O que atualmente se observa, em geral, nos currículos dos cursos de graduação no Brasil, é a

inclusão de atividades de extensão como atividades complementares de graduação, criação de disciplinas específicas sobre a extensão universitária ou ainda disciplinas relacionadas a projetos de extensão. (GONÇALVES, 2015).

O estudo foi realizado na Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, instituição multicampi localizada no Rio Grande do Sul, especificamente no curso de Administração, ofertado no Campus Santana do Livramento, que possui 390 alunos regularmente matriculados, tem em seu Projeto Político Pedagógico a carga horária total de 3060 horas e que se encontra frente a essa realidade de necessidade de adequação curricular para que atenda o PNE.

Com bases nas discussões anteriores, a problemática da presente pesquisa destaca a seguinte questão: **como o curso de Administração pode se estruturar para assegurar o mínimo de 10% do total de créditos curriculares do curso em programas e projetos de extensão?**

Portanto, o objetivo geral refere-se a: discutir propostas para a implementação da curricularização/ creditação – inserção sistemática e formal no currículo – das atividades de extensão no curso de Administração da Universidade Federal do Pampa, conforme estabelece a estratégia 12.7 do Plano Nacional de Educação 2014-2024.

Como objetivos específicos, a pesquisa apresenta:

- Estudar a extensão universitária, sua história e embasamentos legais;
- Diagnosticar como os órgãos dirigentes da instituição estão se organizando para o cumprimento desta estratégia na instituição e no curso de Administração;
- Conhecer a percepção de servidores de outros Campi e de docentes do curso de Administração sobre a extensão universitária, a meta de curricularização e possíveis impactos da implementação desta estratégia;
- Apresentar ações norteadoras para a implementação da curricularização na instituição e no curso de Administração da UNIPAMPA.

Este trabalho está organizado em sete capítulos. O inicial apresenta o problema e indica os objetivos e justificativa. No segundo capítulo será abordado o ensino superior no Brasil, a expansão universitária e o princípio constitucional da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão. O terceiro capítulo trata da extensão universitária, das iniciativas que culminaram no estabelecimento da estratégia 12.7 do PNE e dos desafios para o atendimento dessa política pública. A UNIPAMPA, suas normativas e o curso de Administração são retratados no quarto capítulo. Os procedimentos metodológicos são

detalhados no capítulo cinco e a análise dos resultados está no capítulo seis. No sétimo, as considerações finais do trabalho são apresentadas.

1.1 JUSTIFICATIVA

O Plano Nacional de Educação 2014-2024 (BRASIL, 2014) estabelece como uma das estratégias para o aumento de matrículas no ensino superior a necessidade de assegurar o mínimo de 10% dos créditos dos acadêmicos em ações extensionistas. Não há, no entanto, instruções de como operacionalizar esta estratégia.

A extensão como componente da formação acadêmica ainda não ocupa um lugar de destaque em relação ao ensino e pesquisa (FERREIRA e GABRIEL, 2008), e a Legislação que a coloca como função essencial das Universidades é bastante recente. Este trabalho visa trazer a tona a discussão sobre esta importante função da Universidade, fornecendo subsídios informacionais de como operacionalizar a implementação desta política pública de ensino superior ao gestores da organização e do curso em estudo.

A gestão de uma Universidade passa por vários níveis hierárquicos. A curricularização da extensão impactará toda a comunidade acadêmica e necessita ser pensada e debatida entre todos. A Comissão e o NDE do curso precisa criar alternativas para efetivá-la na sua realidade, e a Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT), em conjunto com a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), necessitam propor ações que englobem todos os cursos, de todas as áreas, compreendendo suas especificidades. Além destes, a Comissão Local de Extensão de cada Campus se apresenta como interlocutora entre cursos e PROEXT.

Este trabalho busca apresentar propostas para implementar a curricularização da extensão no curso de Administração. O curso de Administração foi escolhido por ser um dos primeiros a ser implantado na UNIPAMPA e a ser reconhecido pelo Ministério da Educação; e também, por possuir o maior número de alunos matriculados, o maior número de formados, aulas em dois turnos e um expressivo número de docentes.

A realização dessa pesquisa é relevante para registrar o histórico da extensão na instituição e no Campus, além de conhecer a percepção de extensionistas dos demais Campi, bem como saber o planejamento dos pró-reitores de graduação e extensão da Universidade para a creditação das ações de extensão. Ainda, em nível de curso, foi possível estudar a percepção docentes extensionistas e não extensionistas sobre a extensão universitária e compreender possíveis impactos da implementação desta. Com estes levantamentos, foi

possível estabelecer alternativas para a implantação da curricularização que, posteriormente, poderão ser aplicados em outros cursos.

O interesse pelo tema emergiu por a pesquisadora ser servidora da referida Universidade, ter trabalhado por cinco anos na gestão acadêmica dos cursos do Campus, atuar como coordenadora da Comissão Local de Extensão do Campus, coordenadora de projeto de extensão e participar como equipe executora de outras ações extensionistas. É, também, natural da região onde a UNIPAMPA foi instalada, o que possibilitou acompanhar o impacto causado pela presença de uma Universidade federal no local. A escolha do curso se deve ao fato da servidora ser lotada no Campus Santana do Livramento, onde é ofertado o curso, e por sua formação ser na área de Administração.

A ideia é que este estudo possa trazer novos conhecimentos à área, haja vista que o tema curricularização da extensão é pouco discutido nas pesquisas acadêmicas.

2 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

As primeiras instituições de ensino superior foram criadas na Europa na idade média – nos séculos XII e XIII (PAULA, 2009). Na época, a função exclusiva das Universidades era a transmissão de conhecimentos ao clero – o ensino através de formação cultural e/ ou profissional (FAGUNDES, 1985 *apud* SOUSA, 2010). Neste período, o ensino era especializado tendo uma faculdade para cada profissão e a pesquisa não era realizada dentro das Universidades (SOUSA, 2010). A partir do Renascimento – séculos XIV a XVI –, essas instituições passaram a ser frequentadas também pela elite local (IMPERATORE; PEDDE; IMPERATORE, 2015).

Considera-se que o ensino superior brasileiro teve início em meados do século XVI, com a implantação de cursos de Artes e Teologia pelos padres jesuítas radicados no Brasil, sendo estes cursos subordinados aos europeus (SOUSA, 2010). Foram implantados, inicialmente, na Bahia e, posteriormente, nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Maranhão e Pará (CUNHA, 2014 *apud* IMPERATORE; PEDDE; IMPERATORE, 2015). Simultaneamente a implantação destes cursos, foram criados estabelecimentos de ensino médio no Brasil, que tinham por finalidade a preparação para o ensino superior europeu. A “elite brasileira” tinha por preferência que seus filhos estudassem na Europa – principalmente na Universidade de Coimbra (Portugal) – e resistiam ao estabelecimento de cursos superiores no Brasil, assim como a coroa portuguesa desejava o manutenção da dependência política e intelectual da colônia (DUCH, 2006, p.19).

Duch (2006, p.19) explica que a expulsão dos jesuítas no Brasil em 1759, na chamada “Reforma Pombalina”, mudou a concepção dos cursos aqui existentes, no entanto, não ocasionou na criação de novos cursos. Em 1789, na Inconfidência Mineira, houve uma tentativa de interrupção da ida de estudantes brasileiros para a Europa e com isso a criação de uma Universidade em Minas Gerais, sem sucesso.

Contemporaneamente a isto, ocorria a Revolução Industrial (séculos XVIII e XIX), iniciada na Inglaterra e espalhada para a Europa Ocidental e Estados Unidos em pouco tempo. Sousa (2010) expõe que foi a partir deste período e das demandas sociais oriundas desta revolução que as Universidades inseriram a pesquisa como uma de suas funções primordiais. Para o autor, foi neste período que a Universidade medieval cedeu espaço para a Universidade moderna.

Para Nogueira (2005), a Universidade de Berlim é a responsável pela afirmação da articulação entre o ensino e a pesquisa como pilares da Universidade. Paula (2009, p.72)

coloca que juntamente com a Universidade de Berlim, a Universidade Napoleônica (França) foram as primeiras Universidades “modernas e laicas” criadas no século XIX.

Neste momento, emergem dois modelos de educação superior (o francês e o alemão) que posteriormente influenciaram o ensino superior brasileiro. O modelo francês – também chamado de napoleônico – procurava formar profissionais para o Estado e se caracterizava por escolas profissionalizantes isoladas, centralização estatal e por não associar ensino e pesquisa. O modelo alemão, em contrapartida, buscava autonomia em relação ao Estado e a Igreja e era caracterizado pela integração entre o ensino e a pesquisa e pela “ciência livre e desinteressada” (PAULA, 2009, p.73).

Em 1808, a Família Real portuguesa chega ao Brasil, expulsa de Portugal em função da invasão francesa. A vinda da Família Real e de sua corte trouxe uma série de modificações ao ensino brasileiro, sendo criados diversos cursos superiores para atender as necessidades destes e do Estado. Duch (2009) e Silva e Amorim (2013) citam também a pressão exercida pela elite brasileira, que não poderia mais frequentar as Universidades européias em função do bloqueio napoleônico, como uma forte influência para a criação de cursos superiores no Brasil.

Foram fundadas as escolas médicas da Bahia e Rio de Janeiro (1808), a Academia Real Militar da Corte (1810), a Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil (1820) e cursos de Direito em São Paulo e Olinda (1827). Em 1874 a engenharia passou a ser ensinada em estabelecimentos não militares (IMPERATORE; PEDDE; IMPERATORE, 2015). Nota-se que a criação destes cursos observou o modelo francês de ensino superior, caracterizado por escolas profissionalizantes isoladas, sob controle estatal e objetivando a formação de profissionais para o Estado, conforme anteriormente especificado. Imperatore e Pedde (2015, p.2) acreditam que o ensino superior brasileiro, baseado unicamente em cursos superiores profissionalizantes, é “tardio, elitista e funcional”. Duch (2006) explica que mesmo ocorrendo diversas tentativas e projetos, nenhuma Universidade foi instituída até a proclamação da República, e cita a observação de Leão Matos (In: RANIERI, 1994, p.65) de que a Universidade era vista como um “ambiente de fermentação de ideias liberais ou sociais europeias”.

Sousa (2010) destaca que as primeiras instituições brasileiras de ensino superior que receberam o nome de Universidade foram a Universidade Livre de São Paulo (1912), a Universidade de Manaus (1913) e a Universidade do Rio de Janeiro (1920) – primeira “a vingar com nome de Universidade”. As duas primeiras eram privadas e foram extintas em

1917 e 1926, respectivamente. Houve ainda a Universidade do Paraná, criada em 1912 e extinta em 1915, também privada (CUNHA, 1986 *apud* PAULA, 2009).

A Universidade do Rio de Janeiro (URJ), criada em 1920, sofreu forte influência do modelo napoleônico, possuía escolas profissionalizantes isoladas, centralização estatal e a pesquisa não foi introduzida como uma função principal da instituição (PAULA, 2009). Há um intervalo de quase um século entre a Independência do Brasil e a criação de sua primeira Universidade pública. Fávero (2006, p.22) coloca que apesar de restrições e críticas a esta Universidade, é preciso ressaltar o papel de destaque que ela possui por ser a “primeira instituição universitária criada legalmente pelo governo federal” e, também, por trazer a tona o debate sobre o ensino superior no Brasil. Uma segunda Universidade federal, a de Minas Gerais, foi criada em 1927 (BARROSO E FERNANDES, 2006).

Fávero (2006) e Tenório (2009) destacam a preocupação do Governo Federal na década de 30 com a educação. Em 1930, foi criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública que, sob o comendo de Francisco Campos, realizou uma reforma no ensino que, posteriormente, recebeu o nome deste ministro. A Reforma Francisco Campos buscava “desenvolver um ensino mais adequado à modernização do país, com ênfase na formação de elite e na capacitação para o trabalho” (FÁVERO, 2006, p. 23).

Os seguintes decretos foram publicados neste sentido: Decreto n° 19.850, de 11 de abril de 1931, cria o Conselho Nacional de Educação; Decreto n° 19.851, de 11 de abril de 1931, dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário (também chamado de Estatuto das Universidades Brasileiras); Decreto n° 19.852, de 11 de abril de 1931, dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro; Decreto n° 19.890, de 18 de abril de 1931, dispõe sobre a organização do ensino secundário; Decreto n° 20.158, de 30 de junho de 1931, que organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de Contador e dá outras providências; Decreto n° 21.241, de 14 de abril de 1932, consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário (SAVIANI, 2004 *apud* TENÓRIO, 2009).

A literatura indica que é o Estatuto das Universidades Brasileiras (1931), o documento em que o termo extensão foi utilizado pela primeira vez na Legislação brasileira. Existem, no entanto, relatos sobre extensão universitária contemporâneas ao início do ensino superior no país em 1549.

Em 1934 surge, na visão de Buarque (2003), a primeira grande Universidade brasileira: a Universidade de São Paulo (USP), criada em função da vontade de intelectuais brasileiros em conjunto com pensadores franceses. A influência francesa foi menor na USP do

que na URJ, já que os idealizadores da Universidade estadual paulista se basearam em características do modelo alemão para organizá-la, adotando a pesquisa como uma de suas principais finalidades, a unidade entre ensino e pesquisa, a independência em relação à igreja e ao estado e a “ênfase na formação geral e humanista, ao invés da formação meramente profissional” (PAULA, 2009, p.75).

Em 1935, graças ao esforço de Anísio Teixeira, foi criada no Rio de Janeiro a Universidade do Distrito Federal (UDF), tendo um perfil totalmente diferente das instituições universitárias já existentes. Por questões políticas, esta instituição foi extinta em 1939 e seus cursos incorporados pela Universidade do Brasil (UB) – nova denominação da URJ, que foi reorganizada e estituída pela Lei nº 452/37 (FÁVERO, 2006). A Universidade do Brasil posteriormente foi transformada em Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Conforme nota técnica do Observatório Universitário – um núcleo de pesquisa das políticas públicas da educação superior –, até o final da década de 1950, havia 12 Universidades federais (ou em processo de federalização) no Brasil (BARROSO E FERNANDES, 2006). Paula (2009) coloca que é neste período que a Universidade brasileira passa a sofrer críticas e o governo e a comunidade acadêmica – tendo destaque a União Nacional dos Estudantes (UNE) – se mobilizam na reformulação destas instituições

Em 1961, é promulgada a Lei nº 4.024 (BRASIL, 1961), que fixava as Diretrizes e Bases da Educação Nacional que, segundo Fávero (1977 *apud* SOUSA, 2010), apresentou um recuo em relação ao Estatuto das Universidades Brasileiras, desconsiderando as críticas sofridas. A partir desta lei, em 1962, o primeiro Plano Nacional de Educação é elaborado e apresenta uma preocupação com o aumento do número de matrículas no ensino superior, não fazendo referência as inquietações políticas e sociais de alunos e da comunidade em geral (SOUSA, 2010).

A reforma esperada ocorrerá apenas em 1968, sob o comando do regime militar e realizada sobre forte influência americana. Em 28 de novembro de 1968, quando a Lei nº 5.540 foi promulgada, havia 26 Universidades federais no Brasil (BARROSO e FERNANDES, 2006). O Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), criado em 1966 de acordo com a nova ordem política instalada no país e que intencionava implementar reformas nas Universidades teve papel fundamental neste decreto (SOUSA, 2010). A reforma atinge a estrutura organizacional e a finalidade das Universidades. Tinha como primordial a racionalização das instituições, adotando diretrizes como eficácia, eficácia e produtividade e passando a ver o ensino como um produto (PAULA, 2009). Buarque (2003) e Fávero (2006) acrescentam os acordos firmados entre o MEC e a Agência

dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) como impulsionadores desta reforma.

Buarque (2003) apresenta dados interessantes sobre o crescimento da Universidade brasileira neste período. Segundo ele, de 1935 a 1970, o número de alunos matriculados passou de 27.501 para 282.653. O número de docentes aumentou de 3.898 para 49.451 em 1980, no entanto havia poucos cursos de pós-graduação. O autor coloca que a Universidade, na época da ditadura, foi reformulada, sendo modernizada, avançando qualitativa e quantitativamente e recebendo fartos recursos – inclusive para bolsas de pós-graduação no exterior –, mas ressalta que, neste tempo, várias vidas foram perdidas e aposentadorias foram forçadas.

Ao final da década de 1980 o Brasil contava com 38 Universidades federais (BARROSO e FERNANDES, 2006). Foi neste período, com o fim do regime militar e sob uma nova conjuntura que a busca por uma maior racionalidade nas Universidades ressurgiu, já que estas eram

acusadas pelos governos de “improdutivas”, sendo permanentemente impelidas a prestarem conta de sua “produtividade”, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão. Para tal, desenvolvem-se mecanismos de avaliação da “produtividade” docente, departamental e institucional, nos níveis da graduação e da pós-graduação; tenta-se inserir as Universidades na lógica racionalizadora do capital, vinculando-as ao mercado, já que o Estado se desobriga cada vez mais do financiamento destas instituições (PAULA, 2002a *apud* PAULA, 2009, p.78).

Neste tempo, conforme Paula (2009, p.81), ocorre uma certa “banalização” do ensino superior, principalmente nas instituições privadas, que objetivavam atender aos “clientes” que buscavam um diploma universitário. Buarque (2003) entende que houve muitos avanços trazidos pela recente redemocratização, como as eleições de reitores, mas houve também uma impactante diminuição de recursos, que resultaria em Universidades federais praticamente falidas no final do século XX.

Em dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) é decretada e traz orientações que são válidas até os dias atuais. A extensão universitária recebe papel de destaque nesta normativa. O princípio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão nas Universidades já constava na Constituição Federal. (BRASIL, 1988). Ao estabelecer as diretrizes curriculares, a LDB possibilita a flexibilidade dos currículos e a inclusão das ações de pesquisa e extensão como atividades complementares (FORPROEX, 2006).

Considerada pela Constituição Federal (BRASIL, 1988) como direito de todos e dever do Estado e da família, a preocupação com a educação superior pública e gratuita ressurgiu no Brasil no início do século XXI (BRASIL, 2012). A Lei nº 10.172 (BRASIL, 2001), que estabelece o Plano Nacional de Educação, apresenta um diagnóstico mostrando que cerca de 2/3 das vagas de ensino superior em 1998, no Brasil, eram ofertadas pelo setor privado. O documento ressalta a necessidade da expansão das Universidades públicas para atender o número crescente de egressos do ensino médio, principalmente, os carentes, e a necessidade de assegurar que no mínimo 40% do total das vagas sejam ofertadas pelo setor público.

Entre as metas e objetivos para a educação superior, destaca-se a de “Prover, até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos” e “Estabelecer uma política de expansão que diminua as desigualdades de oferta existentes entre as diferentes regiões do País” (BRASIL, 2001).

A análise sobre a expansão das Universidades federais de 2003 a 2012 (BRASIL, 2012, p.9), destaca que os movimentos que reivindicavam a ampliação de vagas e a expansão das Universidades públicas e gratuitas reconheciam estas instituições como instrumentos de “transformação social, desenvolvimento sustentável e inserção do país” no mundo. Em 2002 havia 45 Universidades federais, 148 câmpus/unidades e 114 municípios eram atendidos por estas instituições.

Desde 2003, foram estabelecidos programas para expansão das Universidades federais. O Programa Expandir visava contribuir “para a redução das desigualdades regionais, do desemprego, democratiza o ensino superior e impulsiona o desenvolvimento do país”, adequando as necessidades regionais com suas vocações (BRASIL, 2006). Entre 2003 e 2007 – período em que vigorou o programa – houve um crescimento de aproximadamente 30 mil vagas nos cursos de graduação presencial nas instituições federais de ensino superior (BRASIL, 2012). Foi neste período que as primeiras discussões sobre a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), foco deste estudo, começaram a ocorrer. A criação da UNIPAMPA será detalhada posteriormente.

Em abril de 2007, é publicado o decreto nº 6.096 (BRASIL, 2007a), que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, visando atender a meta nº 1 da educação superior do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001), ou seja, prover para, no mínimo, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos a oferta de ensino superior. O decreto estabelece, em seu artigo 1º, que o Programa REUNI tinha por objetivo “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos

humanos existentes nas Universidades federais” (BRASIL, 2007a). Concomitante ao REUNI, ocorre a expansão através da associação internacional, com a criação de Universidades, que sob liderança brasileira, objetivavam integração e cooperação com outros países (SILVA; MARTINS, 2014).

Ao final de 2010, o país contava com 59 Universidades federais (crescimento de 31% em relação a 2002), 274 câmpus/unidades (ampliação em 85%) e os municípios atendidos passa para 272 (aumento de 138%). O número de matrículas na graduação presencial passou de 527.719 em 2003 para 763.891 em 2010, aproximadamente 60% de aumento. Previa-se, ainda, a criação de outras 4 Universidades e 47 novos Campi e o atendimento de 275 municípios até o final de 2014. (BRASIL, 2012). Conforme dados do portal e-MEC (BRASIL, 2016a), há 63 Universidades federais ativas no Brasil atualmente.

O Plano Nacional de Educação 2014-2024 (BRASIL, 2014) estabelece como meta para o ensino superior a elevação das taxas de matrículas no ensino superior. Conforme dados da Plataforma Observatório do PNE (2016) – iniciativa de instituições ligadas à educação para acompanhamento das metas do PNE 2014-2024 – a taxa bruta de matrículas estava em 34,2% e a taxa líquida em 17,7% em 2014. Uma das estratégias do atual PNE (BRASIL, 2014) para alcançar esta meta é a curricularização da extensão.

2.1 O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão é um princípio constitucional, estabelecido no Art. 207 da Constituição Federal (1988): “As Universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Entende-se ensino – a função mais tradicional da Universidade – como a transmissão de conhecimentos. Enquanto, a pesquisa envolve a produção do saber e a extensão como uma forma de disponibilizar estes conhecimentos e saberes, integrando socialmente os indivíduos (SOUSA, 2010).

Mesmo a extensão já estando presente na Legislação brasileira desde 1931, é através da Constituição de 1988 que ela conquista o patamar de um dos pilares onde deve se estruturar as Universidades. Como afirmado anteriormente, na década de 1980, as Universidades públicas sofriam severas críticas. Para muitos, estas instituições agiam de acordo com os interesses da elite e do Estado e não consideravam os anseios da população

(NOGUEIRA, 2013). Ao reconhecer a necessidade de haver um compromisso das Universidades com as classes desfavorecidas e menos privilegiadas, buscou-se uma prática que a aproximasse desta parcela da população e não apenas às classes mais favorecidas (SOUSA, 2010).

O ensino da graduação, em muitas situações, é obsoleto e distante da realidade e possui como principal preocupação verificar, através de provas, se os conhecimentos transmitidos foram memorizados pelos graduandos (GURGEL, 1986). É, em geral, repetitivo e baseado em um método autoritário de ensinar, herdado do século passado (DAGNINO, 2010). A pesquisa, importante função das Universidades, é em sua maioria demandada por componentes curriculares dos cursos e não por problemas do dia a dia da população, não há interdisciplinariedade neste “pé constitucional” da Universidade (DAGNINO, 2015, p.320). Os problemas da sociedade não possuem a etiqueta de qual disciplina eles pertencem, são multidisciplinares e os pesquisadores não questionam a sociedade sobre o que ela almeja, de maneira autoreferenciada a comunidade da pesquisa define o que deve ser estudado, sendo, muitas vezes, questões distantes da realidade de onde a instituição está inserida. (DAGNINO, 2010).

Dagnino (2010, p. 285) entende que historicamente a extensão ocorre quando a comunidade da pesquisa possui "consciência pesada" em relação à sociedade, que através de impostos sustenta o ensino e a pesquisa da instituição. A academia estende à comunidade, "no tempo que lhe sobra", o que pesquisa, sem questionar ou considerar os anseios dessa sociedade e se para eles este conhecimento é relevante. A extensão universitária possui um significado social ao articular com o ensino e a pesquisa e efetivar um compromisso real com a sociedade (ARROYO; DA ROCHA, 2010).

A extensão foi resgatada na década de 1980 para possibilitar que a Universidade cumprisse seu papel social, democratizando o conhecimento e atendendo as demandas da sociedade (NOGUEIRA, 2013). Não pode, portanto, ser considerada uma função original da Universidade, mas sim uma maneira encontrada e assumida por esta instituição para fortalecer sua presença na sociedade (SOUSA, 2010).

Ao constatar que a “simples” oferta de conhecimento de qualidade não era suficiente para justificar a Universidade, a extensão se coloca como uma “terceira função (ou missão)” desta instituição (DAGNINO, 2015, p.320). Ao colocar as atividades de extensão no mesmo patamar do ensino e da pesquisa, foi possível superar a tradicional visão da extensão como assistencialista e simples transmissora de conhecimentos (NOGUEIRA, 2013).

A “abertura ao outro” é o sentido profundo da democratização da universidade, uma democratização que vai muito para além da democratização do acesso à universidade e da permanência nesta. Numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida assenta em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as atividades, hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das atividades de investigação e de ensino. (SANTOS, 2003, p.225).

Nunes (2011) demonstra a importância da indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão para o meio acadêmico, ao afirmar que

a relação entre o ensino e a extensão conduz a mudanças no processo pedagógico, pois alunos e professores constituem-se em sujeitos do ato de aprender. Ao mesmo tempo em que a extensão possibilita a democratização do saber acadêmico, através dela, esse saber retorna à Universidade testado e re-elaborado. A relação entre pesquisa e extensão ocorre quando a produção do conhecimento é capaz de contribuir para a transformação da sociedade. A extensão como via de interação entre Universidade e sociedade constitui-se em elemento capaz de operacionalizar a relação entre teoria e prática. Amplia-se a visão de sala de aula, de espaço de produção teórico-abstrata, numa dimensão tradicional, considerando sala de aula como todo o espaço, dentro ou fora da Universidade, onde se realiza o processo histórico e social. Professores e alunos são sujeitos do ato de aprender e de produzir conhecimentos no confronto com a realidade (NUNES, 2011, p.126).

Assim como o conhecimento pode se dar em espaços não convencionais, o ensino pode se dar além do professor-aluno, entre “sujeitos que interagem” e objetos do cotidiano (XAVIER; FERNANDES, 2008, p. 226). Nota-se, com isso, a importância da articulação entre as três funções da Universidade para a formação profissional dos indivíduos bem como na conscientização do compromisso social destes cidadãos. A extensão e a responsabilidade social das Universidades receberam atenção especial neste trabalho, sendo discutidas na sequência.

3 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL

A extensão universitária tem um papel essencial na articulação da Universidade com a sociedade. Para conhecer a extensão e defini-la, é preciso saber seu histórico e sua influência nas Universidades e na formação dos graduandos ao longo do tempo. Os primeiros relatos de extensão no Brasil são contemporâneos à chegada dos primeiros cursos superiores no país em 1549. A Companhia de Jesus ofertava cursos de arte para a população e buscava atrair jovens que tivessem vocação eclesiástica (SOUSA, 2010).

A criação dos cursos de Direito em São Paulo e em Olinda em 1827 foi um marco importante para a extensão universitária brasileira. Os estudantes, a partir dos conhecimentos adquiridos nas aulas, questionavam a legalidade das ações jurídicas da Monarquia e promoviam debates para estender o conhecimento que detinham e causaram impactos no rumo da história nacional (SANTOS FILHO, 1993 *apud* SOUSA, 2010). Estes universitários participavam ativamente na vida política do país e não apenas nas salas de aula, tendo como suas atuações principais as causas abolicionistas. As ações não detinham o nome de extensão e eram realizadas de forma esporádica, não sendo reconhecidas ou institucionalizadas pelas instituições que tinham como única função o ensino (SOUSA, 2010).

Estudos sobre a extensão universitária indicam que a América Latina, e especialmente o Brasil, tiveram forte influência de duas vertentes da extensão universitária mundial: o modelo europeu e o modelo americano, ambos criados no século XIX. Sousa (2010) explica que a extensão como atividade da Universidade é oriunda de uma nova concepção de educação despontada nesse período, que levava as Universidades a se preocuparem a oferecer serviços à comunidade.

O modelo europeu criou Universidades populares, trabalhos filantrópicos, preparação técnica e se caracterizava por ações que buscavam garantir a educação continuada e a formação técnica (SILVA; AMORIM, 2013; SOUSA, 2010). Preocupava-se com as classes mais desfavorecidas e visava colocar o homem “ignorante” em contato com a cultura e com o saber universitário (GURGEL, 1986).

A Universidade Livre de São Paulo, criada em 1911, ofertava gratuitamente conferências e cursos de curta duração para a população de fora da Universidade, sob influência do modelo europeu (FORPROEX, 2012). Mesmo destinadas a população excluída da Universidade, as lições públicas ministradas na Universidade Popular não iam ao encontro das demandas das classes desfavorecidas e não estavam focadas nos problemas sociais e econômicos da comunidade (NOGUEIRA, 2015; CARBONARI; PEREIRA, 2007). As

classes populares ignoraram a existência desta Universidade, visto que ela não conseguia atingir seus interesses (CUNHA, 1980 *apud* SOUSA, 2010).

O modelo americano apresentava características e objetivos distintos, mais voltados para a prestação de serviços e que, segundo Gurgel (1986), foi gerado por instituições oficiais. Sousa (2010) explica que, nos Estados Unidos, a extensão seguia duas linhas: a extensão universitária ou geral e a extensão cooperativa ou rural, ambas sob a forma de prestação de serviços. Para Botomé (1996) o modelo americano era mais voltado para a utilização do conhecimento – saberes e cultura – no dia a dia das pessoas e, como coloca Gurgel (1986), a extensão “era efetuada em função do desenvolvimento de comunidades, através de cursos, conferências e atividades variadas”. Estas ações eram descentralizadas e realizadas com o envolvimento da população local, aproximando Universidade e sociedade.

O modelo americano influenciou a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, criada em 1926, e que adotou o ensino, a pesquisa e a extensão como instrumentos norteadores da formação dos acadêmicos e na consolidação de seus formados (FORPROEX, 2012; UFV, 2016). A prestação de serviços de assistência técnica aos agricultores da região, atendendo as suas necessidades imediatas é um exemplo das atividades extensionistas realizadas por esta instituição (NOGUEIRA, 2005), bem como a I Semana do Fazendeiro, atividade que visava transferir os conhecimentos acadêmicos para os produtores do meio rural (UFV, 2016). Muitos autores consideraram estas atividades de extensão como meramente assistencialistas, visto que objetivavam responder de forma técnica à apenas determinadas necessidades manifestadas (SOUSA, 2010).

Sousa (2010) afirma que mesmo vingando por muito tempo, ambas as ações visavam a implantação dos modelos internacionais no Brasil, sem a devida adaptação à realidade local. Para a autora, houve uma imitação dos modelos europeu e americano, porém de forma não crítica e desconsiderando a cultura local.

Em 1931, o conceito de extensão universitária é utilizado pela primeira vez na Legislação nacional, através do Estatuto das Universidades Brasileiras (BRASIL, 1931). O decreto definia como a extensão deveria acontecer nas Universidades e institutos de ensino profissional superior – através de cursos e conferências – e que estas ações destinavam-se, principalmente: a difusão de conhecimentos para a população que não estava diretamente ligada ao meio acadêmico; a solução de problemas sociais, e; a propagação de ideias e princípios que defendessem os interesses do país. Colocava, também, a importância do vínculo entre as Universidades e a sociedade e apresentava a extensão universitária como uma organização fundamental para a vida social dos alunos.

Mesmo restringindo as atividades de extensão a cursos e conferências, trouxe um avanço ao considerar que a extensão, ao levar o conhecimento a pessoas que não estão ligadas a Universidade, pode elevar a cultura nacional do povo (NOGUEIRA, 2005). Sousa (2010) acredita que o documento sofreu influência de um grupo de liberais que nesta época defendiam a modernização do ensino brasileiro, a reformulação da política educacional e as Universidades como agentes de desenvolvimento.

Botomé (1996) critica o decreto por este não propor mudanças para o ensino e a pesquisa, apenas colocando a extensão para complementá-los e cita Freire (1971) e Kaufman (1977) para afirmar que as atividades de extensão eram realizadas a partir do interesse dos acadêmicos e da Universidade, e não das necessidades externas. Para ele, a extensão foi reduzida a "mais ensino do mesmo tipo que já existia". Duch (2006) destaca que após a Legislação de 1931 a extensão é desconsiderada nas duas décadas seguintes, não havendo nenhuma menção legal. Este estatuto vigorou por três décadas.

Outro momento importante na história da extensão universitária brasileira é a criação, em 1938, da UNE, inspirada em um movimento ocorrido na Argentina 20 anos antes (GURGEL, 1986; SILVA; AMORIM, 2013). O Movimento de Córdoba – e seu manifesto de mesmo nome – são considerados marcos na luta pela reforma das Universidades da América Latina e tinham por intuito transformá-las e obter um maior comprometimento social destas (SOUSA, 2010). Através deste manifesto a Universidade passa a ser considerada como “instrumento de desenvolvimento regional/ nacional” (PAULA, 2002 *apud* SOUSA, 2010). Para os integrantes deste movimento a extensão é primordial para fortalecer a Universidade por preocupar-se com problemas sociais (GURGEL, 1986).

Em 1938, no congresso que efetivamente criou a UNE – e elegeu sua primeira diretoria – foi também produzido um Plano de Sugestões para a reforma do ensino brasileiro, principalmente a reforma universitária (SOUSA, 2010). O documento reflete a influência do Manifesto de Córdoba em suas diretrizes – inclusive em relação à extensão universitária e a necessidade de aproximação entre Universidade e sociedade – e é parcialmente atendido na Lei 5.540/68 (GURGEL, 1986).

Mesmo após a criação da UNE e até o final da década de 1950 a extensão era limitada às classes mais favorecidas e somente no início de 1960 tem um avanço ao aproximar a Universidade da população carente com atividades organizadas pela UNE, realizadas pelos acadêmicos e, em alguns casos, com participação de professores, técnicos e sociedade em geral (NOGUEIRA, 2005).

No Brasil, a militância pela educação popular teve seu momento forte no período de 1946-1964, quando a sociedade, desfrutando da liberdade democrática vigente entre as ditaduras do Estado Novo e do governo militar deparava-se com as chagas do analfabetismo, da exclusão social e da alienação política de grandes contingentes da população(...) Conscientes de que somente a educação do povo poderia encaminhar o país no rumo do desenvolvimento econômico e social por todos, intelectuais, estudantes, instituições religiosas e partidos políticos empenharam-se em levar informação, cultura e conhecimentos às classes populares, por meio de projetos organizados no âmbito de várias instituições (SANTIAGO, 2007, p.40).

Gurgel (1986) destaca três atividades extensionistas deste período: o Serviço de Extensão Cultural (SEC), o Centro Popular de Cultura (CPC) e a Universidade-Volante (UNE-Volante). Sousa (2010) apresenta, além destes, o Movimento Cultura Popular (MCP) e em sua avaliação, apesar dos esforços da UNE e de outros movimentos sociais, estas ações realizadas atingiam principalmente os estudantes e não a sociedade como era a ambição dos organizadores. O autor complementa que estas ações acabam por assumir um caráter “fortemente assistencialista”. As ações de extensão realizadas pelos universitários eram de cunho cultural e político (ASSUMPCÃO; STRACINI, 2014).

Em contrassenso à intensa atividade extensionista organizada pela UNE e a atenção desta para as camadas populares, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n.º 4.024 (BRASIL, 1961) é promulgada, reduzindo a extensão à oferta de conferências e cursos de extensão, realizados a critério de cada instituição, e normalmente voltados a alunos e formados desta própria instituição e não a sociedade em geral (NOGUEIRA, 2005). Não há inovações em relação ao ensino superior e a extensão universitária e tampouco o Primeiro Plano Nacional de Educação – elaborado em 1962 – contempla a extensão (SOUSA, 2010).

Os movimentos de educação popular são “silenciados” no período do regime militar (SANTIAGO, 2007, p.45). Se antes do Golpe de 64, a interferência do Estado nas questões referentes à extensão universitária era praticamente inexistente, após 1964 o Estado torna-se único coordenador destas atividades, usando-as a seu favor e amplificando a concepção assistencialista da extensão através da prestação de serviços a comunidades carentes (SOUSA, 2010). As instituições de ensino também estavam sob supervisão do Estado.

Nesta época a UNE é cassada e passa a combater – de forma clandestina – o autoritarismo do Estado e esse procura deslocar a atenção dos estudantes das questões políticas para as questões sociais e desenvolvimentistas, utilizando a extensão como instrumento (SOUSA, 2010).

O Projeto Rondon é uma clara demonstração disso. Estudos divergem sobre o início das atividades deste projeto, mas indicam, em sua maioria, datam sua concepção em 1966. Sofreu influências da Universidade Volante e de experiências internacionais (SOUSA, 2010).

No ano de 1968, é instituído oficialmente como Grupo de Trabalho do Projeto Rondon através de decreto e vinculado ao Ministério do Interior – MINTER (NOGUEIRA, 2015) e posteriormente transformado em Projeto Rondon e Fundação Rondon (DUCH, 2006).

Tinha, por principal finalidade, realizar intercâmbios entre os universitários das diferentes regiões do país – principalmente do sul e do sudeste –, levando-os a conhecer a realidade de uma região diferente da sua e buscar a participação destes acadêmicos no desenvolvimento nacional. A seleção dos alunos, no entanto, ocorria sem o envolvimento das instituições de ensino e de seus docentes (NOGUEIRA, 2005). A primeira operação do Projeto - conhecida como "Operação Zero", ocorreu em 1967 e deslocou 30 alunos para o estado de Rondônia (SOUSA, 2010). A participação dos acadêmicos ocorria de forma voluntária e somente em 1973 é possibilitada, em função de pareceres do Conselho Federal de Educação (CFE), a creditação das atividades realizadas no Projeto Rondon – contudo apenas como parte de uma determinada disciplina (DUCH, 2006).

Nogueira (2005) entende que a desconexão entre Universidade e ações do projeto e a descontinuidade das atividades – em sua maioria apenas esporádicas – foram questões amplamente criticadas, principalmente pelos estudantes. A interação entre Universidades e Projeto Rondon começa a se conceber com a criação do Programa Campus Avançado.

O programa de Campi Avançados, iniciado em 1969, pretendia criar uma infraestrutura para os estudantes e interiorizar as Universidades, estendendo-as até as comunidades e possibilitando a contribuição no desenvolvimento das regiões. Um dos primeiros Campi instalado foi em Roraima sob a responsabilidade da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e, até o final de 1974, haviam 22 Campi instalados no país (SOUSA, 2010).

Sousa (2010), no entanto, avalia que os Campi Avançados "tornaram-se um emaranhado de ações com uma confusão de gestão", pois havia dificuldade em encontrar limites de atuação das instituições de ensino e do Projeto Rondon e resistem até os dias atuais, mesmo tendo o Projeto Rondon – em sua concepção original – sido extinto em 1989.

O intuito de interiorizar as Universidades e, com isso, realizar ações de extensão é também a ideia principal do Programa CRUTAC. Os Centros Rurais Universitários de Treinamentos (CRUTAC) foram criados por iniciativa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) a partir ideias americanas – influenciado pelo projeto desenvolvimentista do governo e apoio técnico e financeiro da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) – e pretendiam treinar estudantes e auxiliar as comunidades rurais, chegando ao total de 22 CRUTAC espalhados pelo país (SOUSA, 2010). Inicialmente limitavam-se à cursos da área da saúde, mas foram expandidos para outras áreas,

proporcionando estágios obrigatórios à alunos formandos (NOGUEIRA, 2005). Para coordenar as atividades dos CRUTAC, em 1969 foi criada pelo MEC a Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento - CINCRUTRAC (SOUSA, 2010), que tinha por principal função a adequação das ações dos CRUTAC com as necessidades das classes desfavorecidas (NOGUEIRA, 2005). Participaram das atividades extensionistas dos CRUTAC 16.982 alunos de Universidades federais e estaduais e 1.224 docentes (SILVA; AMORIM, 2013).

Mesmo apresentando características distintas, tanto o Projeto Rondon quanto os CRUTAC envolviam entusiasmados estudantes em atividades assistencialistas, realizadas em populações carentes, interiorizando as Universidades (PAULA, 2005 *apud* SOUSA, 2010).

Em 1968, a Lei nº 5.540 (BRASIL, 1968) é publicada estabelecendo as normas de organização e funcionamento do ensino superior. No seu Art. 2º, apresenta o ensino superior, indissociável com a pesquisa, como pilares das Universidades e no Art. 20 é colocado que as Universidades "estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais" suas atividades de ensino e resultados de suas pesquisas. Por fim, o Art. 40 destaca as ações de extensão como meios de proporcionar "aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento".

Por essa lei, a função de excelência da Universidade deixou de ser o ensino em sala de aula, passando a ser considerada a pesquisa a principal atividade destas instituições (HUNGER ET. AL., 2014) e "consagra" a extensão universitária ao colocá-la como artifício que levaria o ensino e a pesquisa até o compromisso social e a interação com a realidade prática (BOTOMÉ, 1996).

Gurgel (1986) entende que esta reforma universitária foi elaborada para que as instituições de ensino superior se adequassem aos interesses do Estado e acredita que recebeu influências do movimento estudantil do começo da década, principalmente no que tange a extensão. Sousa (2010) corrobora com isso ao afirmar que a extensão foi assumida como uma função da Universidade e que ela, "antes uma bandeira de luta do Movimento Estudantil, foi tomada pelo Estado, institucionalizada pela força da lei da reforma do ensino, e então devolvida aos estudantes como um desafio político" (SOUSA, 2010).

Em 1969, o educador brasileiro Paulo Freire, exilado no Chile em função do regime militar, publica o livro "Extención o Comunicación?" – posteriormente, traduzido para o português e lançado no Brasil como "Extensão ou Comunicação?" (FREIRE, 1983), dirigido a engenheiros agrônômos, reflete sobre a extensão universitária e critica o papel assumido pelo

agronômo em relação ao agricultor, ao transformar este último em uma "coisa", o dominando e transformando o ensino na extensão como algo mecânico (depositando o conhecimento em quem "desconhece"). O autor entendia que a extensão é uma troca de saberes e propunha que o termo extensão fosse substituído por “comunicação” Universidade-sociedade.

Suas ideias influenciaram a percepção da extensão no Brasil. Nogueira (2005, p.109) confirma esta influência ao afirmar que alguns grupos passaram a definir a extensão como

ação institucional voltada para o atendimento das organizações e populações, com um sentido de retroalimentação e troca de saberes acadêmico e popular. Nessa perspectiva, as camadas populares deixaram de ser o objeto para se tornarem o sujeito da ação extensionista, denotando, assim, avanços significativos em relação à noção de extensão universitária construída na década anterior (NOGUEIRA, 2005, p.109).

Como dito anteriormente, a CINCRUTAC tinha por objetivo coordenar as ações dos CRUTAC. Em 1974 a Coordenação de Atividades de Extensão (CODAE) – criada como uma medida da Comissão Mista MEC/MINTER constituída no mesmo ano – assume as funções da CINCRUTAC (SOUSA, 2010).

Após a criação da CODAE, o MEC elabora em 1975 o Plano de Trabalho de Extensão Universitária, chamando para si a responsabilidade de elaborar políticas de extensão nas Universidades brasileiras (NOGUEIRA, 2015). As ideias de Paulo Freire influenciaram a criação do documento, que continha termos como "retroalimentação, integração, equilíbrio" - estes, no entanto, teriam ficado restritos aos documentos e não a realidade das ações extensionistas (BOTOMÉ, 1996).

O plano propunha identificar quais ações de extensão deveriam ser desenvolvidas pelas IES, como estas seriam articuladas internamente, em nível interinstitucional e com órgãos públicos e de apoio a extensão e procura maneiras de coordená-las (NOGUEIRA, 2005; SOUSA, 2010). Dentre as ideias do Plano de Trabalho de Extensão Universitária, duas delas merecem destaque: a relação entre ensino, pesquisa e extensão e a ideia da troca entre saberes acadêmicos e popular (NOGUEIRA, 2005).

O plano define a extensão universitária como

um subsistema componente do Sistema Universitário, através do qual a Instituição de Ensino Superior estende sua área de atendimento às organizações, outras instituições e populações de modo geral, delas recebendo um influxo no sentido de retroalimentação dos demais componentes, ou seja, o ensino e a pesquisa. A extensão da Universidade se processa sob a forma de cursos, serviços, difusão de resultados de pesquisas e outras formas de atuação exigidas pela realidade da área onde a instituição se encontra inserida ou exigência de ordem estratégica (BRASIL, 1976 *apud* SOUSA, 2010).

O CRUB (criado em 1966), no entanto, elabora um documento criticando o Plano ao afirmar que nele as ações extensionistas são generalizadas a quaisquer atividades entre Universidade e comunidade mas, para este conselho, apenas as ações que estendessem o ensino e a pesquisa poderiam ser consideradas como extensionistas (BOTOMÉ, 1996).

Na ótica de Nogueira (2005), a maior conquista da atuação da CODAE – extinta em 1979 – e do Plano de Trabalho de Extensão Universitária não são as mudanças no cotidiano das atividades extensionistas nas Universidades – já que não existem indícios que de fato ocorreram – e sim a reflexão sobre a extensão que iniciara a partir deles.

Em 1980, o decreto nº 85.487 (BRASIL, 1980) coloca como atribuição do corpo docente das IFES o ensino, a pesquisa e a extensão. Em 1985 chega ao fim a ditadura militar no Brasil e as Universidades são renovadas e democratizadas, iniciam-se os votos diretos para os quadros de dirigentes das instituições e há um fortalecimento da carreira docente (SOUSA, 2010).

A extensão, nesta época, deixa de ser vista apenas como a prestação de serviços gratuitos a comunidades carentes, passando a ir além do assistencialismo (SOUSA, 2010). O cunho mercantilista da extensão começa a ganhar espaço (IMPERATORE; PEDDE; IMPERATORE, 2015).

Um marco na história da extensão universitária é a criação, em 1987, do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - FORPROEX, que passa a atuar decisivamente “na conceituação, institucionalização e na definição de políticas de extensão para as IES públicas” (NOGUEIRA, 2013, p.4). Para manter atualizadas as informações das instituições participantes do Fórum, foi criada a Rede Nacional de Extensão – RENEX. Quase 30 anos após sua criação o FORPROEX segue ativo e suas principais ações e normativas serão discutidas posteriormente.

A partir da criação do Fórum, as principais discussões sobre a extensão universitária passaram a ser baseadas:

na função social da Universidade a partir da conciliação de objetivos acadêmicos e comunitários; na indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão; no caráter interdisciplinar da ação extensionista, na necessidade de institucionalização da extensão nas Universidades e no próprio MEC; no reconhecimento do saber popular e a valorização da troca de saberes Universidade-sociedade; na necessidade de financiamento estatal da ação extensionista (NOGUEIRA, 2005 *apud* IMPERATORE; PEDDE, 2015, p. 6).

No ano de 1988, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas Universidades – discutida desde o plano de trabalho de extensão de 1975 – conquista o patamar de princípio constitucional, no artigo 307. Para diversos autores, no entanto, isso não foi o suficiente para colocá-la no mesmo nível do ensino e da pesquisa, justificando a existência do FORPROEX como ator responsável por seu fortalecimento.

Na década de 1990, ocorre um fortalecimento da sociedade civil possibilitando repensar a Universidade pública e suas práticas de ensino, pesquisa e extensão. Essa última, passa a ser vista como elemento articulador do ensino e da pesquisa, perpassando as ações isoladas realizadas fora da Universidade e envolvendo toda a instituição. É encarada como uma "oxigenação necessária à vida acadêmica" e valoriza-se a troca de conhecimentos acadêmicos e populares (FORPROEX, 2001, p.2).

Em 1996 é publicada a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), que regulariza a extensão como uma finalidade das IES. Em seu artigo 43, estabelece que a educação superior tem por finalidade: " VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade" e "VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição" e no artigo artigo 52 "as Universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano (...). Abre, também, a possibilidade de concessão de bolsas de estudos pelo Poder Público para atividades de extensão – artigo 77, § 2º.

Conforme informações do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPREX, 2007, p.17), em novembro de 1999 é publicado o Plano Nacional de Extensão, estabelecendo o conceito de extensão universitária como: "o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade". O Plano define, também, quatro diretrizes para a extensão universitária. São elas: impacto e transformação, interação dialógica, interdisciplinaridade, indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão. Estas serão detalhadas posteriormente.

O Plano Nacional de Extensão também expôs a necessidade de um sistema de registro de informações das ações de extensões e dar conhecimento público das atividades extensionistas das instituições participantes do FORPROEX. Isto ocorrerá 4 anos depois, com a adaptação de um sistema já existente na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG,

que recebeu o nome de SIEXBRASIL (FORPROEX, 2007). Atualmente as informações sobre as ações de extensão das IES são depositadas no Sistema de Informações e Gestão de Projetos - SIGProj, coordenado pelo MEC (BRASIL, 2016c).

Em 2001, a lei nº 10.172 estabeleceu o Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001) com vigência de 10 anos. Segundo Imperatore, Pedde e Imperatore (2015, p.3), o PNE sofreu fortes influências da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e do Banco Mundial e foi fruto de dois "projetos antagônicos" - o chamado PNE da Sociedade Brasileira elaborado nos I e II Congressos Nacionais de Educação e de um PNE elaborado como resposta às pressões do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Para os autores, o PNE não passou de uma "carta de intenções".

A lei nº 10.172 (BRASIL, 2001) estabelecia como meta para o ensino superior: "Implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior no quadriênio 2001-2004 e assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas". Nota-se, com isso, o início de debates sobre a obrigatoriedade de curricularizar a extensão.

Em 2003, a partir de uma iniciativa entre MEC e FORPROEX e por meio da SESu/MEC é criado o Programa de Apoio à Extensão Universitária – PROEXT/MEC, com a mesma sigla de um programa de fomento à extensão universitária realizados entre 1993 e 1995 (NOGUEIRA, 2005). Esse programa é regulamentado através do decreto n.º 6.495, de 30 de junho de 2008 (BRASIL, 2008b) e tem por objetivo apoiar ações que contribuam com a implantação de políticas públicas. O PROEXT/MEC é o maior programa de fomento a extensão universitária e conta com a contribuição de ministérios parceiros para a elaboração das linhas temáticas e na avaliação das propostas (OTTONI, IN: LIMA; MONEGO, 2014).

A lei n.º 10.861 (BRASIL, 2004), ao instituir o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), apresenta em seu Art. 3º a obrigatoriedade, ao se avaliar a IES, de considerar a sua política de extensão e suas respectivas formas de operacionalização (II), a sua responsabilidade social e sua contribuição com “a inclusão social, o desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural” (III) e a sua comunicação com a sociedade (IV).

O Conselho Nacional de Educação (CNE) emitiu o parecer CNE/CES Nº 008/2007 (BRASIL, 2007b, p.9), dispondo sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Nele, o CNE afirma que as diretrizes curriculares dos cursos tem a finalidade de "assegurar a

flexibilidade e a qualidade de formação oferecida aos estudantes", observando alguns princípios como: "fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a **participação em atividades de extensão**" (grifo nosso).

Em 2010, o decreto nº 7.416 (BRASIL, 2010) regulamenta a concessão de bolsas para o desenvolvimento de atividades de ensino e extensão e estabelece em seu Art. 1º a possibilidade de concessão de bolsas pelas IFES a graduandos na modalidade extensão, "para o desenvolvimento de atividades de extensão universitária destinadas a ampliar e fortalecer a interação da instituições com a sociedade".

No ano de 2012, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras divulga a Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012, p.4), demonstrando o comprometimento das Universidades que fazem parte do fórum com o pacto de transformar a Universidade pública em instrumento de "mudança social em direção à justiça, à solidariedade e à democracia". Apresenta como objetivos: fortalecer a extensão universitária, organizar suas ações e financiamentos, amplificar ações extensionistas voltadas a elaboração de políticas públicas e atendimento das necessidades sociais entre outros.

Um conceito atualizado de extensão universitária também é apresentado neste documento:

A extensão universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012, p.15).

A Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012) acrescenta mais uma diretriz às citadas no Plano Nacional de Extensão de 2009 – o impacto na formação discente – e as define como:

- Interação dialógica: criar relações entre Universidade e sociedade - inclusive com movimentos sociais - efetivando o diálogo, a mão dupla e a troca de saberes acadêmicos e profissionais – ambos contribuindo para a formação do conhecimento;
- Interdisciplinaridade e interprofissionalidade: combinar os diversos conceitos e modelos aprendidos em várias disciplinas e áreas de conhecimento e, também, interagir com diferentes setores, organizações e profissionais com a finalidade de que se estructure ações que conciliem teoria e prática;

- Indissociabilidade ensino – pesquisa – extensão: as ações de extensão deverão estar baseadas na formação de pessoas (ensino) e no conhecimento gerado (pesquisa). Nesta diretriz é colocada a questão da flexibilização curricular dos discentes e a atribuição de créditos acadêmicos;

- Impacto na formação do estudante: a extensão influencia diretamente a formação do aluno através do conhecimento da realidade e/ ou do contato com questões atuais. A diretriz destaca a possibilidade de flexibilização curricular e da creditação de ações de extensão, ressaltando ser imprescindível para a efetividade da extensão na formação discente que as atividades extensionistas prevejam a designação de um orientador, os objetivos e quem estará envolvido na ação e como a participação do acadêmico será avaliada;

- Impacto e transformação: levantar as questões prioritárias e que de fato colaborem com o desenvolvimento e a mudança social e agir efetivamente para implantar as soluções.

Merece destaque a visão do Fórum sobre a necessidade da curricularização da extensão, não apenas como aproveitamento de créditos de ações extensionistas, mas como parte dos projetos pedagógicos dos cursos, uma das protagonistas da formação profissional dos acadêmicos e da produção de conhecimentos e, também, a imprescindibilidade de um sistema para monitoramento e avaliação das ações extensionistas (FORPROEX, 2012).

Para que esses instrumentos imprimam qualidade à formação do estudante, as ações extensionistas devem possuir um projeto pedagógico que explicita três elementos essenciais: (I) a designação do professor orientador; (II) os objetivos da ação e as competências dos atores nela envolvidos; (III) a metodologia de avaliação da participação do estudante. A qualificação da formação do estudante, por meio de seu envolvimento em atividades extensionistas, depende também, no âmbito interno das Universidades, de um diálogo franco e permanente dos órgãos destinados ao fomento das ações extensionistas com os colegiados de gestão acadêmica da graduação e da pós-graduação, de forma a possibilitar a aplicação efetiva das diretrizes de Extensão Universitária e da legislação vigente (FORPROEX, 2012, p. 19).

Por fim, a Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012) apresenta doze ações necessárias para o fortalecimento da extensão universitária. Destacam-se a incorporação das ações de extensão nos PPCs dos cursos; regulamentação que autorize o pagamento de bolsas para servidores (docentes e técnicos) que estejam envolvidos em ações de extensão; reconhecimento em concursos e progressões da participação em ações extensionistas; consolidar mecanismos de financiamento das atividades de extensão; instituição do Plano Nacional de Extensão; incorporação da extensão como mecanismo de avaliação das IES; entre outros. A continuidade da exigência da creditação curricular da

extensão como meta do novo PNE, que estava em elaboração, também era uma necessidade apresentada.

O Plano Nacional de Educação é responsável por trazer diretrizes para todos os níveis de educação e pela "orientação, execução e aprimoramento de políticas públicas do setor" (ALVES, IN: BRASIL, 2014, p.7). O novo PNE, com vigência entre 2014 a 2024 (BRASIL, 2014), estabelece como uma estratégia para elevação da taxa de matrículas no ensino superior "assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social". As diferenças entre essa estratégia e a estabelecida no PNE 2001-2010 (BRASIL, 2001) são a definição de que a efetivação das ações será em programas e projetos e a prioridade para "áreas de grande pertinência social".

Ao analisar o atual instrumento do SINAES para avaliação externa dos cursos de graduação presenciais e a distância (BRASIL, 2016b) é possível constatar que devem ser informados para a avaliação o número de discentes do curso participantes em projetos de extensão – inclusive quantos são os participantes de programas internos e/ ou externos de fomento – e as áreas de atuação do curso na extensão. E, como critérios de avaliação, verificar: se as políticas de extensão do Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade estão previstas e implantadas no âmbito do curso e se na estrutura curricular do PPC do curso está assegurado o mínimo de 10% do total da carga horária do curso em atividades de extensão (BRASIL, 2016b).

Muito já foi avançado no que tange a extensão universitária. A recente possibilidade de registro no Currículo Lattes das atividades de extensão é um sinal disso. No entanto, além de uma maior visibilidade e das condições propícias para o desenvolvimento da extensão na instituição, é necessário um apoio político e uma segurança financeira:

é preciso destacar também as condições existentes, para além da Universidade, como aquelas estabelecidas pelo Ministério da Educação, também um campo, mais político. A Extensão, embora reconhecida pelo MEC, não é valorizada ao ponto de haver em sua estrutura administrativa uma Coordenadoria junto à Secretaria de Ensino Superior (SESu) voltada especialmente para ela, com a qual o FORPROEX e as Universidades pudessem articular suas demandas e construir uma política específica. Apesar da permanência anual do Edital Programa de Extensão Universitária (PROEXT/MEC), uma situação recorrente é a indefinição quanto aos recursos que lhe serão destinados. Outro elemento a destacar é a ausência da Extensão como componente da fórmula do MEC para o cálculo dos recursos orçamentários das Universidades, apesar de haver dados objetivos e auditáveis que poderiam ser utilizados. (GONÇALVES, 2015, p. 1240-1).

O quadro 1 apresenta um resumo da evolução histórica da extensão universitária no Brasil.

Quadro 1 - Resumo dos principais eventos sobre a extensão universitária no Brasil

Ano	Evento	Contribuição da extensão para aprendizagem
1549	Surgimento do ensino superior do Brasil através da Companhia de Jesus.	Os jesuítas ofertavam à população cursos de artes e buscavam também atrair jovens que tivessem vocação eclesiástica.
1827	Cursos de Direito em São Paulo e Olinda.	Estudantes destes cursos questionam as ações legais da Monarquia e estendem seus conhecimentos para a sociedade, com debates.
1911	Universidade Livre de São Paulo.	Atua no oferecimento de cursos e de conferências, sob a influência do modelo inglês.
1926	Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV).	Atua na prestação de serviços, sob a influência do modelo norte-americano.
1931	Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto nº 19.851).	O oferecimento dos cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário (Art. 42). A propagação da atividade técnica e científica dos institutos universitários (Art. 35). O aperfeiçoamento individual e coletivo (Art. 109). artísticos, literários e científicos, em benefício da difusão de conhecimentos filosóficos,
1959/1960	União Nacional dos Estudantes (UNE).	Movimentos culturais e políticos vinculados ao compromisso social. Metodologias que vinculavam a prática à reflexão.
1966	Projeto Rondon.	Proporciona espaços para a atuação de estudantes e docentes junto às comunidades rurais e busca a integração nacional.
1966	Criação do CRUTAC pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).	Cria o Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária (Crutac), que trabalha pela melhoria das condições de vida da população rural.
1968	Reforma Universitária.	Indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão. Relação dos cursos, serviços especiais, atividades ensino e os resultados da pesquisa.
1969	Publicação do livro “Extención o comunicaci3n?” por Paulo Freire	Crítica a prática extensionista realizada naquele tempo e apresenta uma nova visão de extensão como troca entre saberes acadêmico e popular (retroalimentando-se).
1974	Coordenação das Atividades de Extensão (CODAE).	Plano de Trabalho Extensão Universitária, com destaque para o atendimento à população e para a troca de saberes acadêmicos e populares, em que as camadas populares podem ser o sujeito da ação extensionista.
1970-1980	Movimentos pela redemocratização do País.	Reelaboração da concepção de Universidade pública na articulação da extensão com o ensino e a pesquisa.
1987	Criação do FORPROEX.	Promove a articulação de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.
1988	Constituição Federal de 1988.	Princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como base da Universidade (Art. 207).

1996	LDB nº 9.394.	A extensão como uma das finalidades da Universidade. A possível vinculação à bolsa de estudos.
1996	Plano Nacional de Extensão Universitária (Universidades públicas).	Unidade nacional nas temáticas, sendo a extensão relacionada à concepção de Universidade cidadã. Viabilidade de solução dos grandes problemas sociais do país pelas ações de extensão universitária.
2001	Plano Nacional de Educação (2001-2010) – Lei nº 10.172.	Propõe que 10% do total de créditos exigidos para a graduação devam ser reservados para a atuação dos estudantes em ações extencionistas (meta 23).
2003	Criação do PROEXT (MEC e FORPROEX)	Cria-se o Programa de Apoio à Extensão Universitária voltado às Políticas Públicas (PROEXT/SESu – MEC), com editais para financiamento de projetos de extensão.
2004	SINAES – Lei nº 10.861.	Coloca como obrigatório ao avaliar as instituições de ensino superior considerar a política de extensão, a responsabilidade social e a comunicação com a sociedade.
2010	Decreto nº 7.416.	Regulamenta a concessão de bolsas para o desenvolvimento de extensão universitária, destinadas a ampliar e fortalecer a interação das instituições com a sociedade (Art. 1º, inciso II).
2012	Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX)	Propõe a integração curricular da extensão, a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Extensão e a incorporação dos aspectos formativos da extensão nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação.
2014	Plano Nacional de Educação (2014-2024) – Lei nº 13.005.	Propõe que 10% do total de créditos exigidos para a graduação devam ser reservados para a atuação dos estudantes em ações extencionistas (estratégia 12.7).

Fonte: Adaptado de Costa-Renders e Silva (2013)

3.1 CONCEITOS E CLASSIFICAÇÕES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Em 2007 o FORPROEX divulga o documento intitulado Organização e Sistematização (FORPROEX, 2007), definindo como devem ser classificadas as ações extensionistas nas IFES, em relação às áreas de conhecimento, áreas temáticas, linhas de extensão e tipos de atividades.

As ações de extensão precisam ser classificadas nas oito áreas de conhecimento definidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq): Ciências Exatas e da Terra; Ciências Biológicas; Engenharia/ Tecnologia; Ciências da Saúde; Ciências Agrárias; Ciências Sociais; Ciências Humanas; Linguística, Letras e Artes.

Obrigatoriamente, também, necessitam ser classificadas conforme sua área temática principal – a que mais se assemelha do assunto – e, opcionalmente, em uma área temática

secundária. São elas: Comunicação; Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologia e Produção; Trabalho

Em relação às linhas de extensão, as ações podem ser classificadas em 53 diferentes linhas: Alfabetização, leitura e escrita; Artes cênicas; Artes integradas; Artes Plásticas; Artes visuais; Comunicação estratégica; Desenvolvimento de produtos; Desenvolvimento regional; Desenvolvimento rural e questões agrárias; Desenvolvimento tecnológico; Desenvolvimento urbano; Direitos individuais e coletivos; Educação profissional; Empreendedorismo; Emprego e renda; Endemias e epidemias; Divulgação científica e tecnológica; Esporte e Lazer; Estilismo; Fármacos e medicamentos; Formação de professores; Gestão do trabalho urbano e rural; Gestão informacional; Gestão institucional; Gestão informacional; Gestão pública; Grupos sociais vulneráveis; Infância e adolescência; Inovação tecnológica; Jornalismo; Jovens e adultos; Línguas estrangeiras; Metodologias e estratégias de ensino/aprendizagem; Mídia-arte; Mídias; Música; Organização da sociedade e movimentos sociais; Patrimônio cultural, histórico e natural; Pessoas com deficiências, incapacidades e necessidades especiais; Propriedade intelectual e patentes; Questões ambientais; Recursos hídricos; Recursos sólidos; Saúde animal; Saúde da família; Saúde e proteção no trabalho; Saúde humana; Segurança alimentar e nutrição; Segurança pública e defesa social; Tecnologia da informação; Terceira idade; Turismo; Uso de drogas e dependência química; Desenvolvimento humano.

Por fim o FORPROEX (2007) define que as ações de extensão podem ser classificadas como:

- I – PROGRAMA: Conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), preferencialmente integrando as ações de extensão, pesquisa e ensino. Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo”;
- II – PROJETO: Ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado. Pode ser vinculado a um programa (forma preferencial – o projeto faz parte de uma nucleação de ações) ou não-vinculado a programa (projeto isolado);
- III – CURSO: Ação pedagógica, de caráter teórico e/ou prático, presencial ou a distância, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 horas e critérios de avaliação definidos;
- IV – EVENTO: Ação que implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade;
- V – PRESTAÇÃO DE SERVIÇO: Realização de trabalho oferecido pela Instituição de Educação Superior ou contratado por terceiros (comunidade, empresa, órgão público, etc.); a prestação de serviços se caracteriza por intangibilidade, inseparabilidade processo/produto e não resulta na posse de um bem. (FORPROEX, 2007, p. 36)

3.2 OS DESAFIOS DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

A necessidade da incorporação da extensão nos currículos dos cursos de graduação é um grande desafio mas, também, uma oportunidade de se institucionalizar a extensão universitária (UFAL, 2016; BENETTI; SOUSA; SOUZA, 2015). Incita as IES a refletirem sobre suas políticas públicas e suas ações extensionistas que, em sua maioria, são "assistencialistas e ou mercantilistas" (IMPERATORE; PEDDE, 2015, p.1), possibilitando mudanças.

Para Ferreira e Gabriel (2008, p.194), ao assemelhar-se às disciplinas, a extensão afastasta-se da "subalternidade" em que historicamente é colocada, integrando-se ao ensino e a pesquisa e contando como créditos na formação dos alunos. O aluno, ao ingressar na Universidade, já possui uma carga horária definida de ensino a ser cumprida para graduar-se. Com a curricularização, essa pré-definição ocorre também com a extensão.

A estratégia 12.7 "mobiliza e inspira" quem deseja um ensino superior que perpasse a formação profissional e possibilita que a mudança de um currículo rígido para uma flexibilização curricular moldada pelo compromisso social (IMPERATORE; PEDDE, 2015, p.7).

A curricularização da extensão está intimamente ligada a flexibilização curricular, quando o estudante torna-se protagonista de sua formação acadêmica ao optar por quais componentes curriculares e quais atividades farão parte de seu caminho universitário. Com ela, "não é a instituição de ensino superior que define a formação do aluno e sim as escolhas que este faz" (CARNEIRO; COLLADO; OLIVEIRA, 2014, p. 15).

No entanto, existem desafios para adaptar os projetos pedagógicos dos cursos para esta flexibilização curricular:

Vários determinantes vêm desafiando as instituições de educação superior na revisão do currículo tradicional, grade: o movimento próprio da realidade, as questões sociais, as mudanças na organização do estado, o pensar e o agir decorrentes de uma visão moderna e fragmentada de ciência, entre outros; aliados a estes, pontuamos que a questão legal, associada às autorizações e reconhecimentos dos cursos de graduação, pode ser saída para a construção de avanço do coletivo institucional docente (ANASTASIOU, 2007, p. 44).

Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, ex-presidente do FORPROEX, em entrevista para Lima e Monego (2014), ressalta a importância da flexibilização para a institucionalização da extensão:

os elementos fundamentais para a institucionalização da extensão passam pelos âmbitos acadêmicos e administrativos, quer tratem da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, do reconhecimento como atividade acadêmica curricular, do impacto na formação do estudante, ou da inserção nos parâmetros e indicadores na matriz de alocação de recursos e vagas de docentes e de técnicos, no devido reconhecimento nos processos seletivos e no cômputo da produção acadêmica para ascensão funcional, entre outros. Nesse sentido, a flexibilização curricular apresenta grande relevância, como possibilidade de reconhecimento da extensão no processo de formação dos estudantes universitários, a partir da ampliação do conceito de sala de aula, considerando os processos de aprendizagem nos mais diversos espaços, com base na interdisciplinaridade e visando a produção de conhecimento significativo e pertinente aos desafios postos pelas condições de vida da população brasileira (FERREIRA, IN: LIMA; MONEGO, 2014, p.9).

A flexibilização curricular foi possibilitada pela LDB (BRASIL, 1996). E, através dela:

o Currículo passa a ser concebido como um processo não-linear e rotineiro, onde as disciplinas deixam de ser verdades acabadas a serem repassadeneas e transmitidas. Torna-se um espaço de produção coletiva e de ação crítica. Os conteúdos das disciplinas não são mais a “essência” de um curso, tornando-se referências para novas buscas, novas descobertas, novos questionamentos, oferecendo aos estudantes um sólido e crítico processo de formação. Quando a Universidade utiliza tais possibilidades, efetiva-se a Flexibilização Curricular, na perspectiva de um currículo que rompe com a predominância de disciplinas, tendo a transdisciplinaridade como eixo de referência (FORPROEX, 2006, p.46)

A LDB desafia o modelo tradicional de currículos, apresentando novos desafios, principalmente no que tange a organização institucional e ao trabalho docente, que precisam adequar-se desde a criação do projeto institucional até a efetivação nos cursos (ANASTASIOU, 2007).

O FORPROEX (2006) defende que os PPCs dos cursos são os responsáveis por efetivarem a flexibilização, respeitando suas especificidades. Cita que as atividades de extensão podem ser estabelecidas como complementares obrigatórias ou livres, ambas passando por processo avaliativo. As obrigatórias são organizadas e tem periodicidades definidas pela comissão de curso. As livres são organizadas individualmente, no entanto, dependem de aprovação da mesma comissão. Sugere, também, que podem ser registradas como disciplinas optativas de extensão em alguns períodos, disciplinas obrigatórias de extensão em todos os semestres ou como atividades complementares de graduação. Aventa a possibilidade de aproveitamento de estágios não obrigatórios como atividades de extensão e por último, apresenta a possibilidade de estabelecer nos Projetos Pedagógicos dos Cursos componentes curriculares que possuam, em sua distribuição de carga horária, uma parcela restrita às atividades de extensão (ou pesquisa), possuindo íntima relação com o ensino da disciplina. Não estão, no entanto, restritas apenas a estas formas. A Universidade Federal de

Alagoas (2016), em seu guia para a curricularização, defende essa última proposta como ideal para a computação de créditos.

Em relação à efetividade da creditação da extensão nos currículos acadêmicos, Benetti, Sousa e Souza (2015) comentam sobre o caminho percorrido na Universidade Federal do Rio de Janeiro para a implementação da curricularização da extensão. Em um primeiro momento, foi levada a discussão da comunidade acadêmica a necessidade de curricularização. Nesta situação, foi observada a necessidade de conceituar programa, projeto, evento e curso de extensão, desconhecidos pela maioria. Como segundo desafio, citam o ajuste do currículo de modo a incluir o mínimo de 10% de ações extensionistas sem aumentar a carga horária total dos cursos e também ampliar o número de ações de extensão para que todos os acadêmicos tenham a possibilidade de participar e cumprir a carga horária durante sua formação. Como terceira ação, foi efetivada uma regulamentação que coloca a extensão no mesmo patamar do ensino e da pesquisa para a instituição, pontuando para a progressão funcional e para a distribuição de vagas docentes. Foi colocada pela comunidade acadêmica a necessidade de pessoal para apoio, infraestrutura e recursos materiais para efetivar as ações extensionistas.

Imperatore, Pedde e Imperatore (2015) relatam sua participação em eventos sobre a curricularização da extensão em busca de respostas de como atender a estratégia do PNE. Perceberam, nos debates realizados, a preocupação dos participantes em como proporcionar aos discentes trabalhadores o envolvimento em ações de extensão; como propiciar atividades para que todos os acadêmicos tenham possibilidade de cumprir os créditos necessários; quais serão os impactos na política institucional, estruturas de gestão, sistemas de informação, sistematização da extensão, investimentos, fontes de financiamento, formação docente, rediscussão dos PPCs.

Muitas instituições estão se organizando para efetivarem a curricularização da extensão, inclusive com minutas enviadas para aprovações em conselhos e comissões. O quadro 2 apresenta as instituições que já possuem resoluções a respeito e quais as suas orientações.

Quadro 2 – Instituições com normativas de creditação da extensão

Instituição	Principais orientações
Instituto Federal de Educação, Ciência e	Exige adequação dos 10% dos currículos dos cursos de ensino superior (art. 1º);

Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) - Resolução CONSUP nº 40/2016	<p>Forma de curricularização a critério dos cursos, podendo ser:</p> <p>I. como parte de componentes curriculares não específicos de extensão;</p> <p>II. como unidades curriculares específicas de extensão;</p> <p>III. como composição dos itens I e II.</p> <p>Prazo de conclusão de revisões PPCs: dezembro de 2017.</p>
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - Resolução CONSEPE 01/2013	<p>Não faz referência aos 10% do PNE;</p> <p>Regulamenta o aproveitamento da Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade (ACCS) para integralização curricular dos Cursos de Graduação e Pós Graduação;</p> <p>Prazo adaptação dos currículos: fevereiro de 2018.</p>
Universidade Federal de Alagoas (UFAL) - Guia para Curricularização da Extensão na UFAL	<p>Obrigatoriedade na previsão de 10% dos créditos dos cursos em atividades de extensão</p> <p>Formas de curricularização:</p> <p>I. Projetos integradores - O colegiado do curso é responsável pela definição de quais disciplinas disponibilizarão carga horária para ações interdisciplinares;</p> <p>II. Curricularização por meio de programas de extensão já institucionalizados, com registro nas partes flexíveis dos currículos dos cursos.</p> <p>Não estabelece prazo para adequação.</p>
Universidade Federal de Pelotas (UFPEl) - Resolução COCEPE nº 06/2016	<p>Exige adequação dos 10% dos currículos dos cursos (Art. 1);</p> <p>O colegiado de cada curso deverá elaborar critérios para a inclusão de uma ou mais formas de extensão no currículo:</p> <p>I. Criação da disciplina "Extensão, Universidade e Sociedade", definindo quais atividades/ temas poderão ser contempladas;</p> <p>II. Criação da atividade "Requisitos Curriculares em Extensão" (RQE);</p> <p>III. Desenvolvimento de ações de extensão dentro de disciplinas.</p> <p>Prazo para adequação dos PPCs: março de 2018.</p>
Universidade Federal do Cariri (UFCA) - Resolução nº 01/2014 – CAMEX; Anexo X da Resolução n.º 01/2014/CONSUP	<p>Apresenta a necessidade de adequação ao 10% do PNE, sem exigências;</p> <p>Sugestões de adequação, a critério dos cursos:</p> <p>I. em atividades complementares (explicando como será trabalhada a extensão);</p> <p>II. disciplinas de extensão optativas;</p> <p>III. integração das atividades de extensão nas disciplinas e atividades obrigatórias (parte prática de disciplinas ou de um conjunto de disciplinas).</p> <p>Não estipula prazo para adaptação dos PPCs.</p>
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - Resolução CEG n.º 02/2013; Resolução CEG n.º 03/2014; Resolução CEG n.º 04/2014;	<p>Obrigatoriedade de previsão de 10% em todos os currículos dos cursos de graduação.</p> <p>Formas de adequação:</p> <p>I. registro no histórico escolar do discente como Requisitos Curriculares Suplementares de Extensão (RCS/Ext);</p> <p>II. disciplinas de Extensão;</p> <p>III. criação de disciplinas de natureza mista: teóricas/extensão; teóricas/prática/extensão.</p> <p>Prazo para adequação dos PPCs: dezembro de 2013, prorrogado para março de 2015.</p>
Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) - Resolução n.º 08/2015	<p>Os currículos dos cursos deverão assegurar, no mínimo, 10% dos créditos em extensão (Art. 11).</p> <p>A operacionalização dessa creditação deverá ser regulamentada pela Câmara de Ensino, ouvida a Câmara de Extensão.</p> <p>Não estabelece prazo para adequação.</p>

Fonte: Resoluções citadas. Elaborado pela autora.

O FORPROEX (2015) definiu, através do documento “Carta de Gramado”, seis eixos de trabalho das IES e do Fórum para o “fortalecimento e valorização da Extensão interna e externamente às instituições”, para que a curricularização da extensão ocorra de fato e que ela tenha um papel relevante na formação discente e na Universidade como instrumento de transformação social. São eles:

O Eixo 01 visa buscar a legitimidade e reconhecimento da extensão na gestão da Universidade; No eixo 2, busca-se a inserção da extensão, a partir do mapeamento das ações já existentes nas Unidades Acadêmicas; pelo Eixo 3, busca se a validação da extensão, por meio da criação de grupos de extensão e pesquisa junto ao CNPq; No eixo 4, entende-se a necessidade da internacionalização da extensão universitária; já no Eixo 5, a ênfase é na produção de avaliação de indicadores quantitativos e qualitativos que contemplem a natureza da extensão e que sejam mensuráveis e auditáveis, que permitam avaliar, acompanhar o impacto das ações de extensão. Finalmente, o que perpassa o Eixo 6 é a busca do fortalecimento das publicações sobre reflexões teórico-metodológicas acerca das práticas e saberes advindos da extensão (FORPROEX, 2015, p.2).

3.2.1 A prática docente e a creditação da extensão

Um dos principais desafios da curricularização da extensão é o comprometimento docente para a efetivação desta política pública. Anastasiou (2007) explica que, ainda hoje, predomina o modelo jesuítico de metodologia de ensino:

o conteúdo é considerado como pronto e definido, existente no saber do docente e que deve ser assim transmitido; o conhecimento pode ser reduzido a simples informação, mantendo-se a aula expositiva, uma verdadeira palestra. E se o conteúdo é exposto e depois verificado pelo docente, cabe ao aluno copiá-lo e memorizá-lo. Reforça-se a repetição do conteúdo da aula nos exames e verificações; do ponto de vista metodológico predomina, assim, um modelo repetitivo do conteúdo dito pelo professor (ANASTASIOU, 2007, p. 48).

Em relação à extensão, muitos docentes a limitam a divulgação científica e ações com a comunidade externa, desconsiderando a participação de discentes. Docentes, discentes, técnicos e, principalmente, a sociedade, precisam estar efetivamente envolvidos para que de fato ocorra a extensão (BENETTI; SOUSA; SOUZA, 2015, p. 30-31)

Gonçalves (2015) apresenta a teoria de Pierre Bordieu (2004) sobre os *habitus* formativos, acadêmicos, institucional e administrativos que compõe um espaço social. O autor explica que as características dos indivíduos têm uma estreita relação com as experiências adquiridas ao longo de sua vida. E exemplifica:

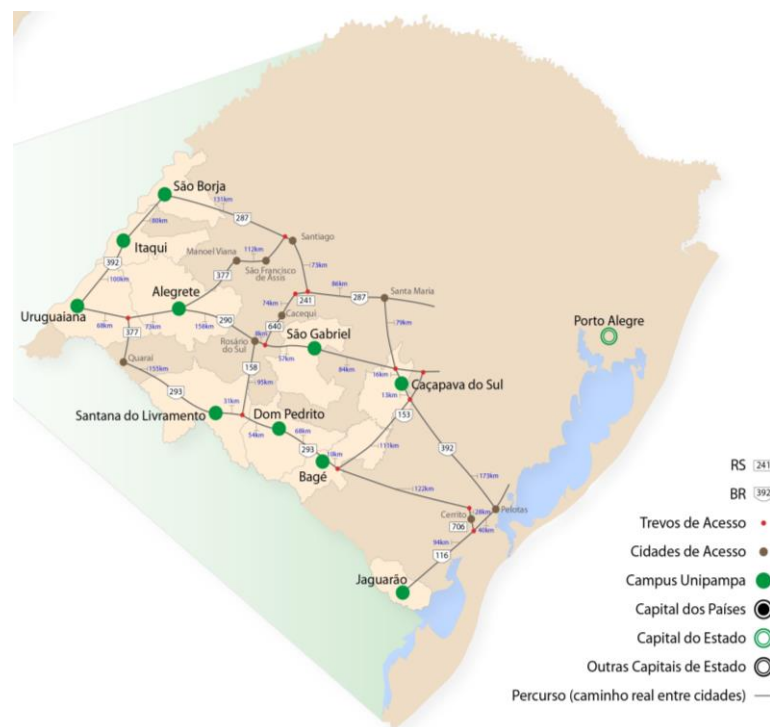
um docente do ensino superior, em relação à sua prática profissional: ele traz consigo experiência enquanto aluno desde a educação básica, a graduação e pós-graduação, e por vezes também enquanto professor em outra instituição, na qual, tendencialmente, reproduziu a compreensão sobre o que é ser um bom professor, sobre o que e como ensinar e avaliar, e sobre sua área de conhecimento. Na Universidade, essas práticas e sentidos são vivenciados (e ensinados), reiterados ou sofrem mudanças ou adequações, com especificidades conforme a instituição, o departamento e a área em que ele irá atuar, ou seja, o campo, suas regras e agentes (GONÇALVES, 2015, p. 1231).

A autora complementa que mesmo o docente sendo apresentado às regras da instituição ao ingressar nela, a sua adesão, omissão ou negação a participação de algumas atividades tem relação com o seu *habitus*. Provavelmente um professor que não teve contato com a extensão em sua trajetória formativa, não percebe a extensão como parte da prática acadêmica e não terá interesse pela efetivação da inserção da extensão em sua atividade docente. Para mudar esse *habitus*, a instituição precisa fomentar discussões e reflexões, mesmo que ocorram resistências.

4 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

A Fundação Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) foi instituída pela Lei 11.640, de 11 de janeiro de 2008 (BRASIL, 2008). Porém, iniciou suas atividades dois anos antes, fruto de um Acordo de Cooperação Técnica entre Ministério da Educação, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Federal de Pelotas (UFPel), ficando cada Universidade com a responsabilidade de implantar 05 Campi da nova instituição, totalizando 10. A figura 1 demonstra a localização dos 10 campi da instituição e a distância entre eles.

Figura 1 – Localização dos Campi da UNIPAMPA



Fonte: UNIPAMPA, 2016a.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UNIPAMPA (2014a) afirma que a criação da instituição teve seu berço ligado ao clamor por parte da comunidade sobre a necessidade de incentivos na área de educação na metade sul do estado do Rio Grande do Sul, sendo que representantes locais pleitearam junto ao Ministério da Educação uma Instituição

Federal de Ensino Superior. O anúncio de criação da Universidade foi feito em ato público na cidade de Bagé, em julho de 2005, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A UNIPAMPA, conforme informações de seu portal institucional (2016a), foi criada em 2006 pelo programa de expansão das Universidades federais no Brasil e objetivava ministrar educação superior pública para uma região historicamente empobrecida, de modo que “o conhecimento produzido neste tipo de instituição é potencializador de novas perspectivas” (UNIPAMPA, 2014a, p.12). Visava, assim, minimizar o processo de estagnação econômica da região, estimulando o crescimento e viabilizando o desenvolvimento local.

Hoff, San Martin e Sopeña (2011) citam Verschoore Filho (2000) e Coronel (2007) para explicar as diferenças econômicas da região norte do estado – desenvolvida, industrializada e competitiva – e da região sul – baseada na agropecuária, com grandes propriedades produtoras de gado e monoculturas agrícolas. Demonstram, também, que a região passava por um período de grande evasão populacional no início do milênio, além das severas dificuldades econômicas.

As atividades da Universidade começaram em 18 de setembro de 2006 e, para a aula inaugural do Campus Bagé, foi convidado o então ministro da educação Fernando Haddad. Neste evento, Haddad informou que o investimento inicial foi de 30 milhões de reais e destacou o compromisso da instituição com o desenvolvimento da metade sul gaúcha, afirmando que “quando voltarmos aqui, daqui a dez anos, poderemos verificar que a Universidade foi a alavanca para o desenvolvimento de toda a região” (TERRA, 2006).

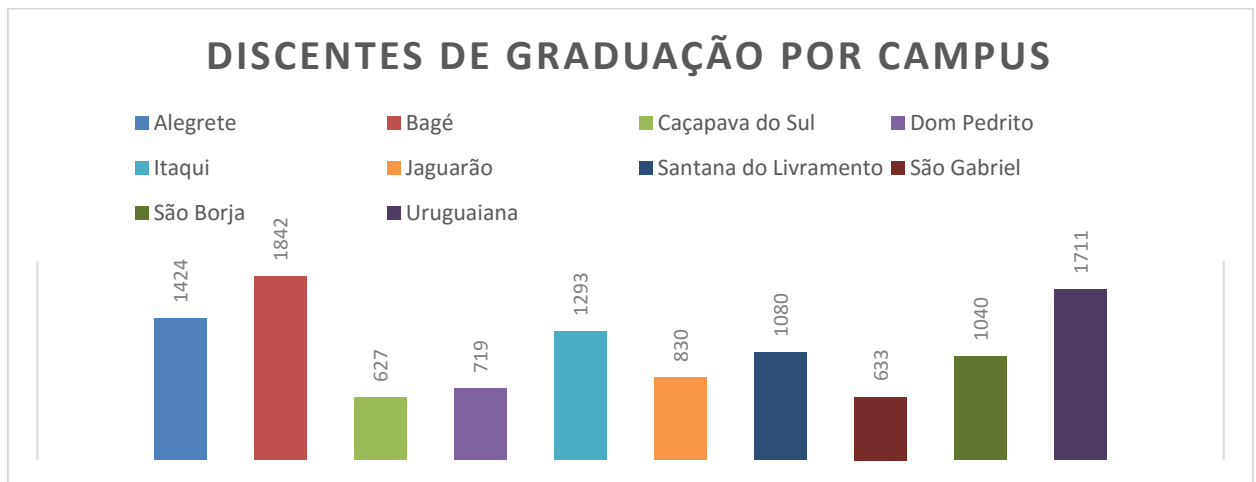
A lei de criação da UNIPAMPA (BRASIL, 2008), no art. 2º, apresenta como objetivos da nova instituição: “ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e **promover a extensão universitária**, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação multicampi na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul” (grifo nosso).

Passados os 10 anos vislumbrados pelo então ministro da educação Fernando Haddad (TERRA, 2006), os dados gerais da instituição (UNIPAMPA, 2016b) demonstram sua importância para a região. Atualmente, a Universidade oferece: 64 cursos de graduação, 18 cursos de pós-graduação *lato sensu* e 18 cursos de pós-graduação *stricto sensu* (15 mestrados e 03 doutorados). O corpo de servidores efetivos da UNIPAMPA é constituído por 814 docentes e 855 técnicos administrativos em educação (UNIPAMPA, 2016c). Conta, ainda, com 70 professores substitutos e com o apoio de 308 funcionários terceirizados (UNIPAMPA, 2016d). Conforme os dados constantes no Sistema de Informações Educacionais (SIE) da UNIPAMPA, no primeiro semestre de 2017 estão matriculados 12.077

alunos, sendo que 11.199 acadêmicos cursam graduação e 878 estão vinculados à pós-graduação (*lato e stricto sensu*).

A figura 2 apresenta o número de alunos de graduação por Campus:

Figura 2 – Discentes de graduação por Campus (2017/1)



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Sistema de Informações Educacionais (SIE) da UNIPAMPA (2017).

A missão da instituição é apresentada em seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2014-2018 (UNIPAMPA, 2014a, p.13):

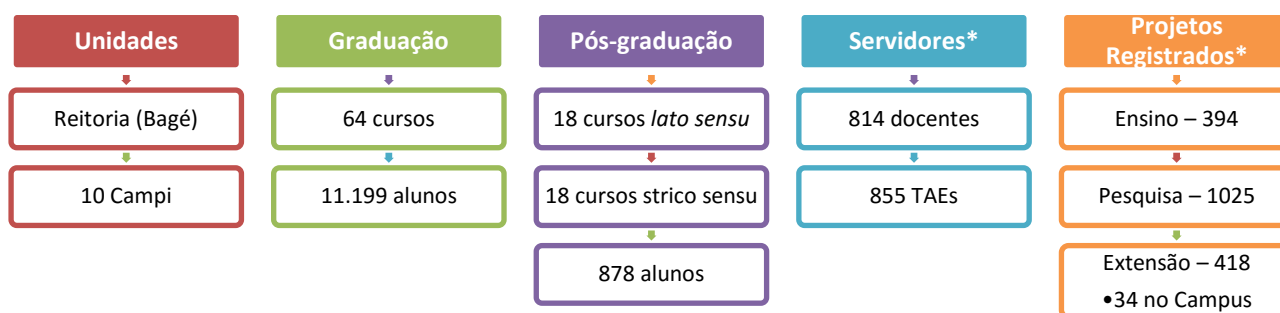
A UNIPAMPA, através da integração entre ensino, pesquisa e extensão, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional.

O Perfil do Egresso da UNIPAMPA, apresentado no PDI (UNIPAMPA, 2014a, p.40) também demonstra a preocupação com o desenvolvimento da região em que a Universidade está inserida:

A UNIPAMPA, como Universidade pública, deve proporcionar uma sólida formação acadêmica generalista e humanística aos seus egressos. Essa perspectiva inclui a formação de sujeitos conscientes das exigências éticas e da relevância pública e social dos conhecimentos, habilidades e valores adquiridos na vida universitária e inserção em respectivos contextos profissionais de forma autônoma, solidária, crítica, reflexiva e comprometida com o desenvolvimento local, regional, nacional e internacional, sustentáveis, objetivando a construção de uma sociedade justa e democrática.

Um dos princípios que regem a UNIPAMPA é o da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (UNIPAMPA, 2009; UNIPAMPA, 2010). Conforme dados institucionais, em 2016, foram devidamente registrados em sistema próprio da instituição: 394 projetos de ensino, 1025 projetos de pesquisa e 418 projetos de extensão. Estes números equivalem ao somatório dos projetos realizados nos 10 Campi e na reitoria. O Campus Santana do Livramento - onde está lotado o curso de Administração - registrou apenas 34 projetos de extensão em 2016 (8% dos projetos de extensão da instituição). A figura 3 apresenta um resumo dessas informações.

Figura 3 – Resumo das informações da instituição



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados institucionais (2017).

4.1 A EXTENSÃO NA UNIPAMPA

O estatuto da Universidade (UNIPAMPA, 2009b, p.2) coloca que a instituição realizará, entre outras ações, a extensão universitária "visando o desenvolvimento social, cultural, científico, tecnológico e econômico de sua área de abrangência, bem como do estado e do país, aberta à participação da comunidade externa e articulada com entidades públicas e privadas, de âmbito regional, nacional e mundial".

Em relação aos PDIs da instituição, o primeiro publicado em 2009 e com validade até 2013 (UNIPAMPA, 2009a) destacava a indissociabilidade entre ensino-pesquisa e extensão como princípio balizador da Universidade e realçava o papel da extensão para a inserção regional da UNIPAMPA. No momento da publicação do primeiro PDI (UNIPAMPA, 2009),

a Universidade contava com 72 projetos de extensão em andamento, sendo 14 desenvolvidos em Santana do Livramento.

Naquela época, apresentava como primeiro objetivo da política de ensino da instituição a articulação entre ensino, pesquisa e extensão como base da formação acadêmica. Como estratégias deste objetivo estavam o estímulo a ações interdisciplinares, o ensino articulado a pesquisa e a extensão e como uma das metas deste objetivo **“inserir projetos de pesquisa e extensão nos currículos de metade dos cursos da UNIPAMPA, até 2013”** (UNIPAMPA, 2009a, p.28 – grifo nosso).

Entre os objetivos, previa aproximar a UNIPAMPA e a sociedade em geral com a ampliação anual de 25% das ações extensionistas, respeitando as diretrizes do Plano Nacional de Extensão, principalmente no que tange ao impacto e transformação da realidade da região em que foi inserida. Objetivava, também, a organização dos processos administrativos da extensão na UNIPAMPA e criar um fórum permanente de discussão e formação extensionista. Deste último objetivo, uma das metas era "garantir o debate da flexibilização curricular e propor que, gradativamente, projetos e programas de extensão façam parte do projeto político-pedagógico dos cursos (2009-2012)" (UNIPAMPA, 2009a, p.39).

A curricularização das ações extensionistas nos PPCs dos cursos são metas tanto da política de ensino quanto da política da extensão constantes no PDI de 2009. No momento da publicação do segundo PDI da instituição (UNIPAMPA, 2014a), haviam 312 projetos em extensão em andamento, demonstrando a ampliação das ações extensionistas tensionada em 2009 foi cumprida. O aperfeiçoamento da extensão acadêmica bem como a promoção de atividades integrativas entre ensino, pesquisa e extensão são apresentados como objetivos em busca da excelência acadêmica pretendida pela instituição.

A extensão novamente é retratada como uma prática para que a UNIPAMPA se insira na região. No entanto, diferente do PDI de 2009, a curricularização das ações extensionistas não está claramente definida como meta na política de ensino do plano atual.

A política de extensão do novo PDI (UNIPAMPA, 2014a, p.33) apresenta, entre outros princípios, a valorização da extensão como prática acadêmica e a "contribuição com ações que permitam a integralização do Plano Nacional de Educação". Ao apresentar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como uma das diretrizes das ações extensionistas, o PDI coloca que por ser compreendida como primordial na formação do aluno, "as atividades de extensão precisam ser reconhecidas no currículo com atribuição de créditos acadêmicos". Como uma iniciativa para promover e desenvolver atividades integrativas de ensino, pesquisa e extensão, é elencada a "inserção de iniciativas/ ações de

pesquisa e extensão, enquanto parte integrante dos currículos e como eixos articuladores da relação teoria e prática" (UNIPAMPA, 2014a, p.98).

Ambos os PDI (UNIPAMPA, 2009a, p.11; UNIPAMPA, 2014a, p.28) destacam que a vivência dos acadêmicos em ações extensionistas acarretam numa reflexão da própria Universidade em relação à estrutura curricular e na perspectiva da flexibilização desta. Destacam, também, que a flexibilização curricular e a liberdade de escolha dos acadêmicos em relação a sua formação acadêmica "pautada pelo desenvolvimento de conhecimentos teórico-práticos, que respondam às necessidades contemporâneas da sociedade" é defendida:

Essa concepção de formação requer que os cursos, por meio de seus projetos pedagógicos, articulem ensino, pesquisa e extensão e contemplem os princípios de: interdisciplinaridade, entendida como a integração entre componentes curriculares e os diferentes campos do saber; intencionalidade, que se expressa nas escolhas metodológicas e epistemológicas visando o pleno desenvolvimento e envolvimento do acadêmico, tanto para o exercício da cidadania crítico-participativa quanto para o mundo do trabalho; contextualização, compreendida como condição para a construção do conhecimento, que deve tomar a realidade como ponto de partida e de chegada; e flexibilização curricular, entendida como processo permanente de qualificação dos currículos, de forma a incorporar, nas diferentes possibilidades de formação (como disciplinas obrigatórias, eletivas, atividades complementares), os desafios impostos pelas mudanças sociais e pelos avanços científico e tecnológico e pela globalização acelerada (UNIPAMPA, 2009^a, p.11; UNIPAMPA, 2014a, p.28).

Como órgãos de gestão da extensão na instituição, o Regimento Geral da Universidade (UNIPAMPA, 2010) prevê a Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT), a Comissão Superior de Extensão (CSE) e a Comissão Local de Extensão (CLE) de cada Campus. Dentre as atribuições da CSE, destacam-se as competências desta comissão de propor a política da Universidade na área de extensão, bem como suas diretrizes e normas acadêmicas e sugerir ações para o desenvolvimento da extensão na UNIPAMPA. As CLEs têm por finalidade: "planejar e avaliar as atividades de extensão do Campus, zelando pela articulação destas atividades com as de ensino e pesquisa" (p.25). O Conselho Superior Universitário (CONSUNI) é apresentado como órgão máximo da instituição e possui, entre outras, atribuições normativas.

O Regimento Geral (UNIPAMPA, 2010) estabelece que a organização da extensão universitária deve ser regida por normas próprias, elaboradas pela CSE e aprovadas pelo CONSUNI. Em agosto de 2012, a primeira norma para atividades de extensão é instituída na UNIPAMPA – Resolução nº 47/2012 (UNIPAMPA, 2012). Nela, a extensão é definida como "um processo educativo, cultural e científico que articula, amplia, desenvolve e realimenta o ensino e a pesquisa e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade,

possibilitando a produção e a troca de conhecimentos". Estabelece, entre outros, a necessidade de observação das diretrizes da Política Nacional de Extensão (FORPROEX, 2012) para as atividades extensionistas, como as ações devem ser classificadas, os órgãos da gestão da extensão, quem poderá participar da equipe executora das atividades e em que função, informações sobre registro, tramitação e certificação das ações. No entanto, não coloca em nenhum de seus artigos referências sobre a creditação curricular das ações de extensão.

A Resolução nº 47/2012 foi revogada em agosto de 2015 pela Resolução nº 104/2015 (UNIPAMPA, 2015), em vigor na instituição atualmente. Esta Resolução apresenta a conceituação da extensão com uma pequena alteração em relação a primeira Resolução: "é um processo educativo, cultural e científico que articula, amplia, desenvolve e realimenta o ensino e a pesquisa e viabiliza a relação transformadora entre comunidade universitária e comunidade externa, possibilitando a produção e a troca de conhecimentos entre as duas instâncias sociais".

A Resolução de 2015 estabelece instruções semelhantes às apresentadas em 2012, com pequenas alterações. Novamente não há esclarecimentos relacionados à necessidade de assegurar o mínimo de 10% da carga horária dos cursos de graduação em atividades de extensão, conforme prevê o PNE de 2014 (BRASIL, 2014), tampouco como operacionalizar esta obrigatoriedade. Em relação à creditação da extensão há, apenas, a imprescindibilidade do registro da ação extensionista no sistema próprio da Universidade para que a carga horária da atividade tenha reconhecimento institucional e possa ser registrada no histórico do discente.

Outro documento importante para a instituição é a Resolução 29/2011 (UNIPAMPA, 2011), que institui as normas básicas de graduação. Nela, a extensão é colocada como atividade complementar de graduação (ACG) e é explicitada a obrigatoriedade do cumprimento, por parte dos alunos, de ações extensionistas que correspondam a, no mínimo, 10% da carga horária prevista para ACGs nos PPCs dos cursos. Esta orientação é diferente da estratégia apresentada no PNE.

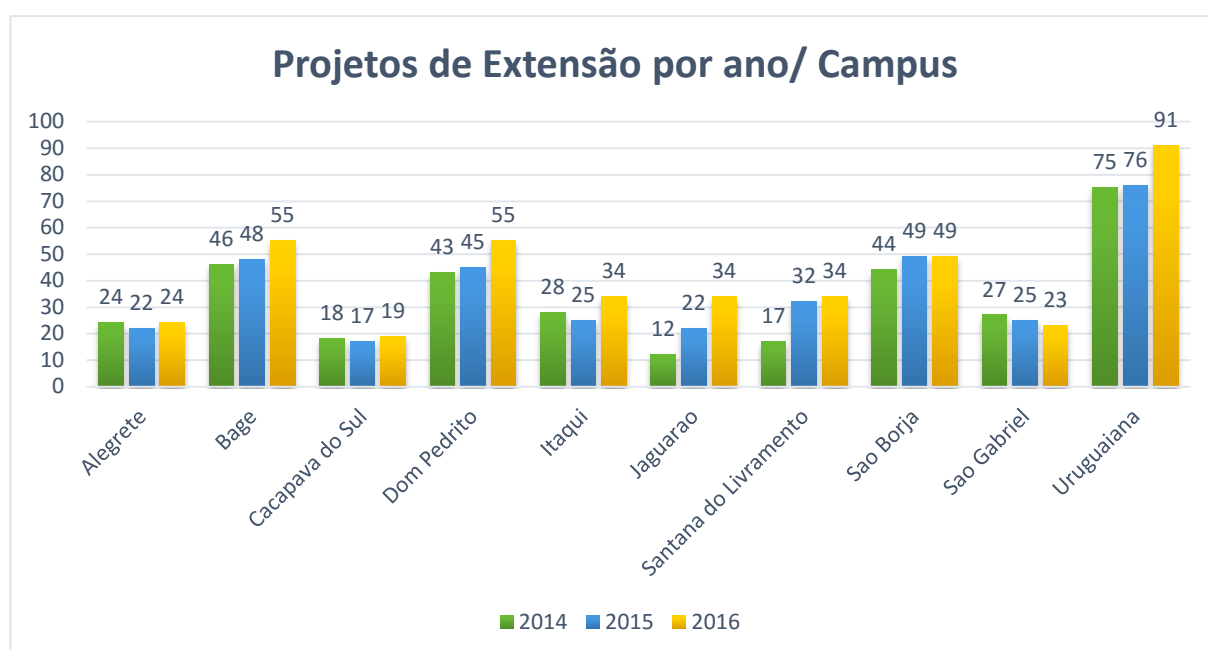
As normas para a realização de concurso público do cargo de professor do magistério superior (UNIPAMPA, 2014c) pontuam a coordenação de atividades de ensino, pesquisa e extensão de forma igualitária – 0,6 pontos. O programa de avaliação de desempenho para fins de desenvolvimento na carreira dos docentes da instituição – progressão/ promoção de carreira (UNIPAMPA, 2014d) prevê pontuações iguais para participação e/ ou coordenação de ações de ensino, pesquisa e extensão, sendo 2 pontos para coordenação e 1 ponto para participação. A articulação entre ensino, pesquisa e extensão nas disciplinas ministradas pelo

docente também é valorizada para a promoção e progressão do professor. Nota-se, em ambas as resoluções, a valorização da participação docente em ações extensionistas.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro, instituição que está bastante avançada na questão da creditação curricular da extensão, estabelece na Resolução 08/2014 (UFRJ, 2014c) que o docente só poderá progredir ou ter promoção em sua carreira se não tiver pontuação zero em ações de ensino, pesquisa e extensão, obrigando-o a fazer no mínimo uma atividade de extensão. Na UNIPAMPA a realização da extensão não é imprescindível para a promoção ou progressão docente.

Para que se conheça a realidade da extensão na UNIPAMPA, a figura 4 apresenta os projetos de extensão nos Campi nos últimos três anos.

Figura 4 – Evolução dos projetos de extensão por Campus e ano



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do SIPPEE (2017).

Pode-se observar que, em praticamente todos os Campi – exceto no Campus São Gabriel – o número de projetos registrados está crescendo ao longo dos anos, mesmo que timidamente.

4.2 O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

O ensino de Administração no Brasil pode ser considerado recente. Em 1952, quando iniciaram os primeiros cursos de Administração no país, os Estados Unidos já formavam cerca de 50 mil bachareis no curso por ano (CFA, 2016). O reconhecimento da profissão de administrador também ocorreu há pouco tempo, com a promulgação da lei n° 4.769, de 9 de setembro de 1965 (BRASIL, 1965). O curso de Administração da UNIPAMPA é um dos 2.605 cursos de bacharelado em Administração em atividade no país (PORTAL e-MEC, 2016).

O curso de Administração foi um dos primeiros cursos a serem oferecidos na UNIPAMPA, está lotado no Campus Santana do Livramento e iniciou suas aulas em 18 de setembro de 2006, com 100 alunos distribuídos em duas turmas (UNIPAMPA, 2014a). Possui dois ingressos anuais, sendo que 50 alunos ingressam no turno diurno no primeiro semestre e 50 no noturno no segundo semestre. Em 2017/1, o curso possui 390 alunos regularmente matriculados em disciplinas, sendo 200 alunos do noturno e 190 do diurno. Em 2017/2 ingressarão no noturno mais 50 alunos já selecionados pelo Sistema de Seleção Unificada – SiSU. Desde a primeira formatura, em 2010, 349 alunos concluíram sua graduação em Administração pela Universidade Federal do Pampa.

No Campus Santana do Livramento há 1080 alunos matriculados em cursos de graduação. Assim, os acadêmicos do curso de Administração equivalem a 36% do total de alunos do Campus e a aproximadamente 3,5% do total da Universidade.

Conforme estipulado na Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996), o currículo do curso de Administração da UNIPAMPA obedece as diretrizes curriculares para cursos de graduação em Administração, instituídas pela Resolução n.º 4/ 2005 do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2005). A única referência a extensão universitária neste documento se dá através da no Art. 8º:

As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Parágrafo único. As Atividades Complementares se constituem componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular supervisionado (BRASIL, 2005).

O primeiro PPC, datado de 2009 (UNIPAMPA, 2009c, p.8), previa o ensino, a pesquisa e a extensão como "elementos integrados do processo de aprendizagem". Apresentava, como uma das atribuições da comissão do curso, "propor formas de articular o

ensino, a pesquisa e a extensão como bases do desenvolvimento da estrutura curricular do curso" (p.20). Conforme o documento, a participação em ações extensionistas poderia ser creditada no currículo dos acadêmicos como Atividades Complementares de Graduação. A grade curricular do curso, neste PPC, previa a integralização de 3000 horas, sendo previstas 240 horas atividades complementares de graduação.

O segundo – e atual – PPC do curso de Administração foi instituído em 2014 (UNIPAMPA, 2014b). O documento apresenta os projetos de ensino, pesquisa e extensão em desenvolvimento no Campus Santana do Livramento no período, sendo listados 10 projetos de extensão ativos.

A preocupação com a realidade local é colocada no PPC do curso, ao afirmar que "os acadêmicos deverão atuar em projetos de ensino, pesquisa e extensão, tendo como objeto de estudo a cidade e região, possibilitando que os resultados destes projetos levem alternativas de desenvolvimento ao ambiente que os cerca" (UNIPAMPA, 2014b, p.19).

O PPC coloca que a concepção do curso está "alicerçada" no perfil do egresso da UNIPAMPA – apresentado anteriormente. Ao expor informações sobre atividades complementares de graduação, o documento define que estas "visam integrar ao currículo, as atividades de pesquisa e extensão indissociáveis do ensino, portanto, serão presentes em todos os componentes curriculares e nas práticas do curso" (UNIPAMPA, 2014b, p.23). Não constam, no entanto, informações de como isto será operacionalizado.

Assim como o primeiro PPC, este coloca que a extensão pode ser registrada como ACG. Define estas atividades como ações que "envolvem alunos, professores e membros da comunidade no sentido de fazer com que os conhecimentos produzidos no ambiente universitário sejam conhecidos e aplicados na sociedade (projetos de extensão, estágios não obrigatório, participação em congressos, simpósios, palestras e encontros)" (UNIPAMPA, 2014b, p.150). Nota-se, com esta definição, que a troca de saberes entre comunidade acadêmica e sociedade não é considerada pelo documento, no entanto, isso não significa que a diretriz dialógica não está sendo pensada nas ações de extensão do curso.

O PPC de Administração prevê a carga horária mínima em ACGs de 240 horas e coloca a obrigatoriedade constante nas Normas Acadêmicas da instituição (UNIPAMPA, 2011) do mínimo de 10% do total das ACGs do curso em ações de extensão (24 horas). A carga horária total do curso de Administração, conforme estabelecido no PPC (UNIPAMPA, 2014b), é de 3060 horas. Caso fosse observada a estratégia 12.7 do PNE (BRASIL, 2014), a carga horária mínima a ser assegurada em programas e projetos de extensão deveria ser de 306 horas.

5 O MÉTODO

Este trabalho, no primeiro momento, se propôs a estudar, através da pesquisa bibliográfica, os principais conceitos que envolvem o ensino superior e a extensão universitária. Conforme Gil (2010, p. 29), praticamente toda pesquisa acadêmica, em algum momento, classificar-se-á como pesquisa bibliográfica, o trabalho baseado em material já publicado, que pode ser material impresso ou em fontes digitais. As informações coletadas através de pesquisa bibliográfica são consideradas fontes secundárias e abrangem todo o material já tornado público sobre o tema estudado (MARCONI; LAKATOS, 2009, p. 185).

Segundo a interpretação de Gil (2010), este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza exploratória, por ter como propósito obter familiaridade com o tema pesquisado. Há diversos trabalhos que se referem à extensão universitária, no entanto, poucos sobre a creditação da extensão nos currículos dos alunos. Gil (2010) complementa que este tipo de pesquisa tende a ser flexível, pois se pretende conhecer aspectos variados do problema e que o estudo de caso é um dos tipos mais comuns de pesquisas exploratórias.

Godoy (1995) explica que estudos qualitativos procuram entender o fenômeno no seu contexto e o analisa de forma integrada. Busca captar informações das pessoas envolvidas no fenômeno e seus pontos de vista para entender a questão estudada. O estudo de caso é um dos mais conhecidos tipos de pesquisa qualitativa, sendo o procedimento de pesquisa adotado neste trabalho, que, conforme Gil (2009):

é aquele em que o pesquisador não espera obter uma resposta definitiva para o problema proposto. O que ele visa é obter uma visão mais acurada do problema para posteriormente realizar uma pesquisa mais aprofundada. Ou construir hipóteses capazes de orientar trabalhos futuros. Essa modalidade de delineamento é recomendada quando o tema escolhido foi pouco explorado ou se pretende abordá-lo sob novos enfoques. Muitas vezes um estudo exploratório constitui apenas a primeira etapa de uma investigação mais ampla. Assim, o produto final deste processo passa a ser um problema mais esclarecido, passível de ser verificado mediante procedimentos mais sintetizados (GIL, 2009).

Conforme Yin (2010) e Gil (2010) os estudos de casos podem ser classificados como projetos de caso único ou de casos múltiplos. Este trabalho é um estudo de caso único, referindo-se apenas ao Curso de Administração da Universidade Federal do Pampa. Esta escolha deve-se ao fato do Curso de Administração ser um dos primeiros cursos implantados na UNIPAMPA, possuir o maior número de alunos matriculados na Universidade, o maior número de formados, aulas em dois turnos e, também, um grande número de docentes atuantes no curso. O estudo limita-se a um único curso em função da complexidade do

problema e do tempo para a pesquisa. Espera, no entanto, que os resultados possam ser expandidos para outros cursos do Campus e da instituição.

A Figura 5 apresenta o desenho da pesquisa o qual será detalhado nas próximas seções.

Figura 5 – Desenho da Pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2016).

5.1 COLETA DE DADOS

Os estudos de caso requerem multiplas técnicas de coleta de dados, garantindo, com isso a profundidade necessária e a aderência do caso ao seu contexto, visando a credibilidade de seus resultados (GIL, 2009; 2010). A triangulação se dá mediante a existência de dados coletados em diversos processos. Gil (2010) sugere que o levantamento das informações seja por fontes documentais, entrevistas e observação para que o estudo de caso seja executado com rigor.

Para coletar as informações sobre as ações de extensão realizadas no curso de Administração e no Campus, foi utilizada a análise documental. Esta análise se deu através de

consulta aos Editais do Programa de Desenvolvimento Acadêmico (PDA) e de Editais do Programa de Fomento a Extensão (PROFEXT), do portal da Universidade e, também, de dados contidos no Sistema de Informação de Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão (SIPPEE) da UNIPAMPA.

A consulta a fontes documentais é imprescindível em qualquer estudo de caso. Considere-se, por exemplo, que num estudo referente a determinada organização, mediante a consulta a documentos, torna-se possível obter informações referentes à sua estrutura e organização, à descrição dos cargos e funções, aos critérios adotados no recrutamento e seleção de pessoal etc. Essas informações podem auxiliar na elaboração das pautas para entrevistas e dos planos de observação. Sem contar que à medida que dados importantes estejam disponíveis, não haverá necessidade de procurar obtê-los mediante interrogação, a não ser que se queira confrontá-los. (GIL, 2010)

Na sequência foram realizadas entrevistas individuais e semi-estruturadas com os gestores ocupantes dos cargos de Pró-Reitores de Graduação e Extensão da Universidade, Coordenador Acadêmico do Campus Santana do Livramento e Coordenador do Curso de Administração na época da pesquisa. Além deles, foram entrevistados nove extensionistas dos Campi da UNIPAMPA, exceto Santana do Livramento que, por ofertar o curso de Administração, necessitou uma maior exploração. Optou-se por entrevistar os extensionistas que possuíam o maior número de projetos registrados no SIPPEE de cada Campus. No Campus Santana do Livramento, foram realizadas entrevistas com quatro docentes efetivos do Curso de Administração que estão há mais tempo na instituição. Dois deles são extensionistas e dois não possuem nenhum projeto de extensão registrado. Os roteiros das entrevistas estão detalhados no Apêndice A.

As entrevistas buscaram coletar informações sobre suas percepções da extensão, como se dará a creditação curricular das ações de extensão e as estratégias para a curricularização da extensão na UNIPAMPA, no Campus e, principalmente, no curso de Administração.

Hair Jr. et. al. (2005) explica que a entrevista é quando o pesquisador “conversa” diretamente com o pesquisado e que estas podem variar de não estruturadas a altamente estruturadas. O autor completa que nas entrevistas semi-estruturadas, mesmo tendo uma estrutura e orientações gerais, o pesquisador tem a possibilidade de realizar outras indagações, além das previamente selecionadas, pois conforme o andamento da entrevista podem surgir informações importantes para a pesquisa, que não haviam sido pensadas anteriormente.

A coleta de dados ocorreu de setembro a novembro de 2016. As entrevistas foram gravadas para permitir que nenhuma informação importante fosse perdida e garantir que o

foco da pesquisadora se mantivesse unicamente nos questionamentos e na discussão com o pesquisado. O tempo médio de duração das entrevistas foi de 45 minutos.

5.2 ANÁLISE DOS DADOS

A análise de interpretação dos dados obtidos foi realizada de forma simultânea a coleta, conforme recomenda Gil (2010) para os estudos de caso. O autor ainda recomenda que sejam codificados os dados e estabelecidas as categorias analíticas do conteúdo dos documentos e das entrevistas, verificando se há algo em comum nos dados, identificando tópicos-chaves e, posteriormente, elaborando um texto discursivo.

Assim, foi realizada a análise de conteúdo que, conforme Bardin (2000), possibilita comparar e fazer analogia do material coletado – documento ou fala convertida em escrita para, então, realizar a categorização do que foi obtido. Através disso, foi possível compreender o que é extensão, como ela acontece atualmente, como poderá ocorrer a curricularização da extensão, de que forma poderá ser registrada a creditação nos currículos dos acadêmicos, as principais dificuldades pra implantar a curricularização e como superá-las.

Por fim, foram apresentadas alternativas para a curricularização da extensão para o curso de administração da Universidade Federal do Pampa.

5.3 PERFIL DOS RESPONDENTES

Para a realização desta pesquisa foram entrevistadas dezessete pessoas. Dessas, nove são homens e oito são mulheres. Três dos entrevistados são técnicos administrativos em educação e quatorze são docentes. Dos respondentes, dois estão há 6 anos na instituição, três há 7 anos, três há 8 anos, quatro há 9 anos e cinco estão há 10 anos na UNIPAMPA. O tempo médio de exercício na instituição é de 8 anos e meio, explicando o grande número de projetos registrados por eles. Dos respondentes, apenas três iniciaram sua atuação profissional na instituição, os demais já haviam atuado na iniciativa pública e/ ou privada. Quatro entrevistados são mestres, onze são doutores e dois são pós-doutores. Dois entrevistados ingressaram na Universidade como técnicos e hoje são docentes.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A seguir serão apresentadas a análise e a interpretação dos dados obtidos através das entrevistas e da análise documental.

6.1 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A definição de extensão atual do FORPROEX (2012, p.15) é: “processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade”. Este conceito é o utilizado nas Normas de Extensão da UNIPAMPA (UNIPAMPA, 2015, p.1), sendo acrescida da possibilidade de “produção e troca de conhecimentos entre as duas instâncias sociais”.

Ao serem questionados sobre o que é a extensão universitária, a maioria dos respondentes foi ao encontro deste conceito. Expressões como “braço da Universidade dentro da comunidade” (*extensionista 10*), “elo/ envolvimento/interação da Universidade com a comunidade” (*extensionista 1; gestor 1; extensionista 5; gestor 4; extensionista 2*), “troca de saberes” (*extensionista 11; extensionista 6*). Reforçando essas ideias, apresenta-se a fala de um dos respondentes:

É uma via de mão dupla muito importante, porque a Universidade não pode se bastar. A construção do conhecimento que se dá dentro dos muros da Universidade não pode se bastar sem conhecer o mundo exterior, e a forma de conhecer o mundo exterior muitas vezes é pela via extensionista. E esse contato com o mundo exterior faz com que se mude o próprio conhecimento que volta para a Universidade. Então, eu não faço muita extensão, nunca fiz, mas eu entendo que é um dos pilares mais importantes junto com o ensino, mais do que a própria pesquisa, porque enquanto a pesquisa se mantém muito dentro dos muros da Universidade, o ensino caminha muito próximo com a extensão nesse sentido. (*GESTOR 3*)

Em relação à Pesquisa, o *extensionista 10* sugere que esta deve ser demandada pela extensão. Dagnino (2015) entende que a maioria das pesquisas atualmente é oriunda de disciplinas e sob a ótica de realidades diferentes da que a instituição vive, não considerando os problemas sociais locais, sendo a extensão um importante instrumento para apresentar à pesquisa as demandas da sociedade. O *extensionista 11* coloca a importância da extensão para a consolidação da UNIPAMPA na região:

A gente consegue perceber nitidamente isso aí quando a gente realiza trabalhos de extensão. A importância da extensão para a Universidade. Porque as ações da extensão nos possibilitam, nós como instituição, que nós saíamos dos muros e

paredes da universidade, que a gente vá até a comunidade e que a comunidade venha até nós. E isso, principalmente para uma instituição nova, como a nossa. Nós temos apenas 10 anos como instituição, mesmo no Brasil, nós ainda somos muito novos. Nós precisamos nos consolidar como instituição de ensino. E uma das maneiras que eu vejo é justamente através das ações de extensão, porque é um meio, um instrumento, um caminho de fazer que essa instituição ela crie e aprofunde as suas raízes dentro da extensão, da sociedade. (*EXTENSIONISTA 11*)

A Lei de Criação da UNIPAMPA (BRASIL, 2008) estabelece como um dos objetivos institucionais: "promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional (...)". Isso é lembrado pelo *extensionista 4*: "a extensão como a complementação da lei da criação da própria instituição, que é a mudança cultural da região. Acredito muito que através da extensão possa ser feita essa mudança cultural". A missão da universidade e o perfil do egresso, presentes no PDI 2014-2018 (UNIPAMPA, 2014a), também destacam o objetivo institucional de desenvolver a região onde está inserida.

Outros entrevistados afirmaram que mesmo não sendo suas percepções, a extensão muitas vezes ainda é vista como "patinho feio" (*extensionista 11*) ou "prima pobre do ensino e da pesquisa" (*não extensionista 2*). Alguns, ainda, têm a visão retrograda da extensão, apenas como instrumento de "levar" os conhecimentos produzidos pela instituição até a comunidade, sem considerar a relação dialógica, idealizada na extensão por Freire (1969), sendo inclusive uma das diretrizes da Política Nacional de Extensão. Nesse sentido, as respostas foram: "(a extensão) leva os conhecimentos que são gerados dentro da Universidade para a comunidade. De certa forma é um retorno que a Universidade dá para a comunidade na qual ela está inserida" (*extensionista 9*); "pelo pouco que sei (...) a gente deveria levar algo de benefício para a comunidade externa" (*não extensionista 1*); é a "forma que a Universidade tem de levar a comunidade tudo aquilo que acontece em seu interior em termos de ensino e pesquisa" (*não extensionista 2*); "trabalho que a Universidade se dispõe a ir até a comunidade" (*extensionista 3*).

A "consciência pesada" e a "dívida com a sociedade" descritas por Dagnino (2010) foram citadas por dois dos entrevistados: "é um retorno da Universidade pública tem como uma certa obrigação com a comunidade, que é quem mantém a Universidade através de impostos" (*EXTENSIONISTA 1*) e "de certa forma mostrar um retorno para a comunidade na qual a gente está inserida e que nos financia" (*EXTENSIONISTA 8*).

Ferreira e Gabriel (2008) colocam que, mesmo a indissociabilidade sendo um princípio constitucional, a extensão ainda não ocupa um lugar de destaque na formação acadêmica, como o ensino a pesquisa. Pode-se observar isso ao constatar que apenas o *gestor 2* citou a formação do acadêmico quando falou sobre a extensão:

A extensão é uma das partes da formação do nosso acadêmico. Na verdade, a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão faz com que a extensão tenha uma importância muito grande na etapa de formação, ela não é algo a mais, ela faz parte da formação do estudante. O egresso que sai da Universidade, que não tenha tido um bom trabalho de extensão, de certa forma faltou alguma coisa na sua formação, então eu acho que a extensão é uma parte integrante e importante da formação, não só profissional, eu acho que a extensão te dá outra dimensão, te dá uma formação para a cidadania também (*GESTOR 2*).

A importância do envolvimento de todos os seguimentos da comunidade acadêmica foi citada pelo *extensionista 8* “quanto mais bem estruturado estiver a atividade (de extensão), na academia, no seu envolvimento enquanto professores, técnicos e alunos, maior consegue ser esse impacto positivo na comunidade”, e pelo *não extensionista 2*, “a união da comunidade externa, professor e seus discentes, ali a gente tem extensão”. Isso foi destacado por Benetti, Sousa e Souza (2015, p.30-31), ao afirmarem que “docentes, discentes, técnicos e, principalmente, a sociedade, precisam estar efetivamente envolvidos para que de fato ocorra a extensão”.

6.1.1 Impactos na atuação profissional

Indagados se a extensão universitária impacta, de alguma forma, as suas atuações profissionais, todos responderam afirmativamente. A questão de trazer subsídios e ideias para a pesquisa foi destacada pelo *extensionista 9*: “te dá um retorno não só de colocar em prática os conhecimentos (...) mas também de se ter ideia dos interesses dessa comunidade, para o desenvolvimento de pesquisas”. O *extensionista 10* reforça que “facilita a questão da pesquisa e um ensino de mais qualidade”.

A possibilidade de preparar melhor o acadêmico para o mercado de trabalho foi citada pelo *gestor 2* e pelo *extensionista 11*. Já para outros sete respondentes, os principais impactos são o contato com a realidade, o conhecimento das necessidades locais e a construção de novos saberes/ conhecimentos em função desse contato.

Fazendo a extensão aqui a gente consegue efetivamente uma busca maior pelo que acontece fora da Universidade, uma realidade maior, para poder estudar mais e entender melhor os públicos, a comunidade, as organizações. Conseguir se atualizar mais. São necessidades que elas vão aparecendo, naquilo que se estuda (*GESTOR 4*).

Gurgel (1986) e Danigno (2010) colocam que, muitas vezes, o ensino e a pesquisa realizados na Universidade são distantes da realidade, principalmente em relação aos problemas locais. Para os entrevistados *gestor 2* e *extensionista 11* a extensão propicia o contato mais próximo e real com as questões da sociedade e a difusão desses em salas de aula. Nunes (2011, p. 126) coloca que ao conciliar o ensino com a extensão, tanto docente quanto discente tornam-se "sujeitos do ato de aprender" e ao agregar a pesquisa e a extensão, o conhecimento gerado é capaz de transformar a sociedade e a indissociabilidade dos três é essencial para o processo pedagógico. Para Botomé (1996) a extensão é um artifício para levar o ensino e a pesquisa até o compromisso social e o confronto com a realidade prática.

O impacto pessoal da extensão também foi destacado:

O trabalho de extensão é um trabalho de doação, porque a gente realiza atividades com a comunidade, escolas, com entidades, então a gente acaba vendo outra realidade, a visão que as pessoas têm de fora da instituição. Para mim é muito importante, contribui para a minha formação não só profissional como pessoal também (*EXTENSIONISTA 4*).

Dois extensionistas (*1* e *3*) apontaram a divulgação do seu trabalho para a comunidade como o principal resultado da extensão em suas atuações profissionais.

6.1.2 Influências na formação do aluno

Ao serem questionados sobre os impactos para a formação do aluno todos consideraram essenciais, e a maioria dos respondentes destacou que assim como com os servidores, as principais influências são vivenciar problemas reais e a aquisição de novos conhecimentos.

Outras influências que alguns respondentes destacaram foram a preparação para o mercado de trabalho e a possibilidade de aplicar o que foi aprendido em sala de aula, bem como discutir em aula o que foi visto na comunidade.

Uma coisa é ele ter contato com os livros e o ouvir falar, outra coisa é o aluno ir fazer o trabalho de campo e ali ele ter contato com a realidade, onde ele consegue experimentar a teoria e perceber se naquela realidade ou naquelas pessoas a teoria se aplica ou não. Isso é fundamental. É melhor ele aprender a partir da extensão do que de fato exercendo a profissão e vendo que o pensamento que tinha não tinha a ver com a realidade. É melhor ele errar juntamente com um professor ao lado do que errar já no exercício da profissão. E a extensão nos dá essa base, sem sombra de dúvida (*NÃO EXTENSIONISTA 2*).

O *gestor 1* também fala nesse sentido:

temos que trazer os exemplos da nossa realidade. (...) O ensino e a pesquisa tem que estar atualizados com a realidade da comunidade local e isso ser exemplificado dentro da sala de aula. (...) Não se pode simplesmente reproduzir uma coisa que acontece em São Paulo, em Porto Alegre, nas grandes cidades. Senão quer dizer que o aluno terá que deixar a cidade dele para ir morar em Porto Alegre para conseguir trabalhar naquela teoria que ele está aprendendo? Toda a teoria tem que ter um *link* na prática. Não pode simplesmente ficar ligado a questão da teoria (*GESTOR 1*).

O *extensionista 6* conta que já ocorreram casos em que estava ministrando aula sobre certas teorias, e os alunos que fizeram extensão relacionaram o que estava sendo lecionado com o que vivenciaram na prática, contribuindo para a discussão e para a construção do conhecimento da turma. Para o *extensionista 5* os alunos que participam de ações extensionistas “saem melhor preparados para o que vem depois, profissionalmente”.

Souza Neto (2005, p;18) coloca a extensão como um instrumento capaz de preparar os indivíduos para "o relacionamento consigo, com o outro, com a sociedade e com o planeta". Nunes (2011) e Xavier e Fernandes (2008) explicam que através da extensão a visão convencional de sala de aula é ampliada, podendo o acadêmico obter conhecimentos fora da Universidade e o ensino ir além do professor-aluno, com sujeitos e objetos do dia a dia.

As questões de contato com a sociedade e a responsabilidade social também foram destacadas: “(o aluno) vai ter um outro olhar com a responsabilidade social” (*extensionista 10*). “O principal é se relacionar com o público, é se colocar no papel do outro para melhor responder aos questionamentos (...), os alunos depois que passam por um projeto de extensão são outras pessoas” (*EXTENSIONISTA 2*).

Para o aluno eu acho a extensão fundamental. Porque querendo ou não, quando a gente é aluno, é uma forma da gente retribuir para a sociedade o fato de estar em uma Universidade pública. Levar para a sociedade. E aí, pensando nessa lógica, o professor deveria se envolver mais, para que o aluno tenha mais possibilidades de atuar nesse sentido (*NÃO EXTENSIONISTA 1*).

O desenvolvimento da oratória, do senso de responsabilidade, da propriedade do que estão realizando, da independência, da autonomia e da pró-atividade também foram apontados como efeitos da vivência da extensão na complementação da formação do aluno.

O *extensionista 6* acredita que a extensão é importantíssima para a formação do acadêmico e, por isso, todos deveriam passar pela experiência da extensão. Coloca, no entanto, que existe a dificuldade da comunidade acadêmica não saber ao certo o que é extensão universitária: “a gente só sabe e conhece a extensão depois que começa realmente a trabalhar com extensão um ano, dois anos, três anos, né? E realmente vivencia”.

6.1.3 O papel da extensão para a instituição e para a sociedade

Conforme seu portal institucional (UNIPAMPA, 2016a) a Universidade Federal do Pampa foi instalada na região sul do Rio Grande do Sul para, entre outros objetivos, minimizar o processo de estagnação econômica da região, estimulando o crescimento e viabilizando o desenvolvimento local. Souza (2010) explica que desde a década de 1930 – em função do Movimento de Córdoba – a Universidade passou a ser vista como um importante agente de desenvolvimento regional e nacional. O Programa Expandir, que vigorou no período de 2003 a 2007, visava ampliar as Universidades federais pelo Brasil e, com isso, reduzir as desigualdades regionais, o desemprego, democratizar o ensino superior e impulsionar o desenvolvimento do país (BRASIL, 2006). Foi nesse período a criação da Universidade Federal do Pampa foi reivindicada. O compromisso com o desenvolvimento regional está presente na missão da UNIPAMPA e no Perfil do Egresso pretendido (UNIPAMPA, 2014a).

O *gestor 1* lembra isso ao afirmar que a extensão “é uma possibilidade de cumprir uma missão institucional, porque com ela é possível que se projetem no meio acadêmico e nas comunidades locais o desenvolvimento social, econômico, científico, tecnológico, com a extensão”. Para o *extensionista 3*, a UNIPAMPA sem extensão não teria sentido nenhum, já que a instituição veio para desenvolver a região e se não se agregar a comunidade no que a UNIPAMPA faz, perde o sentido. O *não extensionista 2* também faz uma afirmação nessa linha: “a partir do momento que a comunidade, que a sociedade ao entorno sente a presença da Universidade, a Universidade começou a cumprir o seu papel social. Qual o papel social? O de transformar”.

Eu acho que a extensão tem uma capacidade transformadora muito grande, então no momento em que nós temos uma Universidade que veio para alavancar o desenvolvimento regional, a extensão tem um papel gigantesco de fazer essa transformação e promover esse desenvolvimento. Então, o ensino, a pesquisa e a extensão tem esse papel. E a extensão é o que mostra, que faz, de fato as pessoas entenderem o impacto desta transformação (*GESTOR 2*).

Para o *gestor 1*, a importância da extensão na UNIPAMPA é maior do que nas outras Universidades já consolidadas, pois a instituição foi instalada na região para auxiliar no desenvolvimento e o contato com a comunidade é o que propicia isso. O estatuto da Universidade (UNIPAMPA, 2009b, p.2) prevê que, entre outros, a UNIPAMPA realizará a extensão universitária "visando o desenvolvimento social, cultural, científico, tecnológico e

econômico de sua área de abrangência, bem como do estado e do país, aberta à participação da comunidade externa e articulada com entidades públicas e privadas, de âmbito regional, nacional e mundial". O *extensionista 7* questiona como a Universidade vai cumprir seus objetivos sem a extensão?

Na visão do *gestor 3*:

por a UNIPAMPA ser uma Universidade tão nova, ela já traz na sua origem a extensão valorizada. Nas outras instituições de ensino superior que são mais velhas, a extensão foi sendo inserida aos poucos e há pouco tempo atrás. A UNIPAMPA tem esse diferencial porque já na sua essência traz a extensão, então ela tem um perfil extensionista por natureza. (*GESTOR 3*).

A extensão é uma maneira de dar um retorno mais rápido a comunidade local que tanto ansiou por uma Universidade na região. Com a extensão, não é preciso esperar os 4 ou 5 anos para a formação do profissional, podendo o aluno desde o início de sua formação participar de atividades extensionistas e auxiliar a comunidade (*EXTENSIONISTA 9*). Somente através da extensão a UNIPAMPA conseguirá atingir a região onde está inserida (*EXTENSIONISTA 4*). É através da extensão que a população que não está diretamente ligada a instituição vai conhecê-la (*EXTENSIONISTA 8*). A instituição de ensino tem uma grande importância social, pois possibilita que pessoas se transformem, mudem de vida, o que é gratificante e a extensão possibilita que pessoas que não estejam dentro da universidade também possam ser tocadas por ela (*EXTENSIONISTA 11*).

Segundo o *extensionista 1* a extensão é uma forma da UNIPAMPA se inserir na comunidade, principalmente por ser uma instituição nova, e assim divulgá-la e conseguir que essa comunidade se torne parceira da instituição. O *extensionista 10* também fala nesse sentido:

Uma Universidade só vai ser conhecida em uma comunidade pela extensão. Muito mais pela extensão do que pelo ensino e a pesquisa. Porque na pesquisa a gente não tem o compromisso de pesquisar aquilo que a comunidade quer. A extensão, com seus projetos, ela está dentro da comunidade. Então faz com que a comunidade, a Universidade tenha um significado maior com seus projetos de extensão. A sociedade consegue evoluir em função da Universidade, qualificando o trabalho (*EXTENSIONISTA 10*).

Os *extensionistas 2 e 3* afirmam que nas cidades em que a Universidade foi instalada, os comentários são sobre o que era antes da UNIPAMPA e o que é atualmente, demonstrando a transformação que a instituição provocou após 10 anos de implantação. Ambos acreditam que a extensão tem um importante papel para essa mudança. Para um dos entrevistados, formado

em história, os reais impactos só poderão ser notados daqui a 50 anos. O *extensionista 2* conclui que não é só a comunidade que muda com a prática extensionista, mas a Universidade também.

A “consciência pesada” descrita por Dagnino (2010) apareceu nas respostas de dois entrevistados, ao citarem que a comunidade custeia a instituição através de impostos e a extensão é uma forma de retribuir este investimento.

Questionados se a UNIPAMPA vem cumprindo, através da extensão, o seu comprometimento com o desenvolvimento regional, alguns respondentes consideraram que em partes e que há muito a ser melhorado. O *gestor 3*, destacou que as ações de extensão da UNIPAMPA ainda são “muito incipientes” perto do potencial que a instituição tem. E que, mesmo trazendo em sua origem a extensão, a Universidade primou pelo fortalecimento do ensino da graduação, deixando a pós-graduação, a pesquisa e a extensão em segundo plano, sendo que, na sua visão, essa perspectiva foi alterada há poucos anos.

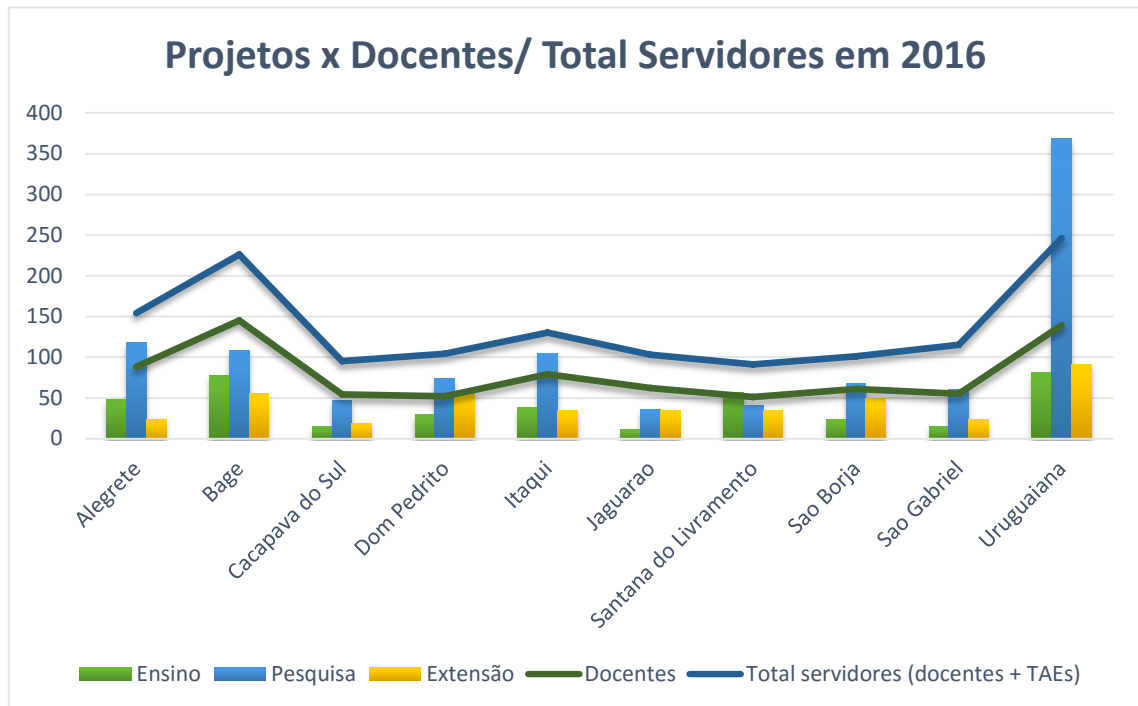
O *extensionista 6* afirma que ingressou na instituição em 2006 e que, mesmo que desde o início soubesse da necessidade de se fazer ensino, pesquisa e extensão, questões do dia a dia como infraestrutura dos prédios, equipamentos para trabalho, entre outros, acabavam por desviar a atenção dos servidores. Cita, ainda, outros fatores que dificultam a realização da extensão e, conseqüentemente, um maior destaque desse importante instrumento para a instituição e região. Na sua percepção, são eles: a resistência da população por acreditar que a Universidade foi criada por um partido e que ações extensionistas seriam para receber algum benefício nas eleições também, e; o desejo da população por ações assistencialistas e mão de obra barata.

A extensão na UNIPAMPA poderia ser mais “enfática” (*NÃO EXTENSIONISTA 2*). As ações de extensão desenvolvidas na instituição ainda são muito “tímidas” e apenas quem está envolvido nas ações consegue ver a importância da extensão na região (*EXTENSIONISTA 9*). Muitas das ações não são registradas e/ ou divulgadas, dificultando o retrato da extensão na instituição e na região (*GESTOR 4*).

O *extensionista 2* relata que já escutou comentários de que a UNIPAMPA não está inserida na comunidade, mas tem uma percepção contrária, que a instituição vem fazendo um excelente papel na sociedade, no entanto, tem muito o que melhorar ainda. Essa também é a visão do *gestor 2*, ao afirmar que muitas linhas da extensão precisam ser melhores desenvolvidas, como o trabalho com os movimentos sociais, incubadoras sociais, cultura, entre outras. Acredita, também, que considerando o tamanho da comunidade acadêmica da UNIPAMPA, a extensão é muito tímida e esse quadro precisa ser revertido.

A *figura 6* demonstra que a percepção do *gestor 2* está correta. No entanto, isso não se refere somente a extensão.

Figura 6 – Relação de projetos por docente e total de servidores em 2016



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do SIPPEE.

O gráfico acima apresenta os projetos de ensino, pesquisa e extensão por Campus em 2016 e faz um comparativo com o número de professores (linha verde) e com o número total de servidores – somando-se docentes e técnicos (linha azul). Observa-se que na maioria dos Campi o número de docentes e do total de servidores é bem superior ao número de projetos. Pode-se inferir que muitos docentes e técnicos não possuem sequer um projeto registrado em ensino, pesquisa e/ ou extensão. Somente o Campus Santana do Livramento possui uma média de um projeto de ensino por docente e o Campus Dom Pedrito possui uma média de um projeto de extensão por docente. Em relação à pesquisa, nos Campi Bagé, Caçapava, Jaguarão e Santana do Livramento a média de projetos de pesquisa é inferior a um por docente.

Considerando-se os TAEs que, conforme a Resolução 104 (UNIPAMPA, 2015), podem registrar projetos de Extensão desde que tenham nível superior, a média de projetos de

extensão por servidor/ Campus é realmente muito tímida. A Resolução não permite que professores substitutos ou temporários coordenem ou sejam parte da equipe executora das atividades de extensão. Estudando-se especificamente as ações de Extensão no Campus Santana do Livramento, 24 dos 51 docentes efetivos (47%) e 23 dos 29 TAEs com ensino superior (79%) nunca registraram uma atividade de extensão no SIPPEE.

6.1.4 Participação dos entrevistados em ações extensionistas

Sobre o tempo de participação em atividades extensionistas, quatro afirmaram realizar há 6 anos, dois há 7 anos, dois há 8 anos, dois há 9 anos e três atuam na extensão há 10 anos. Dois dos entrevistados (*gestor 4 e não extensionista 2*) explicaram que mesmo nunca tendo registrado projetos de extensão, realizam atividades extensionistas dentro de suas disciplinas e as registram como carga horária de ensino. O *não extensionista 1* participou, há muitos anos, na equipe executora de um projeto, sendo seu único contato com a extensão. O *gestor 3* nunca teve nenhum contato com a extensão. Dois dos entrevistados afirmaram terem feito suas dissertações de mestrado sobre a Extensão Universitária. A maioria dos entrevistados afirmou que começou a fazer extensão ao ingressar na UNIPAMPA.

Ao serem consultados sobre o que os motivou a participar de ações de extensão, os *extensionistas 1 e 6* afirmaram que chegaram na instituição no início de suas atividades (2006 ou 2007) e que a gestão insistia que estes participassem em projetos de extensão:

Nós que entramos, eu entrei no serviço público no tempo da UNIPAMPA, estou no Campus desde janeiro de 2007, então, o que eu posso te dizer, quando eu cheguei, nos disseram isso, vocês precisam fazer ensino, pesquisa, extensão e gestão. Aí, nós nos olhávamos, mas como, ensino e pesquisa a gente conhece nas experiências da nossa Universidade mãe, agora gestão e extensão, imagina há 10 anos atrás, eu praticamente não vi extensão na minha época de Universidade. Não tive contato na graduação nem na pós, eu só participei de um trabalho, na parte de um trabalho de extensão no pós, só. Então, para minha geração, foi muito difícil. (*EXTENSIONISTA 6*)

Acrescido a isso, o *extensionista 6* coloca que começaram a chegar demandas da sociedade para a instituição e os que estavam precisavam realizá-las. Os *extensionistas 5 e 7* também começaram a realizar extensão por demandas da sociedade, mas estes já tinham tido um contato anterior como professor substituto em outra instituição (*EXTENSIONISTA 5*) ou na graduação (*EXTENSIONISTA 7*).

Quatro dos respondentes afirmaram ter tido contato anterior com a extensão na sua prática profissional e ao ingressarem na instituição, seguiram realizando essas atividades. Este

foi o caso dos *gestores 1 e 2* e dos *extensionistas 4 e 10*. O *gestor 2* explica que o que o motiva a fazer extensão há 15 anos (10 na UNIPAMPA) é a possibilidade de impactar a vida das pessoas de forma positiva. Para o *gestor 1*, mesmo tendo contato anterior com a extensão quando foi professor substituto em outra instituição, a UNIPAMPA influencia a realização de atividades extensionistas:

Muitos professores aprendem a fazer extensão na UNIPAMPA, porque aqui é muito forte essa questão, do tripé ser bem dividido, pelo contrário do que eu via nas instituições consolidadas, sempre a pesquisa era colocada a frente, as políticas de gestão a gente via que nas Universidades consolidadas eram mais direcionadas na questão mesmo da pesquisa, aqui não, aqui é bem mais equilibrado esse processo, por mais que a gente tenha muito que avançar, mas aqui é mais equilibrado. O que faz com que as pessoas se coloquem mais propícias para fazer extensão (*GESTOR 1*).

Os *extensionistas 2 e 3* afirmam que começaram a fazer extensão em função de convites de colegas e se apaixonaram. O *extensionista 3* relata que já convidou outras pessoas para fazerem extensão, mas que “se a pessoa não tem o viés de agregar a comunidade junto, não consegue ficar na extensão” e que a possibilidade de juntar teoria e prática também foi um forte motivador.

Conforme o *extensionista 10*, além da experiência profissional com a extensão por seis anos antes de ingressar na UNIPAMPA e o contato com a extensão no mestrado, o que o levou a realizar ações de extensão foi a identidade com a comunidade e a preferência por extensão em relação à pesquisa:

Só escrever ou fazer uma pesquisa não tem um significado para mim. A não ser que seja uma pesquisa muito contextualizada e que vá contribuir para o desenvolvimento da sociedade. Com a extensão, a representação da Universidade na sociedade, ela é mais rápida. Ela se dá o reconhecimento da Universidade. Os projetos são reconhecidos aqui, são vários projetos, e a Universidade se torna conhecida no meio, na comunidade, no meio que eu, por exemplo, convivo, com os projetos. (*EXTENSIONISTA 10*).

O *Extensionista 8* teve contato na graduação e profissionalmente antes de ingressar na UNIPAMPA e buscou a extensão pela possibilidade de por em prática os conhecimentos: “como eu não sou um apaixonado pela pesquisa, eu via na extensão uma forma de aliar o ensino junto com a carreira docente, mesmo ela sendo muito pouco valorizada, né?”

Independente de não ter tido contato com a extensão na graduação, na pós-graduação e nem nos 30 anos na docência – e coordenação de curso – em uma instituição particular, o *extensionista 11* afirma que sempre teve vontade de ter essa interação com a comunidade e

esse sentimento aumentou quando ingressou na UNIPAMPA. Fez concurso na instituição para TAE há dez anos e, mesmo percebendo que a maioria dos colegas prefere a pesquisa em relação à extensão – pela pontuação do currículo que “infelizmente é mais valorizada”, acredita na relevância das duas funções. Afirma, também, que sempre teve vontade de fazer extensão, mas que a UNIPAMPA oportunizou que as suas ideias extensionsitas fossem colocadas em prática. Há cinco anos atua como docente e segue realizando ações de extensão.

Diferentemente dos três entrevistados anteriores (*extensionistas 10, 8 e 11*), o *extensionista 9* afirma que sempre teve um viés forte na pesquisa e que procurou a extensão para divulgar os resultados encontrados.

É uma das coisas que eu sempre me preocupei, eu acho que não adianta a gente fazer descobertas, publicar artigos em língua inglesa, que a gente tem um papel também sim de divulgar a aplicabilidade dessas pesquisas para a população. Então, embora eu entenda todos os outros papéis da extensão universitária, um dos principais papéis que me motiva para desenvolver extensão é que eu vejo essa necessidade, que o cientista conversa com a comunidade, conte o que fez na pesquisa (...) mostrar para as pessoas o que é um cientista, o que ele faz, como a Universidade pode fazer ciência, e assim tentar motivar as pessoas, os alunos principalmente, a ingressarem na Universidade, a se envolverem com iniciação científica, com pesquisa (*EXTENSIONISTA 9*).

O entrevistado afirmou ainda que participou de projetos de extensão na graduação, mas na pós-graduação não e voltou a fazer extensão ao ingressar na UNIPAMPA. Acredita, no entanto, que independente de qual instituição estivesse, estaria fazendo extensão.

A teoria de Pierre Bordieu (2004), apresentada por Gonçalves (2005) afirma que existe relação com o histórico acadêmico e profissional do servidor para que esse realize atividades ou se negue a realizá-las. Percebe-se que, para a maioria dos respondentes, o contato anterior fez com que houvesse um desejo em participar de ações de extensão. A autora coloca também que a instituição deve fomentar discussões para superar a resistência e fazer com que pessoas que nunca tiveram contato tenham vontade de realizar extensão. As condições das instituições, as demandas da sociedade e os convites realizados por colegas, citados pelos entrevistados, demonstram isso.

Para três entrevistados, mesmo tendo tido contato com a extensão em sua formação e/ou na trajetória profissional, isso não foi suficiente para motivá-los a fazer ou registrar ações extensionsitas. São os casos do *gestor 4* e dos *não extensionistas 1 e 2* que relataram um forte contato com a extensão anterior à UNIPAMPA. O *gestor 3* nunca teve contato com a extensão na graduação e tampouco na UNIPAMPA.

6.1.5 Facilidades e dificuldades de se fazer extensão

A maioria dos entrevistados relatou que os benefícios de se fazer extensão são pessoais, profissionais e a contribuição com a sociedade. Para o *extensionista 5*, quem participa de uma ação de extensão é porque acredita no que faz, porque se for pensar na demanda de trabalho e nos custos, não faz. “Das atividades que eu faço, é aquela coisa que a gente não sente que está trabalhando, parece que a gente está se divertindo” (*EXTENSIONISTA 2*).

O *extensionista 10* afirma: “me sinto muito mais feliz com um projeto de extensão do que se eu fizesse uma pesquisa em uma área que ninguém vai ver nada. Ninguém vai olhar e eu não vou contribuir para desenvolver a comunidade. Me realizo mais na extensão”.

A possibilidade de se ver um resultado concreto na comunidade foi citada pelo *gestor 3*:

A comunidade vê o resultado da tua ação. A extensão ela é muito mais plausível, os resultados de extensão são mais plausíveis do que os resultados de pesquisa por exemplo. Então eu vejo que os resultados da extensão são muito mais positivos e talvez até mais rápidos do que das ações de pesquisa ou de ensino (*GESTOR 3*).

O *gestor 4* também fala nesse sentido ao explicar que ao fazer uma atividade de extensão é possível ver no rosto das pessoas a transformação que foi causada pela instituição, o impacto causado. Para ele, o resultado da pesquisa é bom, mas muitas vezes não se tem uma consequência prática e na extensão é perceptível na hora a mudança causada.

O *extensionista 6* coloca que além do crescimento pessoal e para os alunos, a extensão possibilita conhecer a realidade e levar esse conhecimento para o trabalho em sala de aula. A oportunidade que, ao fazer extensão, os alunos tenham contato com a realidade foi citada por dois entrevistados. Os benefícios desse contato foram citados por GURGEL (1986), NUNES (2011) e Dagnino (2010). Para o *extensionista 8*, através da extensão alunos e docentes tem contato com a comunidade e deixam de ver a universidade como algo isolado da realidade.

É fazer com que os alunos consigam se envolver com o lado de fora da Universidade. Falar de extensão, é dizer vamos tirar essa Universidade dessa torre de cristal, dessa torre de marfim. Vamos tirar a Universidade de dentro desse mundo imaginário que a gente cria, como se só aqui dentro as coisas de fato acontecessem. A extensão é dizer não, a Universidade faz parte da sociedade. Ela não está além da sociedade. Acho isso fantástico (*NÃO EXTENSIONISTA 2*).

O *extensionista 9* acredita que por ser uma atividade trabalhosa, é fundamental que seja em uma temática que o profissional tenha grande identificação, que possam ser discutidos assuntos que o encantam. O vínculo com os alunos também é apontado como um benefício de se fazer extensão. O entrevistado relata, no entanto, que há muito o que ser feito ainda para que a extensão tenha a valorização que merece. Neste sentido, este respondente cita alguns avanços como o da CAPES ao incluir um campo na Plataforma Sucupira para registrar esse tipo de eventos em atividades de pós-graduação e a possibilidade de registro das atividades no Currículo Lattes.

Para o *extensionista 7*, o grande benefício é possibilitar que a instituição cumpra seu papel social, no desenvolvimento da região. O *extensionista 3* vê a divulgação da instituição e a oportunidade da comunidade participar da Universidade como principais benefícios de se fazer extensão.

Conforme o *extensionista 1*, o suporte institucional e a utilização do nome da UNIPAMPA facilitam a realização dos projetos. O *extensionista 4* relata que a instituição abre portas e que nunca recebeu um não ao oferecer um projeto para a comunidade.

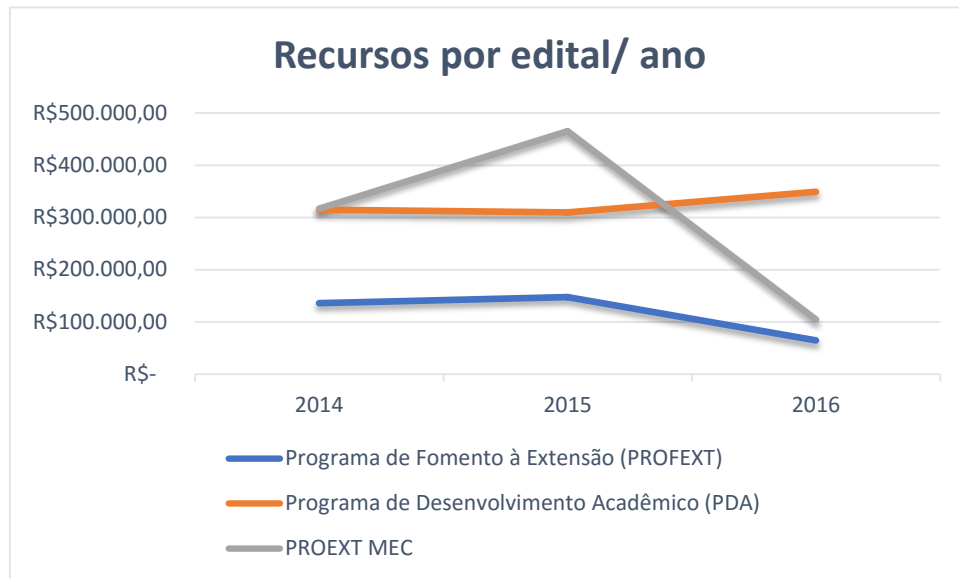
Na sequência, ao serem questionados sobre as principais dificuldades em se fazer extensão, o *gestor 4* relata que muitas vezes existem objeções – principalmente de empresas – em publicizar dados internos necessários para a atividade e que isso desmotiva os alunos, fazendo que muitos desistam. O *extensionista 1* cita que há resistências da comunidade em função de projetos anteriores terem sido abandonados. A necessidade de comprometimento foi citada pelos dois.

A questão financeira foi destacada por sete dos entrevistados. Para o *gestor 1*, os atuais contingenciamentos de recursos dificultam a realização de extensão, já que na maioria dos casos, para se fazer extensão, é preciso deslocamento, diárias e outros custos. Com os cortes financeiros fica mais difícil a operacionalização das atividades. O entrevistado indica que uma solução para contornar a redução de recursos é desenvolver ações mais locais.

Confirmando esta situação, o *extensionista 9* relata estar desmotivado com a questão financeira, pois ações que deveriam crescer, provavelmente vão diminuir ou acabar com esse contingenciamento. Relata que os editais externos estão cada vez mais escassos e os internos não dão conta para a quantidade de ações, possuindo a limitação de um bolsista por projeto e recursos reduzidos. As dificuldades de se conseguir fomento, recursos, apoio e os poucos editais disponíveis também foram citados pelo *extensionista 3*, afirmando ainda que para se realizar a extensão, muitas vezes, é preciso utilizar recursos e instalações da comunidade. Os *extensionistas 4* e *5* relatam que muitas vezes fazem uso de recursos próprios para realizar as

ações extensionistas. O *extensionista 8* acredita que com as dificuldades de carro e instalações, os únicos extensionistas que restarão serão aqueles que garantirem recursos para as ações. A figura 7 apresenta os valores por edital de fomento a extensão nos últimos três anos.

Figura 7 – Recursos por edital – últimos três anos



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do SIPPEE (2017).

Pode-se observar na figura 7 que os entrevistados têm razão em sua preocupação com recursos para a extensão universitária. O edital PROEXT-MEC, por exemplo, que teve forte acréscimo em 2015, tendo como recurso R\$ 464.800,00, no ano de 2016 teve apenas R\$ 104.160,00, o que significa uma diminuição de 78% do valor. O PROFEXT, outro importante edital de fomento a extensão, teve um decréscimo de 56% do valor em relação à 2015. O Edital PDA foi o único que teve um acréscimo nos valores destinados à extensão, de R\$ 309.360,00 em 2015 para R\$ 349.120,00 em 2016, o que equivale a 13% a mais.

Para o *extensionista 11*, a questão principal não é a falta de recursos e sim a operacionalização dos valores para a extensão. Para ele, há muitos materiais e serviços que são impossibilitados de serem contratados em função da burocracia e da limitação dos editais e que isso seria facilitado se a UNIPAMPA tivesse uma fundação de apoio.

A burocracia foi citada pelo *gestor 2*, afirmando que muitos desconhecem fluxos e processos que estão “amarrados” pela Resolução 104 (UNIPAMPA, 2015) e acabam não conseguindo executar as atividades de extensão. O *extensionista 9* citou que existem obstáculos para que a sociedade se aproprie da instituição, como formulários para que pessoas

externas a comunidade acadêmica ingressem no Campus. Para ele, desde que seja cuidado o patrimônio público, a instituição tem que estar aberta para a população.

O *extensionista 7* relata que algumas chefias – principalmente de TAEs – não entendem a importância das ações de extensão e exigem que o servidor compense a carga horária em que estava realizando a atividade, mesmo a Resolução 104 (UNIPAMPA, 2015) definindo que apenas projetos não registrados não poderão contabilizar na carga horária do servidor (Art. 11). Para o *gestor 1*, não existe incentivo nos Campi para que seja feita a extensão.

A necessidade de valorização da extensão é citada pelo *extensionista 8*, ao afirmar que na Universidade o professor se torna um “homo lattes, a pesquisa pontua lá em cima e a extensão pontua muito pouco”. O *extensionista 9* corrobora com esse pensamento:

fazer extensão não dá prestígio. Fazer pesquisa e publicar artigos, isso os colegas, os pares, as agências de fomento reconhecem, mas fazer extensão não. Para o currículo não te dá status, não te dá qualificação para receber mais recursos, não é reconhecido na pós-graduação.(...) Na hora de pontuar, possivelmente, se eu disser que eu sou um pesquisador e tiver várias qualis, produtos acadêmicos, parece que é mais reconhecido. Agora a extensão se eu tiver vários projetos e tiver contribuído com a comunidade, efetivamente, e colocando isso aí em um relatório ou sei lá, em um congresso, não tem o mesmo grau de relevância para a academia do que a pesquisa (*EXTENSIONISTA 9*).

Outras temáticas expostas pelos entrevistados foram o tempo e a dedicação necessários para se realizar extensão. O *extensionista 6* relata que muitas atividades demandam atenção e contato direto com o público externo, o que exige muito tempo para a realização de atividades simples e que muitas pessoas não tem paciência. A necessária divulgação das atividades de extensão é identificada pelo *extensionista 2* como a principal dificuldade, já que demanda muito tempo e envolvimento.

O tempo para planejamento de uma atividade de extensão e o contato com a comunidade são apontados como dificultadores para a realização destas pelo *gestor 3*. Para ele, essa é a principal diferença da pesquisa, que é algo mais pessoal ou de um grupo próximo.

Conforme o *não extensionista 2*, o principal empecílo é a cultura docente. Para ele, “o professor sai do mestrado, do doutorado e vem para a sala de aula com a fome de ensino e de pesquisa, e esquece que o tripé é ensino-pesquisa-extensão”. O comprometimento dos servidores com a instituição e com a região é questionado pelo *gestor 1*. Para ele, muitas pessoas não “vestem a camiseta” da UNIPAMPA, desconhecem autoridades locais e se recusam em participar de atividades da cidade que propiciariam um relacionamento melhor

entre Universidade e comunidade, perdendo um importante espaço para diálogo e construção de novas ações.

O *extensionista 4* relata a necessidade dos servidores saírem da zona do conforto, e que este é o principal dificultador. Para o *não extensionista 1*, existe também a “falta de interesse” do servidor, já que:

a extensão envolve muito mais do que estar sentado tua cadeira, atrás de um computador, produzindo uma pesquisa. Se a pesquisa já envolve ter que ir a campo coletar, a extensão envolve muito mais. Tem que se dedicar aquilo que se propõe. Acho que envolve um pouco isso, acho que falta conhecimento do professor para conseguir dimensionar tempo, organizar, pensar no benefício que isso pode gerar tanto para o público que vai ser atingido tanto para quem tá desenvolvendo a ação (NÃO EXTENSIONISTA 1).

O desconhecimento da extensão, seus conceitos, normas, formulários é apontado pelo *gestor 2* como um obstáculo para a realização da extensão. Para ele, são necessárias capacitações da comunidade interna.

6.1.6 Conhecimento de conceitos, normas e diretrizes

Benetti, Sousa e Souza (2015), ao explicarem sobre a curricularização da extensão na UFRJ, afirmam que após a divulgação do PNE 2014-2024 aos servidores foi identificada a necessidade de difundir conceitos como programa, projeto, evento e curso, desconhecidos pela maioria. Segundo alguns entrevistados, estes conceitos também são estranhos para a comunidade acadêmica da UNIPAMPA.

O *não extensionista 1* afirma não saber as diferenças dos conceitos de extensão e acredita que a maioria dos servidores do Campus está na mesma situação. Conforme os *extensionistas 10* e *11*, entre os próprios coordenadores de projetos de extensão há dificuldades em diferenciar o que é projeto e o que é programa, causando diversas confusões. O *extensionista 6* afirmou: “se fizeres uma pesquisa com os servidores da instituição e eles forem sinceros contigo, a grande maioria vai dizer que não conhece os conceitos da extensão”.

Para o *gestor 3* apenas os docentes, técnicos e alunos que participam das ações de extensão conhecem os principais conceitos e normas da extensão e são eles que vão propondo novas atividades, sendo muito difícil pessoas que nunca tiveram esse contato criarem novas ações. O *gestor 4* acredita que há um certo “tabú” em relação à extensão universitária e que

muitos servidores já se consideram “não extensionistas” sem nem conhecerem de fato a extensão.

O *extensionista 10* acredita que a Universidade deva oferecer cursos sobre extensão aos servidores ingressantes, para que estes conheçam a missão institucional de desenvolver a região e os conceitos, formulários e sistemas da extensão universitária. A capacitação de pessoas também é sugerida pelo *gestor 2*, que acredita que isso aumentará o número de extensionistas na instituição.

Uma das ações que está ocorrendo na UNIPAMPA nesse sentido é o curso Reflexões e Práticas Extensionistas na UNIPAMPA (EaD), que tem por objetivos:

Propiciar a reflexão sobre a extensão e o seu papel social; Orientar e dirimir possíveis dúvidas dos servidores da Universidade em relação à execução de atividades de Extensão segundo a Política Nacional de Extensão e as Normas de Extensão da UNIPAMPA; Propiciar um espaço de diálogo sobre o fazer/fazer Extensão; Qualificar e ampliar as atividades de Extensão propostas e executadas pelos servidores no âmbito da UNIPAMPA (UNIPAMPA, 2017).

A carga horária total do curso é de 40 horas. A primeira edição ocorreu em agosto e setembro de 2016 e a segunda em outubro e novembro do mesmo ano. Conforme informações da PROEXT, 68 servidores se inscreveram no curso nas duas primeiras edições e destes 50 concluíram. Na terceira edição, que ocorreu entre março e abril de 2017, teve 31 inscritos.

Os entrevistados foram consultados sobre os documentos que dispõem sobre a Extensão Universitária na UNIPAMPA: Estatuto (UNIPAMPA, 2009b), PDI 2014-2018 (UNIPAMPA, 2014a), Regimento Geral (UNIPAMPA, 2010), Normas Acadêmicas (UNIPAMPA, 2011) e, principalmente, Normas de atividades de extensão e cultura (UNIPAMPA, 2015).

Para os *extensionistas 1, 3 e 9*, as normativas são satisfatórias e não prejudicam a execução das ações de extensão na UNIPAMPA. Conforme os *extensionista 2 e 4*, as regulamentações estão no “caminho certo” mas sempre há algo para melhorar.

De acordo com o *extensionista 11* – que relata ter participado da criação da maioria destes documentos – as normativas institucionais são suficientes, no entanto, há algumas coisas difíceis de serem colocadas em prática e que deveriam ser revistas. Esse também é o entendimento do *extensionista 7*, que afirma que em algumas situações as normas e questões burocráticas impedem ou dificultam que algumas atividades sejam desenvolvidas e que estes não contemplam a realidade da extensão.

O *extensionista 5* e o *não extensionista 1* afirmaram não saber responder sobre isso. De acordo com o *extensionista 8*, ele só passou a conhecer essas normativas em função de ter feito o curso de reflexões e práticas extensionistas e que, mesmo sendo coordenador de ações de extensão há muitos anos, desconhecia.

O *gestor 3* expõe que está há anos na instituição, mas somente conheceu alguns destes documentos ao assumir um cargo de gestão. Acredita que as normas de atividades de extensão deveriam ser mais abrangentes para incentivar que mais servidores participassem. Para o *gestor 4* a grande dificuldade é colocar essas normas em prática em uma instituição multicampi.

O *extensionista 10* pensa que mesmo as normas sendo suficientes para o bom andamento da extensão na instituição, elas precisam ser divulgadas e haver um trabalho de conscientização nos Campi a cada semestre e com cada servidor ingressante. A extensão não é presente nos Campi, segundo o *extensionista 6*. O *não extensionista 2* tem o mesmo pensamento:

Suficiente é, não é divulgado (...) os professores que aqui chegam não conhecem as normas, não conhecem os tipos de auxílios que os alunos tem para serem trazidos para o desenvolvimento da extensão, ou seja os diversos tipos de bolsas. Os professores conhecem bolsas de pesquisa, de iniciação científica, e aí todas aquelas outras siglas que temos nos documentos, se você sair perguntando para os professores, não tem conhecimento, não tem mesmo. (...) Hoje, se a gente for colocar os professores em uma sala para que a gente discuta as questões de extensão 2014-2018, os professores estão bem mais atentos para as questões de pesquisa 2014-2018 que estão em nosso PDI. Não as questões de extensão. O que que a Universidade precisa atingir em termos de impacto social, ou até mesmo, aquilo que dita a implantação da UNIPAMPA nessa região. A instalação da UNIPAMPA nessa região é um grande acordo extensionista. Convenhamos, ela tá aqui para mudar toda essa realidade, distante de uma capital, dos grandes centros. O professor que chega tem conhecimento? (...) Nos PPCs dos cursos esse discurso está no início, então a gente decora. É uma coisa decorada, outra coisa é colocar na prática o que está bem decorado. (NÃO EXTENSIONISTA 2)

A não valorização e a sobrecarga de trabalho da Comissão Local de Extensão são citadas como aspectos negativos do Regimento da UNIPAMPA pelos *extensionistas 4, 6* e pelo *gestor 4*. O *extensionista 9* afirma que os processos constantes na Resolução 104 deveriam ser simplificados e que há muita burocracia e demora em situações consideradas simples como a emissão de certificados e o relatório das ações. Para o respondente, assim como ocorre com a pesquisa, o relatório de uma ação de extensão poderia ser um artigo publicado – assim não ocorreria o trabalho redobrado de elaborar o artigo e preencher o relatório, com informações idênticas.

Outra crítica do *extensionista 9* é sobre o programa de avaliação de desempenho para fins de desenvolvimento na carreira dos docentes da instituição – progressão/ promoção de carreira (UNIPAMPA, 2014d). Benetti, Sousa e Souza (2015) afirmam que a pontuação da extensão para a progressão docente foi um dos passos para a curricularização da extensão na UFRJ. Este passo já está dado na instituição, no entanto, na visão do entrevistado isso não faz diferença na progressão do docente.

Eu fiz a pouco tempo o formulário de progressão, então consta lá também o envolvimento com as atividades de extensão. Eu acho bom, mas é muito difícil que o docente não consiga atingir o mínimo que é necessário para progredir, então acaba que não faz diferença. Ao colocar o tempo que se dá de aula, já se consegue progredir. E não tem uma valorização adicional para quem faz esse tipo de atividade, seja pesquisa ou extensão, então é bom e importante que esteja lá para pontuar, que essa é uma atividade que de certa forma é valorizada na Universidade, mas acaba que não faz diferença porque é uma progressão simbólica na minha opinião. Se não fizer nada de pesquisa ou de extensão, só der aula, se consegue progredir (*EXTENSIONISTA 9*).

Para o *gestor 2*, algumas mudanças se fazem necessárias, principalmente sobre a curricularização da extensão e a regulamentação da prestação de serviços. Mesmo o FORPROEXT (2007) considerando a prestação de serviços como uma ação de extensão, a Resolução 104/2015 normatiza apenas projetos, programas, cursos e eventos como ações de extensão na UNIPAMPA. No entanto, não são todas as prestações de serviço que podem ser consideradas ações de extensão, estas precisam estar articuladas com o ensino e a pesquisa e impactar a formação do discente. Nesse sentido, também é necessário que ocorram discussões sobre a cobrança financeira ou não do serviço realizado.

De acordo com o *gestor 1*, já estão ocorrendo discussões para que as Normas Acadêmicas sejam revistas e adequadas à legislação vigente, e isso incluiria o estabelecido pelo Plano Nacional de Educação 2014-2024. O *gestor 1* explica, também, que está prevista uma discussão sobre as diretrizes curriculares da graduação da UNIPAMPA e que isso incluiria a creditação da extensão no currículo dos acadêmicos.

Sobre as diretrizes da Política Nacional de Extensão Universitária (FORPEXT, 2012) – interação dialógica; interdisciplinaridade e interprofissionalidade; indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão; impacto e transformação social e; impacto na formação do estudante, definidas anteriormente – a maioria dos entrevistados afirmou desconhecer ou conhecer parcialmente, mesmo essa informação constando no Art. 4º da Resolução 104/15 (UNIPAMPA, 2015). Apenas três entrevistados falaram com convicção sobre as diretrizes.

Sobre o impacto social das ações, o *extensionista 8* cita a importância de se ouvir a sociedade ao se pensar uma ação de extensão:

no ano passado eu tinha um projeto que para mim era maravilhoso, ele era uma coisa que na minha percepção estava excelente, em termos de objetivos, em termos de proposta. Ele era um projeto maravilhoso. Quando foi para a prática, lá, eu vi que a comunidade não comprou essa proposta. Ou seja, aquilo para mim, em um primeiro momento, foi bastante decepcionante, um projeto que tinha tudo para dar certo e não deu. Justamente em função dessa questão da comunidade, que é algo extremamente importante e tem que encontrar a proposta, tem que se sentir inserida (*EXTENSIONISTA 8*).

O *extensionista 9* afirma escutar a comunidade para pensar a ação de extensão:

A gente sempre inicia as nossas ações de extensão fazendo uma consulta para a comunidade, acerca dos interesses. E aí a gente programa as ações de acordo com os principais tópicos de interesse, no final faz uma avaliação. (...)E em todas elas a gente tem previsto e realiza essa avaliação do impacto. Inclusive em alguns dos projetos a gente tem essa articulação com a pesquisa, e acaba também utilizando essas informações no viés da pesquisa e divulgação da ciência, no nosso caso, da neurociência (*EXTENSIONISTA 8*).

Em relação a interação dialógica, o *extensionista 5* acredita que as ações da instituição são, em sua maioria, unilaterais. O *extensionista 10* acredita que em partes ocorre essa interação, não em todos os projetos. Para o *gestor 2*, a extensão na UNIPAMPA está passando por uma transformação: “eu acho que a UNIPAMPA vem caminhando para uma ação dialógica na extensão. Gostaria muito de conseguir visualizar de forma concreta esse processo, que é as pessoas de fora virem para dentro da Universidade e a Universidade também se abrir para a comunidade”.

6.2 FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional da UNIPAMPA (UNIPAMPA, 2014a), a formação acadêmica deve responder, entre outras coisas, às necessidades contemporâneas da sociedade e a valorização da pluralidade dos saberes. O documento estabelece que uma das formas de se conseguir essa formação é através da flexibilização curricular, "entendida como processo permanente de qualificação dos currículos", oferecendo diferentes possibilidades no processo formativo do aluno.

A flexibilização curricular pode se dar através de disciplinas obrigatórias, optativas e atividades complementares – inclusive ações extensionistas. A maioria dos respondentes

classificou como “interessante”, “positivo” e “importante” a flexibilização curricular. Para o *gestor 2*, a flexibilização possibilita que o aluno veja sentido nos componentes curriculares. O *gestor 1* acredita que essa é a melhor forma do aluno estabelecer o que ele tem mais afinidade dentro do curso e isso se refletirá no exercício da sua profissão e na sua realização profissional.

Para o *extensionista 9*, a flexibilização proporciona ao aluno as condições para que ele procure atividades e conteúdos que estejam mais voltados para o seu interesse e em como ele pretende atuar em sua profissão. Conforme o *extensionista 3*, no contexto de hoje com REUNI, SISU, a flexibilização curricular é essencial para conter uma das principais preocupações da instituição: a evasão. Ele explica que quase todos os cursos da instituição oferecem apenas um ingresso anual – apenas administração, fisioterapia e medicina veterinária tem ingresso nos dois semestres do ano – o currículo rígido acaba por induzir o aluno que ficou retido em algumas disciplinas a desistir do curso.

De acordo com o *extensionista 3*, o grande ganho da flexibilização é que o egresso é muito mais autônomo quando sai, pois pensou nas consequências de suas escolhas. O *extensionista 11* acredita que a flexibilização curricular faz com que o aluno projete seu futuro e conta que, por ministrar aulas para turmas iniciais dos cursos, sempre estimula os alunos a conhecerem e participarem de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Eu recomendo sempre pra eles e sempre converso com eles sobre essa questão toda desde minha primeira aula, tento estimulá-los e fazer com quem que eles visualizem e participem dessas ações, da Universidade. (...) Minha primeira aula é sempre uma fala geral, eu penso que eu tenho obrigação de não só trabalhar conteúdos com eles, mas passar para eles a visão que eu tenho da vida profissional, então eu falo alguma coisa nesse sentido, deles participarem de projetos de extensão, pesquisa, que eles procurem já construir o currículo deles a partir dali. Porque não se atenam só em sala de aula, porque só a sala de aula é insuficiente (*EXTENSIONISTA 11*).

Este também é o pensamento do *extensionista 10*:

Os cursos, eles deveriam ter flexibilidade para serem dinâmicos, de acordo com o que está ali fora. Porque nós ficamos atrás sempre? Porque sempre a sociedade, a organização, a empresa, estão a frente. Será que o que eu estou ministrando aqui em sala de aula está acontecendo ali fora. Então o movimento teria que ser constante. (...) O que é pregado, muitas vezes, não acontece. Nas grandes corporações, obviamente que os processos estão existindo, assim como na literatura, mas até que ponto, se alguém escreve, aquilo representa uma realidade? Isso quem vai demonstrar essa realidade é o trabalho nosso, mudando o modo de ser e de fazer as coisas acontecerem (*EXTENSIONISTA 10*).

De acordo com o *não extensionista 2*, muito mais que formar o profissional, a Universidade tem o papel de auxiliar na preparação do cidadão, e a flexibilização curricular e a participação de discentes em atividades complementares de graduação possibilitam isso.

Ao promover o contato do estudante com a realidade, faz com que ele pense no que poderá ser feito para mudar uma situação para melhor. Hoje, eu penso que com a flexibilização a gente tem de fato uma capacidade maior de conseguir dar ao aluno o entendimento da realidade do ponto de vista do ensino, da pesquisa e da extensão, mesmo sabendo que o ensino e a pesquisa ainda são mais fortes na academia (*NÃO EXTENSIONISTA 2*).

O *gestor 3* entende que:

não se pode pensar em um curso de graduação nos moldes que nós tínhamos há 30, 40 anos. Até porque o ensino mudou, a educação básica, o ensino médio e o superior mudou. E o mundo mudou(...) não se pode pensar em um currículo engessado, tem que ser um currículo flexível. No entantato, fico preocupado com a maturidade dos alunos que ingressam na Universidade – em sua grande maioria adolescentes - para optar por disciplinas e atividades que influenciarão sua vida profissional, podendo acarretar em uma formação deficiente (*GESTOR 3*).

Os *não extensionistas 1 e 2* acreditam que existe muita dependência dos alunos em relação aos coordenadores de curso. “O aluno não conhece o seu curso. E assim, ele está se formando, ele é provável formando, e ele não sabe porque está nessa situação, quais disciplinas que já venceu e quais precisa vencer” (*NÃO EXTENSIONISTA 2*). A percepção do *extensionista 6* é que nos cursos em que atua há dificuldades na operacionalização da flexibilização curricular e que, por alguns alunos não terem maturidade, ficam sem saber o que fazer e o que escolher.

Na visão do *extensionista 3*, a flexibilização auxilia nesse amadurecimento, já que normalmente quando se escolhe o curso de graduação a pessoa é muito nova ainda e a necessidade de se optar por quais disciplinas e atividades realizar faz com que haja uma direção a seguir, acontece uma releção mais rápida e consciente do seu futuro. O entrevistado conta que vivencia isso no curso que atua e que, em um primeiro momento, imaginou que iria ser muito complicado e que os alunos ficariam perdidos, mas que foi surpreendido por pessoas que pensam no curso e por qual propósito estão realizando a atividade ou a disciplina.

Segundo relato do *extensionista 8*, o currículo do curso em que atua sofreu alterações em 2016, retirando todas as disciplinas complementares de graduação e restando, além dos componentes obrigatórios, apenas as atividades complementares de graduação. Para o *extensionista 2*, não há grande flexibilidade na estrutura curricular dos cursos da

UNIPAMPA. Na percepção do *extensionista 5* a flexibilização é muito interessante, mas acredita que ninguém – nem aluno, nem docente – está preparado para isso e que “no papel é muito lindo, mas na prática não funciona”.

Para o *extensionista 10*, o *não extensionista 1* e o *gestor 4*, um dos principais obstáculos para a flexibilização curricular é o próprio docente, que comumente está acomodado em áreas de conforto, ministrando há anos as mesmas disciplinas e uma baixa carga horária, não aceitando ministrar componentes curriculares diferentes e, tampouco, propondo atividades complementares para os alunos. “A barreira principal, que é a primeira, que é do corpo docente. Porque a gente só consegue ofertar disciplinas e atividades no momento que se tem professores disponíveis para fazer isso” (*GESTOR 4*). Para eles, além de formar o aluno, é preciso formar e incentivar o professor.

Em consonância a isso, o *gestor 1* coloca que:

nossa formação egressa ela ainda é uma formação bastante rígida, carteseana, é bastante conceitual e limitada, e não tem essa concepção da abrangência e da complexidade do conhecimento que hoje está mais em pauta. E aí eu quero fazer um curso de química, onde determinados conceitos, porque eu aprendi assim, eu quero que todos aqueles conceitos sejam assim. Penso que química não tem nada a ver com cidadania, por exemplo. Eu preciso ver como manusear os elementos. Não, mas aí tem outro elemento aqui, o que são esses elementos na natureza, quais os impactos ambientais que ele tem, então é uma outra visão, e aí a resistência que existe é essa, decorrente da formação egressa do professor. (...) É uma formação bastante isolada de conceitos, os componentes curriculares são isolados, não existe ou não existiu presente, de forma significativa, a interdisciplinariedade, essa visão complexa do saber, todo um contexto (*GESTOR 1*).

Estas afirmações vão ao encontro do que explica Anastasiou (2007), de que ainda hoje o ensino é muito baseado na transmissão de conhecimento do docente - aprendido em sua graduação - para o aluno em aulas expositivas, cabendo ao acadêmico apenas copiar o conteúdo. E, também, ao pensamento Bordieu (2004, *apud* Gonçalves, 2015) sobre a repetição do docente das práticas pedagógicas de sua graduação enquanto aluno, sem considerar o quanto o ensino mudou desde a sua formação.

Um exemplo de mudanças contemporâneas é a utilização de equipamentos eletrônicos – como smartphones e tablets – por alunos em sala de aula, que é um fato muito recente e que necessita mudanças na forma de lecionar. Considerando a ampliação do conceito de sala de aula – como sugerem Nunes (2011), Xavier e Fernandes (2008) e Ferreira (IN: LIMA; MONEGO, 2014) – as mudanças são ainda mais significativas.

Na concepção dos *gestores 1* e *2*, a flexibilização é um longo trabalho, que precisa a conscientização de coordenadores de curso, núcleos docentes estruturantes, comissões de

curso e toda comunidade acadêmica – respeitando as especificidades de cada curso – para que o aluno possa ter essa autonomia para direcionar sua formação e a flexibilização efetivamente tenha resultados.

De acordo com Carneiro, Collado e Oliveira (2014) e Ferreira (IN: LIMA; MONEGO, 2014) a curricularização da extensão só é possível quando existe a flexibilização curricular, pois através dela não é a instituição, e sim o aluno, que escolhe como será sua formação.

6.2.1 A Extensão na formação do aluno

Antes de serem questionados especificamente sobre a curricularização da extensão, os entrevistados foram consultados sobre como a extensão pode ser inserida no ensino e na pesquisa. Para Gonçalves (2015), a coexistência do ensino, da pesquisa e da extensão não significa que esses são indissociáveis. Para que de fato a indissociabilidade aconteça, é preciso haver um vínculo entre a extensão e a formação e/ ou a produção de conhecimento.

Na visão do *gestor 3*, os alunos só pensam sobre a necessidade das ACGs quando estão no final do curso e que estas não foram atividades complementares a sua formação de fato, e sim atividades com fim específico de cumprir o exigido para a formação. Para ele, o incentivo a participação de atividades complementares deveria ser constante. Também é essa a opinião do *extensionista 7*, que explica que os alunos tem um foco na pesquisa e que só buscam saber sobre a extensão quando estão no final do curso.

O *extensionista 3* conta que em seu Campus há inclusive uma “disputa de vagas” para voluntários em ações de extensão, em função da necessidade de horas de ACGs, mesmo havendo mais procura pela pesquisa, uma hora eles pensam que “preciso ver o que é essa tal extensão” para conseguir as horas necessárias para a integralização curricular. Na sua percepção, a maioria não conhece e não entende o que é a extensão universitária e esse problema seria sanado se houvesse ações extensionista dentro das disciplinas dos cursos. De acordo com o *extensionista 9*, não podem ser em todas as disciplinas, mas algumas deveriam ter ações de extensão para que o aluno conhecesse a extensão.

O *extensionista 1* acredita que seria enriquecedor, principalmente para alunos da área de exatas que, em sua maioria, esquecem a parte humana das relações e o *extensionista 3* exemplifica que os alunos de física, por exemplo, poderiam replicar o que aprenderam na Universidade em escolas públicas. Tanto o *extensionista 8* quanto o *gestor 3* acreditam que muitas vezes isso acontece, mas o registro como atividade de extensão não é feito em função da aula já estar registrada como ensino, não podendo contabilizar duas vezes. O *extensionista*

9 relata que já inseriu atividades de extensão em suas disciplinas e que teve grande aprovação por parte do aluno, mas que registrou apenas no plano de ensino e não como projeto de extensão. No Plano de Ensino da instituição há a possibilidade de se destacar atividades de pesquisa e extensão realizadas nas disciplinas, no entanto, estas contam como carga horária de ensino.

Para o *extensionista 8* a extensão poderia ser executada através de projetos interdisciplinares em cada semestre e, dessa forma, haveria impactos maiores nos alunos e na sociedade. Essa é a percepção e a metodologia utilizada na Universidade Federal de Alagoas (UFAL). O *gestor 3* também concorda que a criação de projetos interdisciplinares é o caminho para a inserção da extensão na formação do aluno, no entanto, acredita que os projetos devem ser de longo prazo e o aluno ingressar no terceiro semestre e ir participando ao longo do curso nesse projetos, com uma avaliação final.

A ideia apresentada pelo *gestor 4* e pelo *extensionista 9* é que assim como há disciplinas de metodologia, pesquisa aplicada no currículo, fosse criada a disciplina de extensão aplicada. A Universidade Federal do Rio de Janeiro realizou a creditação da extensão através dessa forma. No entanto, para o *extensionista 9* essas disciplinas deveriam ser optativas. O *extensionista 2* explica que, mesmo entendendo como uma boa ideia a criação de disciplinas de extensão, acredita que não podem ser obrigatórias, pois há alunos que não se identificam com o contato com o público e isso acarretaria em prejuízos tanto para acadêmicos quanto para a população atendida.

6.3 O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E A ESTRATÉGIA 12.7

Como já apresentado anteriormente, o Plano Nacional de Educação é o responsável por orientar, executar e aprimorar as políticas públicas do setor, apresentando diretrizes, metas e estratégias (ALVES, IN: BRASIL, 2014, p.7). Uma das metas referente ao Ensino Superior é a 12 “elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público”. Para conseguir alcançar essa meta, o PNE traça 21 estratégias, entre elas a de assegurar o mínimo de 10% dos créditos dos currículos dos cursos de graduação para a extensão – podendo ser programas ou projetos – sendo preferenciais aqueles em “áreas de pertinência social” (BRASIL, 2014, p. 74).

Os entrevistados foram questionados se já haviam tido algum contato com o PNE e se sabiam como a extensão universitária era impactada por ele. A maioria dos respondentes afirmou ter conhecimento do plano, mas não de como ele impacta a extensão universitária. Dos 17 entrevistados, apenas o *gestores 1 e 2* e o *extensionista 11* falaram sobre a estratégia 12.7 – reserva de 10% dos créditos dos currículos em atividades de extensão. O *gestor 3* afirmou saber que o MEC vem dando ênfase para a extensão, mas não explicou como.

A estratégia 12.7 do PNE foi apresentada aos respondentes e esses foram interpelados sobre a exequibilidade da estratégia. A informação foi recebida com surpresa pelo *extensionista 8*: “Isso na grade? Porque a UNIPAMPA não está pensando nisso. O nosso PPC foi alterado em 2016, passou por todos os processos e não teve essa orientação. Não tinha conhecimento disso. Ou seja, nosso PPC vai ter que mudar daqui a pouco de novo? Porque não tem, não tem mesmo”.

O *extensionista 11* acredita que 10% é muito, já que hoje a exigência de se realizar extensão praticamente não existe e será um “salto muito grande” e que, por isso, haverá sérias dificuldades para implementar a curricularização da extensão. No entendimento do *extensionista 2*, sem essa exigência do PNE talvez nunca fosse feito nada relacionado à extensão no currículo, mas a obrigatoriedade pode não ser o ideal. O *extensionista 6* considera “horrrível” essa obrigatoriedade, já que em sua percepção para se realizar extensão é preciso ter perfil para isso, o que pode não ser o caso de muitos discentes e docentes. Para ele, essa obrigação não atingirá o objetivo e não será possível executá-la, pois uma atividade de extensão precisa ser pensada em conjunto, ter pessoas com vontade de realizá-la e não fará sentido indivíduos de “mau humor, contra a atividade, sem interesse” participando.

Para o *gestor 1*, muitos podem pensar que é um exagero 10%, que deveria ser um percentual menor, mas que se não houvesse esta regulamentação, a extensão nunca conseguiria um papel de destaque no currículo. Explica, ainda, que a UNIPAMPA está subordinada à leis, normativas, políticas públicas e que é de suma importância cumprir o estabelecido por elas e que o cumprimento disso é verificado através de sistemas como o SINAES. Para ele, cabe aos gestores da instituição respeitá-las e possibilitar que os cursos se adequem ao PNE. Na sua percepção, o principal é fazer a escuta de quem vive a realidade da sala de aula – alunos e docentes – e a partir daí propor normativas para a adaptação dos currículos.

De acordo com o *gestor 4*, a curricularização é questão de “boa vontade e compromisso” e muitos não fazem extensão por não conhecê-la de fato, que há muitas dúvidas sobre como executá-la e que é vista como algo difícil de se fazer. Na sua visão, é

gratificante fazer extensão universitária, no entanto, para que ocorra a curricularização é necessário que ela seja consagrada: “muitas vezes a ação de extensão é pouco valorizada. A avaliação da pesquisa ela é consumada e se o docente não fizer pesquisa, por exemplo, não poderá ministrar aula na pós-graduação. Se não fizer extensão, não acontece nada”. Na visão do *não extensionista 1* é possível, mas é primordial que mais pessoas – principalmente docentes - façam extensão.

O *extensionista 3* entende que é uma questão de cultura e que assim como antes o Trabalho de Conclusão no Curso não era um componente presente nos cursos e que atualmente é, com a extensão pode acontecer o mesmo, sendo necessário que o aluno desde o início saiba que será preciso cumprir essas horas para concluir o curso. Em relação ao docente, acredita que “assim como tem professores que não gostam de dar aula, preferem a pesquisa à sala de aula, mas não é por isso que não dão aula, o mesmo ocorrerá com a extensão”. Para o *extensionista 7*, a efetivação da curricularização da extensão necessita de empenho da coordenação do curso e de professores e acredita que com isso haverá uma maior obrigação da Universidade em dar condições para a realização de atividades de extensão.

Conforme o *gestor 3* para ser viável, é preciso que seja algo pensado desde o início do curso e que seja apoiado e executado por um grupo de professores – como um “laboratório de trabalho”. O *gestor 2* expõe sua percepção sobre a creditação da extensão nos currículos:

foi um passo muito importante na consolidação da extensão no país. Eu acho que nós estamos caminhando para de fato termos uma equidade entre ensino, pesquisa e extensão. (...) A curricularização é uma caminhada longa do FORPROEX, que conseguiu colocar no PNE a importância da extensão. Com certeza é possível executar, e eu acho que é uma forma de dar sim uma formação melhor para os nossos estudantes. É o momento que ele tem o ensino, faz a pesquisa e ele vai fazer a extensão na sua área de formação. A interação dele com a comunidade externa é a partir da sua área de formação. Ele vai colocar na prática aquilo que ele teve na teoria, aquilo que ele teve enquanto ensino ou nos seus projetos de pesquisa ao longo do curso, ele vai colocar em prática na extensão (*GESTOR 2*).

Há também a preocupação de que a extensão não ocorra só nos registros de créditos e que de fato esteja na formação do acadêmico. Para o *não extensionista 2*, é isso que ocorre atualmente nas ACGs, em que muitas atividades culturais, por exemplo, são registradas como extensão para cumprir o que é exigido, acontecendo um “faz de conta”. O *extensionista 10* tem essa mesma preocupação e afirma que hoje os alunos não se envolvem com os projetos, apenas cumprem as horas necessárias para as ACGs e desistem da atividade, sem concluí-la. “Acho que os 10% tem que ser uma coisa séria. Não pode ser só no papel, tem que ter uma avaliação, o aluno tem que fazer um relatório e tem que ter, digamos, presença nesses

momentos”. Para ele, a grande conquista da curricularização será que mais pessoas irão pensar a extensão universitária.

Questionados se estão ocorrendo discussões sobre isso no âmbito do curso e do Campus, todos disseram que não. Também afirmaram acreditar que a maioria os colegas – docentes e técnicos – não tenham conhecimento da necessidade de adequação ao exigido no plano nacional de educação.

Os professores não estão preparados. Acho que até alguns poucos sabem da curricularização, mas não estão preparados, os professores não recebem da própria Universidade as informações pertinentes sobre isso. Não só os professores, mas o pessoal da gestão, coordenador de curso, coordenador acadêmico, não debate isso na UNIPAMPA há muito tempo, inclusive, e isso é uma coisa muito séria. Porque daqui a pouco o MEC vai acabar o prazo, nós teremos que alterar nossos PPCs e não basta simplesmente prever as 300 horas de extensão, tem que ser algo que funcione. Porque senão mantem-se essa questão das ACGs, que na minha opinião, não complementam a formação dos nossos alunos (GESTOR 3).

Benetti, Sousa e Souza (2015) relatam que na longa caminhada para a creditação da extensão na UFRJ o primeiro passo foi o debate com toda a comunidade acadêmica sobre a importância e necessidade de curricularização, conscientizando todos os envolvidos, para que posteriormente fossem realizadas ações para de fato implementá-la.

Em relação à avaliação da extensão pelo SINAES, apenas um dos entrevistados tinha conhecimento de que o novo instrumento do INEP para avaliação externa dos cursos de graduação (BRASIL, 2016b) apresenta como um dos seus critérios de avaliação do curso se esse assegura o mínimo de 10% do total da carga horária do currículo em atividades de extensão, conforme estabelece o PNE. Alguns afirmaram saber que a extensão é avaliada nas visitas *in loco*, mas não sabem como.

Benetti, Sousa e Souza (2015) citam como passos importantes para a curricularização na UFRJ a ampliação do número de ações de extensão para que todos os alunos tenham condições de cumprir a carga horária exigida e, também, a regulamentação da pontuação da extensão para a promoção/ progressão docente e distribuição de vagas. Estes estão intimamente ligados. A UNIPAMPA já pontua de forma igualitária o ensino, a pesquisa e a extensão realizada pelos docentes para sua progressão/ promoção. No entanto, diferente da UFRJ, a não pontuação em uma dessas atividades não impede que o docente seja promovido ou obtenha progressão.

O gestor 2 pensa que esta obrigatoriedade é uma forma de de fato todas as pessoas façam extensão, no entanto, não gostaria de ter essa obrigatoriedade, devendo ser um processo natural da carreira.

Quando ingressamos na carreira de servidor público federal, docente, temos muito claro que é preciso fazer ensino, pesquisa e extensão. Então eu acho que é um caminho natural, não seria assim de uma Resolução obrigando, para fazer uma coisa que é óbvia, inerente a carreira. É inerente a carreira docente fazer ensino, pesquisa e extensão. Logo, se eu não fizer, eu não vou estar dentro daquilo que a minha carreira preconiza (*GESTOR 2*).

De acordo com o *não extensionista 1*, as pessoas se desenvolvem em atividades diferentes e a extensão não deveria ser obrigatória para a carreira docente, pois a obrigatoriedade fará que as pessoas realizem “qualquer coisa” no papel para cumpri-la. O *extensionista 9* acredita que o ideal seria estimular o docente a realizar ensino, pesquisa e extensão, sem obrigá-lo, já que há pessoas que tem perfil para pesquisa e outras para a extensão ou ensino e que é ótimo quando tem perfil para os três, mas não são todos que tem. Em consonância, os *extensionistas 10 e 11* acreditam que a participação em atividades de Extensão deva ser voluntária, assim como também na pesquisa, mas que fosse obrigatória a sua participação em, no mínimo, dois “pés” da Universidade: ensino e pesquisa ou ensino e extensão.

Já na percepção do *gestor 3*, seria interessante a obrigatoriedade:

Eu acho que se é para adotar-se o que o PNE diz, faz todo o sentido. Porque o professor é um servidor público e só progride se atingir determinados níveis de produtividade dentro da sua carreira. Se a extensão é um desses itens, tem que constar, porque hoje não consta. Hoje a progressão do professor é muito mais baseada no ensino, se ele ministrou a carga horária mínima alí em sala de aula e ponto final. Então, não é só flexibilizar o currículo né? Vai mexer inclusive com a carreira do magistério superior. O professor entra sabendo que tem que fazer ensino, pesquisa e extensão, mas ele não recebe as ferramentas para e ele não é cobrado (*GESTOR 3*).

No entendimento do *gestor 4*, essa obrigatoriedade é interessante já que, em muitas instituições, a extensão é colocada como inferior ao ensino e a pesquisa e que, dessa forma, há uma valorização. Conforme o *não extensionista 2*, não é mais do que a obrigação do docente realizar ensino, pesquisa e extensão, já que ao ingressar na instituição, na carreira, já sabia que deveria fazê-los e, portanto, a exigência deveria acontecer.

Para o *gestor 1*, a obrigatoriedade de se fazer extensão é uma questão complexa, até porque também necessitaria uma obrigatoriedade do docente fazer pesquisa também. Acredita, no entanto, que as ações de extensão deveriam ser mais incentivadas e valorizadas, além da conscientização de toda a comunidade acadêmica sobre a importância de se realizar extensão. O entrevistado relata que há diferenças entre a progressão/ promoção da carreira

docente e o registro da carga horária desse professor e que é imprescindível uma resolução que trate dos encargos docentes na UNIPAMPA. Ele explica que a maioria dos professores cumpre apenas 8 horas semanais em sala de aula – estabelecidas como o mínimo pela LDB (BRASIL, 1996) – se recusando a ministrar aulas além dessas e, mesmo assim, é possível a progressão. Através da Resolução sobre encargos será identificado como cada docente cumpre as 40 horas semanais estabelecidas em seu contrato.

6.3.1 Formas de implementação

Na sequência, os entrevistados expuseram alternativas para que a extensão seja acrescentada no currículo. O *extensionista 10* acredita que a melhor maneira de inserir a extensão no currículo do aluno é através da reserva de carga horária de disciplinas específicas – definidas pela comissão de curso – para a realização de atividades de extensão. Para o *extensionista 2*, o ideal seria que cada curso escolhesse em quais componente ocorreria a reserva de porcentagem para extensão, sem que ocorresse uma obrigação para todos os docentes. O *extensionista 11* entende que para se iniciar a conscientização na comunidade acadêmica, essa reserva das disciplinas seria interessante e que em um segundo momento, após a conscientização de todos, fossem criadas as disciplinas específicas de extensão, o que em sua visão é mais complexo. No entanto, acredita que como as turmas normalmente são muito grandes – cerca de 50 alunos – a porcentagem nas disciplinas iniciais seria um “grande desafio”.

Segundo o *extensionista 8*, apenas dentro das disciplinas poderia ocorrer de fato a indissociabilidade do tripé ensino-pesquisa-extensão, mas que para que isso aconteça é preciso mudar a mentalidade dos envolvidos para esse trabalho articulado entre os três. A preferência do *gestor 4* também é pela reserva de porcentagens para a extensão dentro de disciplinas e ele explica que em sua graduação teve uma disciplina específica de extensão, que era obrigatória, mas que a maioria dos alunos não tinha ideia do que iria acontecer e de porque estava fazendo. Para ele, ao se colocar essa porcentagem na disciplina, alunos e professor vão construindo a ação e cita o exemplo de que uma atividade de extensão em que os conhecimentos adquiridos em sala de aula pudessem impactar a realidade de uma comunidade seria muito mais interessante do que a aplicação de provas em que alunos solucionam problemas “inventados pelo professor”, e não problemas reais. No entanto, entende que dentro das disciplinas a extensão poderá não ocorrer efetivamente – apenas o

registro – o que não aconteceria em uma disciplina de extensão, em que todos seriam obrigados a realizar as ações extensionistas.

O *gestor 3* considera que apenas colocar uma porcentagem de extensão dentro das disciplinas, sem que o professor passe por uma reciclagem e aprenda como fazê-la, será uma “maquiagem da realidade”. Para ele é preciso que se faça “algo que efetivamente tenha resultado e que mexa com a formação do aluno e com o trabalho do professor e do técnico” e que a criação de disciplinas específicas de extensão é a melhor forma de o curso repensar-se e adequar-se ao PNE, desde que sejam escutadas as necessidades da comunidade onde a instituição está inserida e as propostas ações de extensão estejam direcionadas à estas demandas.

De acordo com o *não extensionista 1*, para se realizar uma ação de extensão não basta apenas o docente “colocar a turma no trabalho”, é preciso planejar com o aluno, explicar como seria a ação, e 10% da carga horária da disciplina não seria o suficiente para planejar e realizar a atividade. Entende que disciplinas específicas de extensão, em que ocorra o planejamento, o desenvolvimento e um posterior relatório seriam o ideal.

Na percepção do *não extensionista 2*, a inserção da extensão nos currículos não pode ser “uma camisa de forças” para os cursos, mas acredita que o grande benefício da criação de disciplinas específicas é o impacto no encargo docente, que possibilitaria uma melhor distribuição das atividades entre os professores. No entanto, entende que as disciplinas devem adotar outros nomes, pois acredita que o nome “Extensão” pode afastar docentes e alunos. Outra alternativa proposta pelo entrevistado é a oferta constante de projetos e programas de extensão e que alunos cumpram os 10% do currículo nessas atividades. Assim, seria necessária apenas a certificação da participação nas ações e um posterior registro como Atividade Complementar de Graduação, sem a criação de disciplinas específicas ou reserva de carga horária em disciplinas.

O *extensionista 7* acredita que o Núcleo Docente Estruturante de cada curso deveria definir como essa exigência seria cumprida no currículo, no entanto sugere uma disciplina inicial de orientação para a conscientização dos alunos sobre a extensão universitária e como realizá-la e outras específicas de extensão durante o curso. Essa também é a percepção do *extensionista 6*, que afirma que através de uma disciplina inicial, em histórico e conceitos de extensão fossem abordados, o interesse dos alunos para a extensão seria despertado.

Para os *extensionistas 4 e 9*, há cursos que já possuem uma significativa carga horária dos currículos em atividades de extensão, e que em um primeiro momento seria necessária uma conscientização sobre a importância do registro dessas atividades como extensão – e não

como ensino - e de um levantamento do que está sendo feito em cada curso para que depois pudesse ser feita a adequação dos currículos. De acordo com o *extensionista 9*, há cursos que já estão bem próximo desses 10% do currículo em ações extensionistas, apenas não as registram como tal.

De acordo com o *gestor 1*, o essencial para se implementar a creditação da extensão nos cursos da UNIPAMPA é a discussão com toda a comunidade acadêmica, principalmente com Comissões e Núcleos Docentes Estruturantes dos Cursos, tendo a Pró-reitoria de Graduação como mediadora, demonstrando as leis, regulamentos, importância da extensão, sistema de avaliação, entre outros. Para ele, não pode ocorrer uma imposição. É preciso escutar as especificidades de todos os envolvidos e trabalhar com o diálogo para que de fato se tenha receptividade e aconteça extensão na formação do aluno, com a colaboração de todos.

O *gestor 2* explica que quando assumiu seu cargo não tinha ideia de como estava a curricularização na UNIPAMPA e ficou surpreso da instituição não ter planejamento sobre isso – não sendo um caso isolado – enquanto há Universidades em estágio intermediário e outras que estão bastante avançadas, como a UFRJ que formará em 2018 as primeiras turmas com os 10% no currículo. Para ele, algumas IES iniciaram a discussão da creditação em 2011 e em 2014, quando o PNE foi aprovado, já estavam se organizando e puderam implementá-lo enquanto na UNIPAMPA não há, até hoje, o devido entendimento sobre a curricularização. Para que essa realidade mude, o *gestor 2* acredita que é preciso que ocorra um estudo detalhado sobre documentos, normas e que sejam observadas as caminhadas realizadas por instituições em que a curricularização já esteja ocorrendo – como a UFRJ que, ao seu ver, é a grande referência no assunto – para após realizar a revisão dos PPCs, ouvir as especificidades dos cursos e finalmente implementá-la. Assim, entende que não há uma forma única de se inserir a extensão no currículo de todos os cursos – como componente curricular ou como parte de um componente – mas sim, a necessidade de uma “extensão com liberdade” nos cursos, sem imposições, para que de fato ela aconteça e “não esteja apenas no papel para cumprir a lei”.

O *extensionista 7* acredita que “a PROEXT deve cumprir o papel de fomentar, de orientar, de articular a inserção da extensão nos cursos. Não de forma de cima para baixo, mas no sentido de promover a extensão e a discussão sobre isso”. Para o *gestor 4*, tanto PROGRAD quanto PROEXT devem ser agentes fomentadores da discussão sobre a curricularização da extensão, no entanto, somente nos cursos é que isso tomará forma.

Na percepção do *gestor 3*, a discussão e formação sobre a curricularização da extensão é fundamental e urgente. Para ele, seria necessária a realização de um seminário com todos os coordenadores de curso e acadêmicos sobre isso, para que esses pudessem retornar aos Campi com alternativas de como executar a creditação e realizar debates para os demais docentes, e a partir daí cada curso se adaptar da forma que achar mais pertinente às suas características.

Para os *extensionistas 3, 10 e 11*, é preciso que se tenha uma normatização institucional sobre a extensão, no entanto, cada curso deverá realizar a curricularização da maneira que entender mais adequada. Para o *não extensionista 1*, a instituição deve promover um maior incentivo à Extensão mas respeitar a autonomia dos cursos na adequação ao PNE, pois não se pode exigir modelo iguais de creditação da extensão e de inserção dos cursos na comunidade quando estes possuem características muito diferentes. O *não extensionista 2* concorda com a autonomia dos cursos e acredita que não há como “uniformizar a curricularização da extensão”.

Alguns entrevistados afirmaram que seria complicado alunos noturnos, que trabalham durante o dia, realizarem os 10% do currículo em ações extensionistas em função do tempo e que isso dificultaria a conclusão dos cursos. De acordo com o *extensionista 6*, esse é o principal dificultador da curricularização da extensão.

Como alternativa a isso, o *extensionista 10* entende que é preciso ofertar ações aos sábados para estes alunos. O *gestor 1* conta que isso aconteceu há pouco nas licenciaturas, com a obrigatoriedade do cumprimento de 400 horas em práticas pedagógicas e que os alunos, entendendo a importância dessas práticas, as realizam nos sábados e domingos. Para o *gestor 3*, é interessante que os currículos dos cursos noturnos sejam estendidos, passando de oito para nove semestres por exemplo, possibilitando que os alunos do noturno tenham as mesmas condições do diurno, que possuem mais tempo para realização das disciplinas e as atividades complementares. Na percepção do *gestor 4*, é preciso que a instituição veja com olhos diferenciados os alunos do noturno do que os do diurno, o que hoje não é feito, sendo tratados todos da mesma forma.

No entendimento do *extensionista 3*, a principal dificuldade será a aderência das pessoas à extensão, mas passando esse desafio inicial e com mais pessoas propondo ações extensionistas, não haverá dificuldades para os alunos diurnos ou noturnos. Para o *não extensionista 1*, o principal a ser feito é mudar a cultura do aluno noturno que entende que o momento da sala de aula é o único tempo que precisa se dedicar a graduação, sendo necessária uma conscientização para um maior envolvimento nas atividades complementares.

Gonçalves (2015) acredita que um dos principais motivos para o não cumprimento da meta da curricularização do PNE 2001-2011 foram as dificuldades enfrentadas pelas instituições para a criação de ações que atendessem ao maior número de alunos – inclusive noturnos – necessitando fazer extensão. Esse desafio segue atual para o PNE 2014-2024.

6.3.2 A curricularização da extensão na visão da PROGRAD e PROEXT

Os gestores da PROGRAD e PROEXT foram questionados sobre a implementação da creditação da extensão nos cursos da UNIPAMPA. Ambos afirmaram ter começado as tratativas em fevereiro de 2016, com um acordo entre as pró-reitorias para um trabalho conjunto no sentido de criar uma Resolução específica para isso, propostas e curricularização e, também, na revisão dos 64 PPCs. Conforme o *gestor 2*, a revisão dos PPCs vai além da curricularização, “incluindo temas que são parte das diretrizes que até hoje não foram contemplados, como é o caso dos direitos humanos, meio ambiente, diversidade...”

Os entrevistados afirmam que o cronograma foi uma das primeiras coisas a ser realizada na gestão das pró-reitorias. O *gestor 1* explica que a previsão é que até meados de 2017 os cursos sejam interpelados sobre a extensão nos currículos e que, a partir disso, seja comunicado à todos sobre as necessidades de modificações nos currículos.

Para o *gestor 1*, a curricularização é um longo processo que precisa ser dialogado com todos os envolvidos, principalmente dos docentes por serem “resultados de uma formação acadêmica muito diferente da proposta atualmente”. Acredita, também, que a adequação precisa ser um processo consultivo e construtivo que não pode ser realizada “do dia para a noite”, sendo de feita de forma sólida, com todos, principalmente para se entenda a importância da extensão na formação do aluno. Esta também é a posição do *gestor 2*, afirmando que é uma longa caminhada e que assim como outras instituições fizeram, também deve ser executada pela UNIPAMPA e que almeja que os primeiros PPCs estejam adequados à curricularização em 2018 ou 2019.

Sobre os PPCs que chegam para a revisão, o *gestor 1* afirma que os coordenadores desses cursos são orientados a discutir sobre a creditação da extensão para que não ocorram trabalhos redobrados. Explica, no entanto, que alguns coordenadores não entendem e optam por não adequar o currículo neste momento, mesmo estando cientes de que terão de fazê-lo em breve.

O *gestor 1* acredita que é necessário fazer esclarecimentos e discussões sobre a curricularização para toda a comunidade acadêmica. Para ele, é possível que muitos já tenham

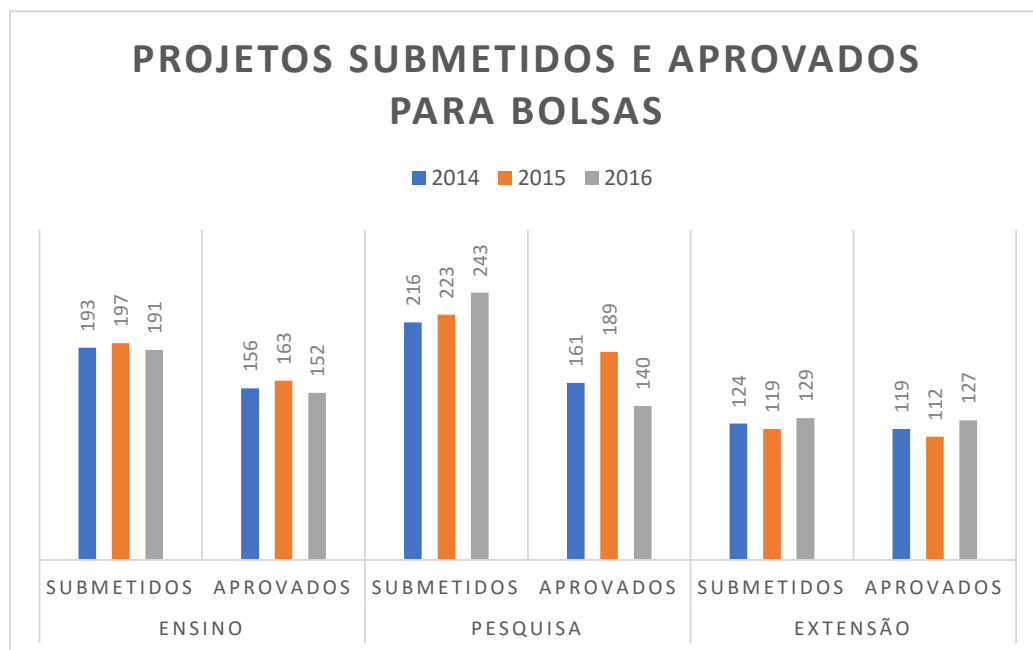
escutado sobre a curricularização, mas não sabem como fazê-la, cabendo a PROGRAD e PROEXT promovê-las.

Vamos trabalhar enquanto uma política institucional, então, a ideia é a criação de um manual de curricularização da extensão como foi feito em outras instituições, sendo concebido como uma política institucional, trabalhado com os coordenadores de curso, com as comissões de curso, com os NDEs dos curso, para um trabalho em conjunto, tendo eles como apoiadores. Então é uma caminhada, e estamos iniciando essa caminhada (*GESTOR 2*).

De acordo com o *gestor 2*, as primeiras ações para que ocorra a curricularização da extensão já estão sendo executadas. Em setembro e outubro de 2016 foram realizadas visitas da PROEXT nos Campi debatendo, entre outros, a necessidade de inserção da extensão nos currículos. Em novembro de 2016 ocorreu um seminário com os coordenadores de curso em que também foi debatido o tema. Foi criado um Grupo de Trabalho para a Creditação da Extensão, com representantes da PROGRAD e PROEXT, com o objetivo de elaborar uma minuta de Resolução da curricularização, a ser discutida com os Campi.

O *gestor 2* entende que para que a curricularização aconteça, é necessário um aumento de extensionistas. Ele explica que, por exemplo, na submissão de projetos para bolsas, há uma disparidade entre ensino, pesquisa e extensão. Na extensão é quase “um por um”, enquanto nos demais há uma “competição maior” e que esse cenário seja mudado, que ocorra uma maior busca por recursos e que aqueles que não consigam, possam executar o projeto da mesma forma. A figura 08 demonstra que a relação entre projetos de ensino, pesquisa e extensão submetidos e aprovados.

Figura 8 – Projetos submetidos e aprovados para bolsas por ano



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do SIPPEE (2017).

A figura 08 demonstra que a percepção do *gestor 2* é verídica. Diferentemente do ensino e, principalmente da pesquisa, que a demanda é bem superior ao número de aprovações, na extensão quase todos os projetos submetidos foram contemplados com bolsas nos últimos três anos.

6.4 O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Os docentes que atuam no curso de Administração e os gestores do Campus foram questionados sobre a flexibilização curricular, a importância da extensão na formação do administrador e a creditação da extensão no curso.

Segundo o *gestor 4*, o PPC atual preconiza a flexibilização curricular, sendo organizado de forma a ter duas disciplinas obrigatórias de cada área da administração e as demais, assim como as atividades complementares, podem ser escolhidas pelos alunos. Especificamente em relação às ACGS, o *gestor 4* explica que hoje os alunos apresentam mais certificados de extensão do que de pesquisa, pois no PPC, especificamente a questão do registro de ACGs, a extensão é muito mais ampla que a pesquisa. Muitas vezes atividades que não são propriamente de extensão podem ser classificadas como tal em função do PPC, mesmo a Resolução 104/2015 (UNIPAMPA, 2015) estabelecendo que somente atividades registradas como extensão podem ser creditadas no currículo do aluno.

O *não extensionista 2* conta que ao ser pensado, o PPC tinha uma proposta de atividade multidisciplinar de extensão:

Na última revisão do PPC nós prestamos muita atenção na flexibilização e inclusive, inicialmente, tinha uma proposta de desenvolvermos trabalho integrado, onde o aluno iria fazer uma pesquisa integrada com as disciplinas de um determinado semestre e sempre em consonância com alguma coisa que precisasse ser resolvida lá no espaço externo, ou seja, uma pesquisa focada na extensão, que acabou não vingando (*NÃO EXTENSIONISTA 2*).

Para o *gestor 3*, a extensão é apresentada no currículo de administração como nos demais, sem um foco especial para ela, havendo apenas uma previsão de incentivo à extensão. O *gestor 4* tem também essa percepção e que no PPC é estabelecido que o aluno precisa fazer extensão, algumas horas em “atividades que possam ser chamadas de extensão”, ocorrendo uma busca por carga horária, mas que ações ou práticas extensionistas não são vistas de fato.

Para o *não extensionista 2*, o que de fato acontece de extensão no curso de Administração são ações individuais dos docentes, não uma política do curso. O *extensionista 11* destaca a importância da empresa junior existente no Campus para que seja feita a extensão: “A empresa júnior é um braço do curso, não só do curso de Administração, mas de todos do Campus, mas é um meio que eles tem de se relacionarem com a comunidade externa, além das atividades complementares também”.

O *não extensionista 1* relatou ter ficado envergonhado com os questionamentos realizados sobre sua atuação na extensão, mas que foi bom para que repensasse o que está fazendo enquanto docente, que é preciso melhorar na questão de extensão.

No entendimento do *extensionista 10*, a maioria dos projetos de extensão do Campus são distanciados da grade do curso e que é preciso alinhar os conteúdos do curso e a extensão, fazendo com que o aluno possa utilizar o que aprendido em sala de aula para auxiliar a comunidade. Para ele, “a extensão vai acontecer quando eu tenho uma teoria interna e saio para as minhas práticas de forma que o conhecimento que foi passado em sala de aula eu possa, junto as pessoas que eu estou atendendo, usar esse conhecimento”.

O *gestor 4* expõe sua preocupação em formar administradores que nunca tenham entrado em uma empresa e que ao se realizar extensão, os alunos tem esse contato e tornam-se agentes de mudança nas organizações. Além disso, possibilita mais questionamentos e um grau maior de dificuldade no que está se debatendo em aula.

É legal fazer planejamento, mas será que serve para as empresas que a gente tem? Serve para o que é vivido aqui? Porque não tem adaptação, o livro é escrito para as

grandes empresas, indústrias, que a gente não tem. (...) Então eu acho importante trazer a realidade, mais exemplos, problematização propriamente dita para a teoria, para daí conseguir aplicar. Eu acho muito importante. É muito mais válido o aluno resolver problemas reais do que aqueles inventados pelo professor, ter contato com balanços patrimoniais de empresas locais e não aqueles recortados em jornais, fazer a administração financeira a partir desse balanço, propondo soluções para a empresa e impactando o desenvolvimento dela e da região (*GESTOR 4*).

Conforme o *não extensionista 1*, o principal papel da extensão na formação do administrador é a possibilidade do aluno experienciar dificuldades que farão parte da sua prática profissional. O *não extensionista 2* entende como fundamental a extensão no currículo:

you já imaginou um médico sendo formado sem pisar no hospital? Você deixaria um parente seu, fazer uma cirurgia cardíaca, por um médico que acabou de fazer uma graduação mas nunca atuou em um hospital? Então, o que acontece com o curso de administração. A tendência é ser mais teórico. o curso mais de sala de aula, onde o aluno saia no final para fazer o estágio. O estágio, que era a parte prática, foi retirado do currículo nesse novo PPC. (...) é fundamental que um aluno do curso de administração consiga tratar da saúde da empresa, visitando a empresa com seu professor e identificando determinados tipos de dificuldades, que com baixo, médio ou alto grau de complexidade, possam ser resolvidos, mas que se esse aluno errar, ele tenha um professor ali do lado. É o momento dele errar enquanto aluno. (*NÃO EXTENSIONISTA 2*).

O grande ganho da inserção da extensão no currículo é a formação do cidadão, desenvolvendo habilidades e competências ao se relacionar com a comunidade (*EXTENSIONISTA 11*). A extensão possibilita que o aluno tenha uma maior responsabilidade social (*EXTENSIONISTA 10*).

Questionados em como inserir a extensão no curso e na formação do aluno, o *não extensionista 1* afirmou que seria através da oferta periódica de disciplinas optativas de extensão ao longo do curso. O *não extensionista 2* acredita que uma excelente forma de se fazer extensão é através da empresa júnior, desenvolvendo uma série de projetos para instituições públicas e privadas da região e as registrando no currículo.

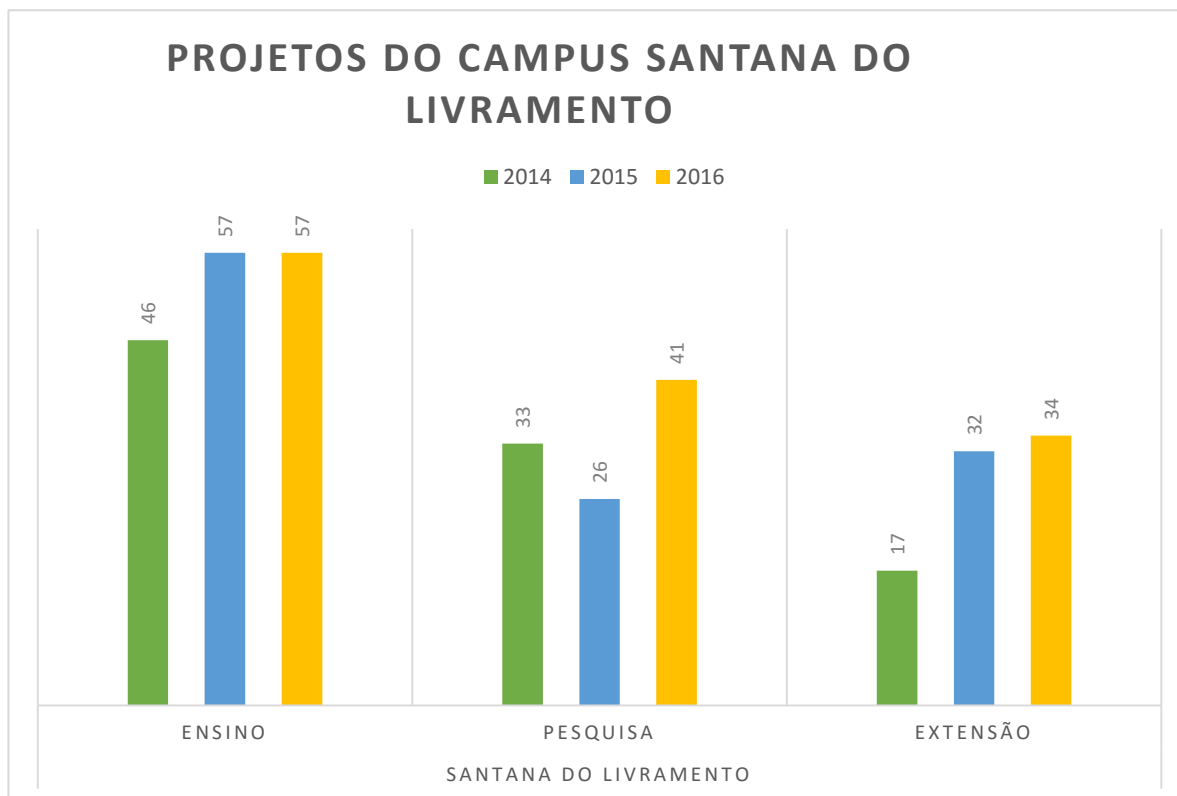
O *extensionista 10* considera ideal que os 10% dos créditos em extensão nos currículos dos cursos sejam realizados de forma articulada, identificando projetos que os conhecimentos do curso possam ser aplicados para auxiliar a comunidade. O *extensionista 11* propõe a inclusão de projetos dentro da grade curricular do curso.

Na percepção do *gestor 3*, a maioria das empresas de Santana do Livramento são familiares e, em sua maioria irregulares. Para ele, a criação de um grande projeto interdisciplinar, como uma assistência administrativa para micro e pequenas empresas familiares seria muito interessante para os alunos e para a comunidade local.

Para o *gestor 4*, a maioria dos professores do curso já fazem ações de extensão dentro das disciplinas, o que, na sua visão, é a melhor forma de inserir a extensão no currículo. Afirma que há projetos interdisciplinares, como montagens de empresas e que esses poderiam ser direcionados para organizações já existentes, oportunizando o auxílio a comunidade e realizando a extensão. No entanto, acredita que a maioria das ações realizadas são registradas como aula e não como extensão.

A figura 9 apresenta a evolução dos projetos no Campus Santana do Livramento.

Figura 9 – Evolução dos projetos no Campus Santana do Livramento

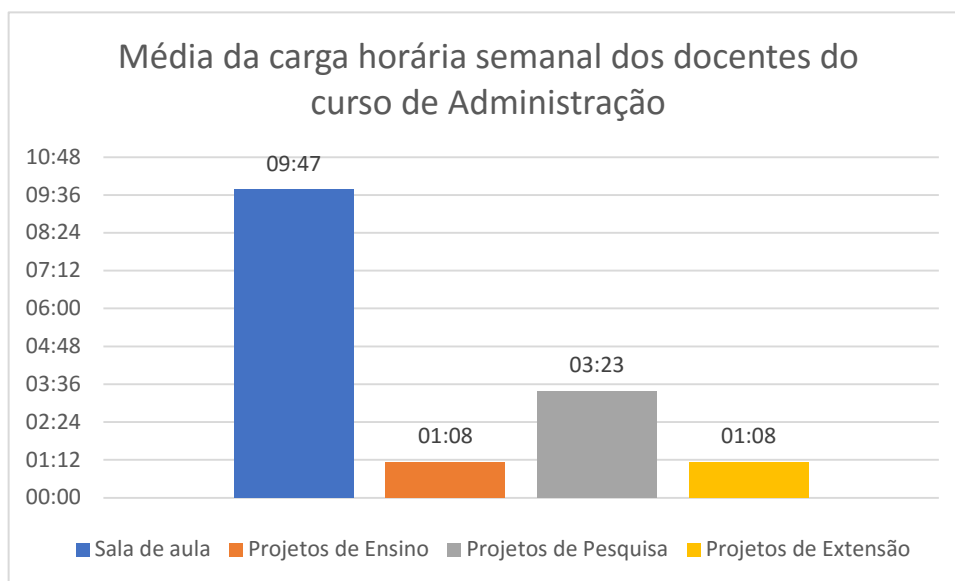


Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do SIPPEE (2017).

Nota-se que a extensão registrada é bastante tímida em relação ao ensino. Conforme dados do SIPPEE (2017), dos 47 docentes efetivos do Campus apenas 19 estão com ações de extensão registradas para 2017. A carga horária média prevista pelos docentes do Campus em ações de extensão em 2017 é de apenas 1 hora e meia das 40 horas semanais. Especificamente do curso de administração, 20 docentes efetivos ministram aulas e apenas 12 registraram ações de extensão para 2017. A carga horária média semanal dos professores de

administração para ações de extensão é de 1 hora e 08 minutos. A figura 10 demonstra a média da distribuição da carga horária semanal dos professores efetivos do curso de administração por atividade.

Figura 10 – Média da carga horária semanal dos docentes do curso de Administração.



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do SIPPEE (2017).

A partir das informações do gráfico, pode-se constatar que os docentes do curso priorizam o ensino em sala de aula e, em segundo plano, os projetos de pesquisa ao distribuírem suas cargas horárias semanais. Os projetos de ensino e extensão são os que possuem menos horas registradas. As vinte e quatro horas e trinta e quatro minutos restantes da carga horária semanal são cumpridas em outras atividades que não são registradas em sistemas institucionais, como orientações de alunos, participação em comissões, gestão, etc.

Através da análise dos dados coletados, observou-se que há diversas dificuldades a serem superadas para que a curricularização da extensão possa ser implementada no curso de Administração e na UNIPAMPA. Para isso, na sequência são listadas sugestões de adequações e intervenções necessárias para que a estratégia 12.7 do PNE seja efetivamente executada na instituição e, em especial, no curso em estudo.

6.5 PROPOSTAS DE CURRICULARIZAÇÃO NO CURSO

Este trabalho tem por objetivo a apresentação de propostas para a curricularização da extensão no curso de Administração da Universidade Federal do Pampa. No entanto, em função das respostas obtidas na pesquisa, percebeu-se que são necessárias ações de conscientização e adequações em toda a instituição. A maioria dos respondentes, mesmo sendo extensionista há vários anos, desconhecia a estratégia 12.7 do Plano Nacional de Educação.

Portanto, com base nos resultados, buscou-se apresentar uma série de ações a serem adotadas pela Instituição no sentido de orientar os cursos para que a curricularização possa de fato acontecer na UNIPAMPA:

1 – Apresentação do Plano Nacional de Educação e da importância da estratégia de curricularização para todos os membros da comunidade acadêmica: docentes, discentes e técnicos.

2 – A flexibilização curricular é essencial para que possa ocorrer a curricularização da extensão (CARNEIRO; COLLADO; OLIVEIRA, 2014). Assim, precisará haver uma maior conscientização sobre a importância da flexibilização curricular já que muitos cursos não possuem esse entendimento. Esse seria um passo inicial, para posterior efetivação da curricularização da extensão.

3 – Realização de reuniões com coordenadores de cursos e coordenadores acadêmicos dos Campi para conscientização da necessidade da flexibilização e da curricularização e torná-los multiplicadores e incentivadores da extensão nas suas unidades. A extensão somente garantirá seu espaço através de uma mudança cultural, sendo necessária a ampliação do número de extensionistas e de ações ofertadas.

4 – Capacitação de discentes, técnicos e docentes sobre a extensão universitária. Há dificuldades em conceitos, bem como seus processos, resoluções, documentos, prazos, entre outros. Ainda existe a visão assistencialista da extensão, sem a retroalimentação, portanto é importante destacar a extensão como parte do processo formativo do acadêmico, e valorizá-la por esse papel no processo educacional. Se faz necessária a realização de discussões nos Campi, com o auxílio das coordenações de curso, acadêmicas e Comissões Locais de Extensão. A formação dos servidores sobre a extensão universitária deve ser contínua.

5 – Ampliação da oferta do curso Reflexões e Práticas Extensionistas na UNIPAMPA. Endende-se que após todos saberem do PNE, haverá uma maior demanda do curso.

6 – Promoção de interações entre extensionistas e não extensionistas e fomentar discussões, para que os primeiros possam apresentar ideias positivas e conhecimentos adquiridos.

7 – Fortalecimento da identidade da Unipampa como agente de desenvolvimento local, e a extensão como um importante instrumento para mudar a realidade. Como pôde ser observado nas entrevistas, alguns têm a percepção de que a extensão é apenas uma forma obrigatória de retribuição do investimento que a sociedade faz na universidade pública, através do pagamento de impostos e não como uma ferramenta de desenvolvimento regional.

8 – Muitos dos entrevistados afirmaram ter iniciado na extensão ao ingressarem na Unipampa, mesmo sem nunca terem tido contato antes. A realização de seminários com servidores – docentes e técnicos – ingressantes, conscientizando-os sobre o PDI, os objetivos institucionais, a importância da extensão e da necessidade de desenvolvimento regional poderia ampliar o número de ações de extensão na instituição.

9 – Busca de soluções e alternativas para o contingenciamento de recursos financeiros e dificuldades com a infraestrutura dos Campi para a realização da extensão.

10 – Simplificação e facilitação das questões burocráticas dos registros de ações de extensão, pois os entrevistados apresentaram muitas reclamações nesse sentido.

11 – Alguns entrevistados relataram realizar atividades de extensão sem, no entanto, registrá-las. É interessante a realização de uma pesquisa para retratar quais ações de extensão já ocorrem em cada curso e conscientizar os realizadores sobre a necessidade de registro no SIPPEE.

12 – É essencial a valorização da extensão universitária em concursos, progressões e distribuição de encargo docente, portanto é preciso criar mecanismos que estimulem os servidores a realizar ações extensionistas. Segundo alguns entrevistados, hoje o docente consegue progredir fazendo apenas o ensino. A exigência de se fazer extensão, como acontece na UFRJ, não é bem vista pela maioria dos respondentes, no entanto, citaram a necessidade de uma maior rigidez na progressão e que, preferencialmente, sejam feitas ações em outras áreas além do ensino para que o docente progrida.

13 – Quanto a quantificação dos encargos docentes, atualmente, a Resolução 79 (UNIPAMPA, 2014e) que trata sobre isso apenas qualifica e apresenta diretrizes sobre as atribuições do professor. No entanto, estas não são quantificadas, dificultando que se tenha de forma extratificada quantas horas cada docente dedica para a extensão e como ele cumpre as suas 40 horas semanais de trabalho. Portanto, a resolução necessita de adequação nesse sentido. A situação dos técnicos é diferente da dos docentes, já que estes definem em um plano de trabalho como será distribuída a sua carga horária semanal, necessitando incluir no sistema essa quantificação.

14 – Conscientização de gestores de que a extensão é inerte ao trabalho docente e técnico, e que os participantes dessas ações não necessitam compensar a carga horária dedicada a estas atividades, já que são de interesse da instituição.

15 – Estímulo para que as pesquisas realizadas na instituição – inclusive nos trabalhos de conclusões de curso – tenham compromisso social e, preferencialmente, demandem das necessidades locais.

16 – Se faz necessária a adaptação das normas de atividades de extensão e cultura (UNIPAMPA, 2015) e Normas acadêmicas (2011), para estarem em conformidade com o PNE. É indispensável, também, que a prestação de serviços, desde que tenha relação com a formação do acadêmico, seja regulamentada como ação extensionista. Hoje, apenas projetos, programas, cursos e eventos são classificados como atividades de extensão.

17 – Adequação o Sistema de Informações de Ensino (SIE) para que possa ser feito pelo docente o registro correto das ações de extensão. Atualmente, apenas o ensino pode ser registrado pelo docente, ensino e extensão são cadastrados pelas secretarias acadêmicas. Mesmo com a opção de registro no plano de ensino de uma disciplina as ações de extensão, as carga horária é registrada como ensino. Orientações nesse sentido também são importantes, já que se percebeu que muitos docentes, mesmo sem cadastrar projetos de extensão, realizam ações extensionistas em suas disciplinas.

18 – Criação de um Guia para a Curricularização da Extensão, com a apresentação de informações relevantes sobre o tema e as diversas formas de adequação do currículo.

19 – Estudar as metodologias de execução do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e do Programa de Educação Tutorial (PET) desenvolvidos na instituição e que realizam ações interligadas de ensino, pesquisa e extensão e apresentar aos cursos como alternativas para a curricularização da extensão.

20 – Apresentação pela PROGRAD e PROEXT das diversas formas de inclusão da extensão nos currículos e a promoção de discussões com toda a comunidade acadêmica - docentes, técnicos e discentes. É preciso, também, que seja dada autonomia para que cada curso se organize da forma mais adequada à sua realidade. Por exemplo, um curso de licenciatura em Letras poderá optar por uma forma de curricularização e o de administração de uma forma totalmente diferente. O engessamento, provavelmente, dificultará a curricularização.

21 – Após a discussão nos Cursos, deverá ocorrer pela PROGRAD a revisão de todos os 64 PPCs da instituição para que estes prevejam os 10% de créditos em ações extensionistas, conforme estabelecido no PNE.

22 – Criação de mecanismos para que a extensão de fato aconteça e as ações possam ser avaliadas. Hoje, as ações de extensão não possuem notas ou aprovações e, conforme alguns entrevistados, os alunos realizam as ACGs (entre elas ações de extensão) apenas para cumprir a carga horária no final do curso e não como parte do processo formativo.

23 – Um novo Plano de Desenvolvimento Institucional deverá ser discutido em 2018, último ano do PDI vigente (UNIPAMPA, 2014a) e é essencial que a curricularização da extensão esteja presente.

Especificamente para o curso de Administração, propõe-se algumas ações. Para que a extensão ocorra de fato e que tenha impactos na formação dos alunos e, também, na comunidade, é imprescindível que toda a comunidade acadêmica se engaje nesse propósito. Para isso, sugere-se que, no primeiro momento, ocorra a apresentação da estratégia 12.7 do Plano Nacional de Educação para a Comissão Local de Ensino, onde estão os coordenadores de todos os cursos do Campus – iniciando-se as discussões – e, posteriormente, para a Comissão e Núcleo Docente Estruturante do curso, conscientizando à todos para que se repense o Projeto Pedagógico do curso e, também, que ocorra a sensibilização de alunos, técnicos e docentes sobre a curricularização, visto que a maioria dos entrevistados demonstrou desconhecer essa orientação do Plano Nacional de Educação 2014-2024.

Outra informação obtida através da coleta de dados foi que ocorrem, em alguns casos, ações de extensão inseridas em disciplinas e sem o devido registro no SIPPEE. Recomenda-se que seja feito um mapeamento de todas as ações do Campus e, caso não tenha sido registrado anteriormente, orientar os membros executores a realizarem a inclusão da atividade no sistema.

O Campus Santana do Livramento possui poucos projetos de extensão registrados se comparado ao número de servidores e, principalmente, ao total de alunos que necessitarão cumprir horas em atividades de extensão. Ao serem realizadas oficinas sobre a extensão, objetiva-se esclarecer conceitos, normas e procedimentos, além de instigar que novos programas e projetos sejam elaborados pelos participantes. Considerando os números atuais, pode-se inferir que os projetos atuais não seriam suficientes para que todos os alunos que necessitarão realizar atividades de extensão tenham condições de participar. Propõe-se que continuamente ocorram seminários sobre a extensão – e sobre a curricularização – para servidores ingressantes.

Alguns entrevistados expõem que apenas os discentes que se envolvem com ações de extensão conhecem a realidade desse importante pilar da Universidade. Sugere-se que ocorram ações de capacitações de acadêmicos sobre a extensão universitária, suas

peculiaridades e formas de execução, despertando o interesse dos alunos para que participem de atividades extensionistas, percebendo-as como parte da sua formação e incentivando para que se comprometam com o desenvolvimento local.

Recomenda-se, também, que sejam realizadas mostras das ações de extensão desenvolvidas no Campus, demonstrando os objetivos já atingidos e o quanto a instituição está inserida na cidade, motivando e despertando o interesse da comunidade acadêmica para as ações extensionistas.

Após a conscientização de todos sobre a necessidade da curricularização da extensão, indica-se que ocorram discussões com a comunidade acadêmica de quais seriam a(s) melhor(es) formas de implementá-la. A creditação da extensão no currículo do curso de Administração, pode ser feita das seguintes maneiras:

- ✓ a oferta regular de projetos e programas de extensão, para que o aluno se inscreva a qualquer tempo;
- ✓ a oferta de disciplinas específicas (obrigatórias ou não) de extensão, iniciando por uma teórica no início do curso e outras práticas durante o curso;
- ✓ reserva de porcentagem de carga horárias em disciplinas específicas e; promoção de projetos interdisciplinares a cada semestre e/ ou ano para que o aluno possa aplicar, através da extensão, o aprendizado dos componentes curriculares.

Os entrevistados que tem relação com o curso divergiram em qual/ quais seria(m) a(s) melhor(es) alternativa(s) para efetivar a curricularização, não havendo consenso sobre como implementar a curricularização. Após essa definição, passa-se para a efetiva revisão e adaptação do Projeto Pedagógico do Curso.

Quadro 3 – Plano de ações para a curricularização no Curso de Administração

Atividade	Responsáveis	Prazos (após início trabalho)
Apresentação da Curricularização na Comissão Local de Ensino	Comissão Local de Extensão	1º mês
Apresentação da Curricularização da Extensão à Comissão e NDE do Curso	Coordenação do Curso e Comissão Local de Extensão	1º mês
Sensibilização de alunos, técnicos e professores sobre a curricularização da extensão	Coordenação do Curso e Comissão Local de Extensão	2º mês

Mapeamento das ações já realizadas no Curso – registradas ou não	Coordenação do Curso	2º mês
Conscientização para registro de atividades realizadas e que não constam no SIPPEE	Coordenação do Curso	3º mês
Realização de oficinas com docentes do curso e técnicos do Campus sobre a extensão	Comissão Local de Extensão	4º mês
Realização de seminários de formação em extensão para servidores ingressantes	Comissão Local de Extensão	Contínuo
Capacitação de discentes sobre a extensão universitária	Coordenação do Curso e Comissão Local de Extensão	4º mês
Realização de mostras dos trabalhos de extensão do Campus	Comissão Local de Extensão	4º mês
Discussões sobre formas de curricularização com a comunidade acadêmica	Coordenação do Curso e Comissão Local de Extensão	4º mês
Definição de qual será a forma de curricularização adotada no curso	Comissão e NDE do Curso	4º mês
Reuniões para revisão e adaptação do PPC do Curso	NDE do Curso	6º mês
Apresentação do PPC revisado à comunidade acadêmica	NDE do Curso	8º mês

Fonte: elaborado pela autora (2017).

O quadro acima apresenta um plano para a curricularização no curso, com as atividades, os responsáveis e o prazo sugerido para a realização de cada ação. Espera-se, com isso, que o curso de Administração consiga sucesso na adaptação de seu currículo à exigência do Plano Nacional de Educação e no compromisso da instituição com a comunidade em que está inserida.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS E ESTUDOS FUTUROS

O Plano Nacional de Educação 2014-2024 (BRASIL, 2014) estabelece como meta para o ensino superior a elevação das taxas de matrículas. Uma das estratégias sugeridas nessa meta é a reserva de, no mínimo, 10 % do total de créditos dos currículos de graduação em projetos e programas de extensão universitária, principalmente nas áreas relevantes para a sociedade. O PNE 2001-2010 (Brasil, 2001) já apresentava a proposta da creditação da extensão, porém não foi cumprida por nenhuma IES (GONÇALVES, 2015). O curso de Administração, assim como todos os demais cursos de graduação da UNIPAMPA, precisa adequar-se a estratégia da curricularização da extensão.

Essa pesquisa foi orientada pelo seguinte questionamento: como o curso de Administração da UNIPAMPA pode se estruturar para assegurar o mínimo de 10% do total de créditos curriculares do curso em programas e projetos de extensão? E teve, como objetivo geral, a discussão de propostas para a implementação da creditação da extensão no curso, de acordo com o PNE 2014-2024.

Para responder este questionamento, no primeiro momento foi feita uma pesquisa bibliográfica, objetivando conhecer a história do ensino superior no Brasil, a evolução da extensão universitária e como foi construída a proposta da inserção da extensão no currículo dos cursos de graduação e no processo formativo dos acadêmicos. Assim, foi possível embasar os questionamentos aos entrevistados.

O segundo objetivo específico da proposta era diagnosticar como os órgãos dirigentes da instituição estavam se organizando para a curricularização da extensão nos cursos. Para isso, foram entrevistados os Pró-reitores de Graduação e Extensão, o Coordenador Acadêmico do Campus Santana do Livramento e o Coordenador do Curso de Administração. Percebeu-se que algumas ações para a creditação já estão sendo feitas a nível institucional, como a criação de um cronograma para a curricularização, revisão de normas e resoluções, visitas nos Campi para debaterem a extensão, a oferta do curso “Reflexões e Práticas Extensionistas”, entre outros. Os pró-reitores entrevistados destacaram a necessidade de se realizar discussões sobre a curricularização com coordenadores acadêmicos e de cursos. No entanto, os gestores do Campus Santana do Livramento desconheciam a estratégia 12.7 do PNE, sobre a necessidade da adequação curricular em função da extensão e relataram que até o momento não havia discussões sobre isso.

Como terceiro objetivo específico optou-se por conhecer a percepção de servidores de outros Campi e de docentes do curso sobre a extensão universitária, a meta de

curricularização e possíveis impactos da implementação desta estratégia. Para isso, optou-se por entrevistar um extensionista de cada unidade de ensino e quatro docentes do curso de Administração lotados no Campus Santana do Livramento – dois extensionistas e dois não extensionistas. Como principais resultados, observa-se que mesmo as pessoas que participam de ações extensionistas há muitos anos apresentam visões de extensão universitária ultrapassadas e distorcidas, bem como dificuldades em relação aos seus conceitos, diretrizes, documentos e processos.

Muitos afirmaram terem iniciado na extensão em função de ingressarem na UNIPAMPA mesmo sem ter tido um contato anterior, o que corrobora com a explicação de Bordiu (2004, *apud* GONÇALVES, 2015) de que o *habitus* do fazer universitário pode ser alterado em razão dos incentivos oferecidos pela instituição. Percebeu-se, também, que muitos acreditam que os principais benefícios de se fazer extensão são os pessoais e que há influência na atuação profissional e na formação do aluno. Como dificultadores, o excesso de burocracia nos registros, a não valorização da extensão e o contingenciamento de recursos foram relatados pela maioria dos respondentes. Outra situação que merece destaque é a informação de que alguns entrevistados realizam ações de extensão nas disciplinas de graduação, no entanto as registram como atividades de ensino. Os entraves burocráticos para que se formalizem as ações de extensão, também citados pelos entrevistados, podem motivar isso.

Sobre a flexibilização curricular, os respondentes indicam como positiva e interessante para a formação do aluno. No entanto, alguns acreditam que os acadêmicos não tem maturidade para escolherem quais componentes curriculares e atividades complementares devem ser realizados, dependendo muito ainda dos coordenadores dos cursos. Alguns relataram que, atualmente, um bom número de alunos realizam as atividades complementares de graduação apenas no final do curso e com a única intenção de integralizarem as horas e não como parte do processo formativo.

Ao serem questionados sobre o Plano Nacional de Educação 2014-2024, apenas um dos respondentes relatou conhecer a estratégia 12.7. Alguns demonstraram surpresa com a informação e outros afirmaram discordar da reserva de 10% do currículo para ações de extensão, apresentando possíveis dificuldades e limitações. Todos os entrevistados negaram que estivessem acontecendo discussões nos cursos que atuam sobre a curricularização da extensão universitária.

Especificamente, os entrevistados atuantes no curso de Administração afirmaram ser importantíssima a extensão na formação do administrador e que há um campo muito vasto

para ser explorado. No entanto, acreditam que as ações ainda são incipientes no curso, baseando-se principalmente em ações individuais, sem considerar necessariamente os conteúdos aprendidos no curso.

Por fim, objetivou-se a apresentação de propostas para a implementação da curricularização da extensão na instituição e no curso de Administração. Esse objetivo foi atendido em partes, visto que através da pesquisa foi possível identificar que a maioria das pessoas entrevistadas, independente da categoria, função, curso ou Campus desconhecem a exigência do PNE 2014-2024 e apresentam dificuldades em relação à extensão.

Em função desse desconhecimento, optou-se por elencar algumas adequações necessárias para que a curricularização possa ser implementada na instituição. Algumas das ações sugeridas são: a apresentação do PNE para a comunidade acadêmica, discussão com coordenadores de curso e acadêmico, capacitações de discentes, docentes e técnicos, atualização de normas, documentos institucionais e sistema, valorização da extensão, quantificação dos encargos docentes, criação de guia de curricularização, revisão dos PPCs, entre outros.

Especificamente sobre as formas de efetivar a curricularização da extensão no curso de Administração e nos demais, foram sugeridas: oferta de projetos e programas de formação regular, disciplinas específicas de extensão, porcentagem de carga horária em algumas disciplinas e projetos multidisciplinares. No entanto, entende-se que em função do desconhecimento da maioria dos entrevistados sobre a necessidade de curricularização da extensão, não houve um consenso sobre a proposta mais adequada à realidade do curso. Sugere-se que sejam realizadas discussões envolvendo docentes, discentes e técnicos do curso para a escolha de quais propostas de curricularização seriam mais adequadas para a formação do Administrador.

Acredita-se que as principais contribuições do estudo foram suscitar a discussão da estratégia 12.7 do PNE nos Campi e apresentar alternativas para a curricularização da extensão não só no curso de Administração, mas em todos os cursos da instituição. Como limitações do estudo, observou-se que por serem poucos os entrevistados que conheciam a realidade do curso de Administração, o objetivo não pode ser totalmente atingido. Sugere-se, para pesquisas futuras, estudos sobre a percepção da extensão pelos alunos da instituição, o papel da extensão na formação dos discentes e, também, uma apuração conjunta entre professores e discentes do curso de quais a(s) melhor(es) forma(s) de implantar a creditação da extensão no currículo de Administração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANASTASIOU, L. G. C. Propostas curriculares em questão: saberes docentes e trajetórias de formação. IN: CUNHA, M. I. **Reflexões e práticas em pedagogia universitária**. – Campinas, SP: Papyrus, 2007. Coleção Magistério, Formação e Trabalho Pedagógico).

ARROYO, D. M. P.; ROCHA, M. S. P. M. L. Meta-avaliação de uma extensão universitária: estudo de caso. **Revista Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 2, p. 135-161, jul. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v15n2/a08v15n2.pdf>. Acesso em fevereiro de 2016.

ASSUMPCÃO, R. P. S.; STRACINI, M. M. **Uma reflexão crítica sobre a extensão universitária da UNIFESP**: Uma análise teórico-metodológica a partir da experiência dos programas e projetos de extensão cadastrados na Pró-reitoria de Extensão entre 2009-2013 - Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, Santos, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://extension.unicen.edu.ar/jem/completas/54.pdf>. Acesso em março de 2016.

BARDIN, L. (2000). **Análise de conteúdo**. Edições. Lisboa, 2000.

BARROSO, H. M.; FERNANDES, I. R. **Uma nota técnica sobre a criação de Universidades, por categoria administrativa e gestão política**. Documento de trabalho, nº 62. Observatório Universitário. Dezembro, 2016. Disponível em: http://www.observatoriouniversitario.org.br/documentos_de_trabalho/documentos_de_trabalho_62.pdf. Acesso em abril de 2016.

BENETTI, P. C.; SOUSA, A. I.; SOUZA, M. H. N. Creditação da extensão universitária nos cursos de graduação: relato de experiência. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**. V. 6, n. 1, p. 25-32, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/1951/pdf>. Acesso em fevereiro de 2016.

BOTOMÉ, S. P. **Pesquisa alienada e ensino alientante**: o equívoco da extensão universitária – Petrópolis, RJ: Editora Vozes; São Carlos, SP: Editora da Universidade Federal de São Carlos; Caxias do Sul, RS: Editora Universidade de Caxias do Sul, 1996. 248 p.

BRASIL. **Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931**. Estatuto das Universidades Brasileiras. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em fevereiro de 2016.

_____. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L4024.htm. Acesso em fevereiro de 2016.

_____. **Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965**. Dispõe sobre o exercício da profissão de Administrador e dá outras providências. Disponível em: http://www.cfa.org.br/institucional/legislacao/leis/1965/Lei4769.pdf/at_download/file. Acesso em maio de 2016.

_____. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola médica, e dá outras

providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em fevereiro de 2016.

_____. **Decreto nº 85.487, de 11 de dezembro de 1980.** Dispõe sobre a carreira do magistério nas instituições federais autárquicas e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1980-1984/D85487.htm. Acesso em maio de 2016.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em fevereiro de 2016.

_____. **Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em fevereiro de 2016.

_____. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em fevereiro de 2016.

_____. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm. Acesso em maio de 2016.

_____. Ministério da Educação – Câmara de Educação Superior. **Resolução n. 4, de 13 de julho de 2005.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências. Brasília, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces004_05.pdf>. Acesso em abril de 2016.

_____. Ministério da Educação. **Aumentam para 48 os projetos de expansão universitária.** Julho, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6729&catid=212:educacao-superior. Acesso em maio de 2016.

_____. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007a.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em março de 2016.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES Nº 008/2007b** - Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em: http://www.unb.br/administracao/decanatos/dex/formularios/Documentos%20normativos/DEX/pces008_07.pdf. Acesso em maio de 2016.

_____. **Lei nº 11.640, de 11 de janeiro de 2008a.** Institui a Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11640.htm. Acesso em fevereiro de 2016.

_____. **Decreto nº 6.495, de 30 de junho de 2008b**. Institui o Programa de Extensão Universitária - PROEXT. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6495.htm. Acesso em maio de 2016.

_____. **Decreto nº 7.416, de 30 de dezembro de 2010**. Regulamenta os arts. 10 e 12 da Lei nº 12.155, de 23 de dezembro de 2009, que tratam da concessão de bolsas para desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7416.htm. Acesso em maio de 2016.

_____. Ministério da Educação. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012**. Brasília, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-Universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em maio de 2016.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. – (Série Legislação ; n. 125) . Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>. Acesso em janeiro de 2016.

_____. **Portal e-MEC**. Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados: consulta avançada. 2016a. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em maio de 2016.

_____. Ministério da Educação. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância** – Sistema Nacional de Avaliação da Educação (SINAES). Brasília, abril de 2016b. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2016/instrumento_2016.pdf. Acesso em maio de 2016.

_____. Ministério da Educação. **Sistema de Informações e Gestão de Projetos – SIGProj**. 2016c. Disponível em: <http://sigproj1.mec.gov.br/index.php?goTo=what&plataforma=0>. Acesso em maio de 2016.

BUARQUE, C. A Universidade na encruzilhada. In: Appel, E. A Universidade na encruzilhada. **Seminário Universidade: por que e como reformar?** Unesco, 2003. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001339/133968POR.pdf>. Acesso em março de 2016.

CARBONARI, M. E. E.; PEREIRA, A. C. A extensão universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade. **Revista de Educação**, Itatiba, v. 10, n. 10, p. 23-28, 2007. Disponível em: <http://sare.anhanguera.com/index.php/reduc/article/view/207/205>

CARNEIRO, P. C. O.; COLLADO, D. M. S; OLIVEIRA, N. F. C. Extensão universitária e flexibilização curricular na UFMG. **Interfaces – Revista de Extensão**. Belo Horizonte. V. 2, n. 3, p. 4-26, jul./dez. 2014. Disponível em:

<https://www.ufmg.br/proex/revistainterfaces/index.php/IREXT/article/view/69/pdf>. Acesso em fevereiro de 2016.

CONSELHO Federal de Administração. **História da Profissão**. Disponível em: <http://www.cfa.org.br/administracao/historia-da-profissao>. Acesso em maio de 2016.

COSTA-RENDERS, E. C.; SILVA, L. D. A extensão e o alargamento do espaço de ensino-aprendizagem na educação superior. IN: SÍVERES, L. **A Extensão universitária como um princípio de aprendizagem** — Brasília: Liber Livro, 2013. 272 p.

DAGNINO, R. Uma estória sobre Ciência e Tecnologia, ou começando pela extensão universitária... IN: DAGNINO, R. (org). **Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia & Política de Ciência e Tecnologia**: Alternativas para uma nova América Latina - Campina Grande: EDUEPB, 2010. 315 p.

_____. Como é a Universidade de que o Brasil precisa?. **Revista Avaliação** (Campinas) [online]. 2015, vol.20, n.2, pp.293-333. ISSN 1982-5765. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v20n2/1414-4077-aval-20-02-00293.pdf>. Acesso em março de 2016.

DUCH, F. F. **Interface Extensão Universitária e Cultura Interdisciplinar**. Mogi das Cruzes: UBC, 2006. 97 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Braz Cubas. Programa de Pós-Graduação em Semiótica, Tecnologias de Informação e Educação. Mogi das Cruzes – SP. Disponível em: <www.usjt.br/biblioteca/mono_disser/mono_diss/069.pdf>

FÁVERO, M. L. A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf>. Acesso em maio de 2016.

FERREIRA, M. S.; GABRIEL, C. T. Currículos acadêmicos e extensão universitária: sentidos em disputa. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v.9, n. esp., p.185-200, out. 2008 – ISSN: 1676-2592. Disponível em: <http://ojs.fe.unicamp.br/ged/etd/article/view/1579/1429>. Acesso em março de 2016.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – FORPROEX. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Ilhéus: Editus, 2001. (Coleção Extensão Universitária; v.1). Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/documentos/Colecao-Extensao-Universitaria/01-Plano-Nacional-Extensao/Plano-nacional-de-extensao-universitaria.pdf>. Acesso em fevereiro de 2016.

_____. **Indissociabilidade ensino–pesquisa–extensão e a flexibilização curricular**: uma visão da extensão / Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Porto Alegre: UFRGS ; Brasília : MEC/SESu, 2006. Disponível em: https://www.unifal-mg.edu.br/extensao/files/file/colecao_extensao_univeristaria/colecao_extensao_universitaria_4_indissociabilidade.pdf. Acesso em fevereiro de 2016.

_____. **Extensão Universitária: organização e sistematização**. Organização: Edison José Corrêa. Coordenação Nacional do FORPROEX. – Belo Horizonte: Coopmed, 2007. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/documentos/Colecao-Extensao->

Universitaria/06-Organizacao-e-Sistematizacao/Organizacao-e-Sistematizacao.pdf. Acesso em fevereiro de 2016.

_____. **Política Nacional de Extensão Universitária.** Porto Alegre: UFRGS/Pró-Reitoria de Extensão, 2012. <https://www.ufmg.br/proex/renex/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em fevereiro de 2016.

_____. **Carta de Gramado - RS.** XXXVII Encontro Nacional do FORPROEX. 2015. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2015-XXXVII-Encontro-Nacional-do-FORPROEX_RS.pdf. Acesso em janeiro de 2017.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira ; prefácio de Jacques Chonchol 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. 93 p. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo_freire_extensao_ou_comunicacao.pdf. Acesso em fevereiro de 2016.

FUNDAÇÃO Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). **Projeto Institucional 2009-2013.** Bagé, 2009a. Disponível em: http://www.UNIPAMPA.edu.br/portal/arquivos/PROJETO_INSTITUCIONAL_16_AGO_2009.pdf. Acesso em fevereiro de 2016.

_____. **Estatuto da Fundação Universidade Federal do Pampa.** 2009b. Disponível em: <http://www.UNIPAMPA.edu.br/portal/Universidade/403>. Acesso em abril de 2016.

_____. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Administração.** Santana do Livramento, 2009c. Disponível em: http://dspace.UNIPAMPA.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/127/PPC_Administra%C3%A7%C3%A3o_Santana%20do%20Livramento.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em fevereiro de 2016.

_____. **Resolução nº 5, de 17 de junho de 2010.** Aprova o Regimento Geral da Universidade. Disponível em: http://porteiros.r.UNIPAMPA.edu.br/portais/consuni/files/2010/06/Res.-5_2010-Regimento-Geral.pdf. Acesso em abril de 2016.

_____. **Resolução nº 29, de 28 de abril de 2011.** Aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas. Disponível em: http://porteiros.r.UNIPAMPA.edu.br/portais/consuni/files/2010/06/Res.-29_2011-Normas-B%C3%A1sicas-de-Gradua%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em março de 2016.

_____. **Resolução nº 47, de 30 de agosto de 2012.** Institui as normas para as atividades de extensão. Disponível em: http://porteiros.r.UNIPAMPA.edu.br/portais/proext/files/2012/11/Res.-47_2012-Normas-de-Extens%C3%A3o.pdf. Acesso em fevereiro de 2016.

_____. **Resolução nº 71, de 27 de fevereiro de 2014a.** Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2014–2018). Disponível em: http://porteiros.r.UNIPAMPA.edu.br/portais/consuni/files/2010/06/Res.-71_2014-PDI.pdf. Acesso em fevereiro de 2016.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso de Administração.** Santana do Livramento, 2014b. Disponível em: http://cursos.UNIPAMPA.edu.br/cursos/administracao/files/2012/04/PPC-ADM-2014_24.10.142.pdf. Acesso em fevereiro de 2016.

_____. **Resolução nº 82, de 30 de outubro de 2014c.** Aprova as normas para realização de concursos públicos destinados ao provimento do cargo de professor da carreira do magistério superior e do cargo cargo isolado de professor titular-livre do magistério superior. Disponível em: http://porteiros.r.UNIPAMPA.edu.br/portais/consuni/files/2010/06/8-Res.-82_2014-Concursos-Docentes-e-Prof.-Titular-Livre-vers%C3%A3o-Alterada-pela-Res.-125_2015.pdf. Acesso em maio de 2016.

_____. **Resolução nº 80, de 28 de agosto de 2014d.** Aprova o programa de avaliação de desempenho para fins de desenvolvimento na carreira dos professores. Disponível em: http://porteiros.r.UNIPAMPA.edu.br/portais/consuni/files/2010/06/Res.-80_2014-Avalia%C3%A7%C3%A3o-Progress%C3%A3o-Docente-Alterada-pela-Res.-102.pdf. Acesso em maio de 2016.

_____. **Resolução nº 79, de 28 de agosto de 2014.** Aprovar as seguintes diretrizes para os encargos docentes relacionados às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional do quadro de docentes permanentes. Disponível em: http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/consuni/files/2010/06/Res.-79_2014-Diretrizes-de-Encargos-Docentes.pdf. Acesso em abril de 2016.

_____. **Resolução nº 104, de 27 de agosto de 2015.** Institui as normas para as atividades de extensão e cultura. Disponível em: http://porteiros.r.UNIPAMPA.edu.br/portais/proext/files/2015/05/Res.-104_2015-Normas-de-Extens%C3%A3o-e-Cultura.pdf. Acesso em fevereiro de 2016.

_____. **Portal Institucional da UNIPAMPA.** 2016a. Disponível em: <http://novoportal.UNIPAMPA.edu.br/novoportal/Universidade>. Acesso em maio de 2016.

_____. **Dados Gerais.** Março, 2016b. Disponível em: <http://porteiros.r.UNIPAMPA.edu.br/portais/acs/files/2016/03/03-Apresenta%C3%A7%C3%A3o-UNIPAMPA-Mar%C3%A7o.pdf>. Acesso em maio de 2016.

_____. **Servidores da UNIPAMPA nas Unidades e Campi.** Julho, 2016c. Disponível em: <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/proplan/files/2016/07/SERVIDORES-UNIPAMPA-UNIDADES-E-CAMPI.pdf>. Acesso em março de 2017.

_____. **Quantitativo de Trabalhadores Terceirizados.** Novembro, 2016d. Disponível em: <http://porteiros.s.unipampa.edu.br/divisaodeterceirizados/files/2015/02/Quantitativo-Trabalhadores-2016-Nov.png>. Acesso em março de 2017.

_____. **Agenda 2017.** Núcleo de Desenvolvimento de Pessoal. Março, 2017. Disponível em: <http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/nudepe/agenda-2017>. Acesso em março de 2017.

GIL, A. C. **Estudo de caso** – São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa.** – 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. vol.35. no.3. São Paulo, 1995. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>. Acesso em maio de 2016.

GONÇALVES, N. G. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. **Revista Perspectiva - UFSC**, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1229 - 1256, set./dez. 2015. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/37162/pdfa>. Acesso em setembro de 2016.

GURGEL, R. M. **Extensão Universitária: comunicação ou domesticação?** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

HAIR Jr., J. F.; BABIN, B.; MONEY, A. H.; SAMUEL, P. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Tradução Lene Belon Ribeiro – Porto Alegre: Bookman, 2005. 471p.

HOFF, D. N. SAN MARTIN, A. S., SOPEÑA, M. B. Universidades e desenvolvimento regional: impactos quantitativos da UNIPAMPA em Santana do Livramento. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 3, p. 157 – 183, set/dez 2011. Disponível em:
<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/1699/1812>. Acesso em maio de 2016.

HUNGER, D. et. al. O dilema extensão universitária. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v.30, n.03, p.335-354, Julho-Setembro 2014. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/edur/v30n3/edur640.pdf>. Acesso em março de 2016.

IMPERATORE, S. L. B. I.; PEDDE, V. “Curricularização” da Extensão Universitária no Brasil: questões estruturais e conjunturais de uma política pública. **Anais do XIII Congresso Latinoamericano de Extensão Universitária**. Disponível em
http://api.ning.com/files/aNZ9EZ3f4*zZ3tsFWJ*e4tLQCva66iS0dtqRDGhxK254RNqqoxHaYqtvdH*Np*Tk0e2yLuEZJLC2KF0msTM7yjCbRXFCIhhx/Artigo_REVISADO_CurricularizaodaExtensioUniversitrianoBrasil_2.pdf. Acesso em janeiro de 2016.

IMPERATORE, S. L. B.; PEDDE, V.; IMPERATORE, J. L. R. Curricularizar a extensão ou extensionalizar o currículo? Aportes teóricos e práticas de integração curricular da extensão ante a estratégia 12.7 do PNE. **XV Colóquio Internacional de Gestão Universitária – CIGU – Desafios da Gestão Universitária no Século XXI** – Mar del Plata – Argentina, 2015. Disponível em:
https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/136064/101_00175.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em janeiro de 2016.

INSTITUTO Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. **Resolução CONSUP nº 40**, de 29 de agosto de 2016. Aprova as diretrizes para inclusão das atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação do IFSC e dá outras providências. Disponível em:
http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/consup_resolucao40_2016_curriculariza%C3%A7ao_extens%C3%A3o.pdf. Acesso em fevereiro de 2017.

LIMA, D. C. B. P. L.; MONEGO, E. T. Entrevista: a consolidação da extensão universitária brasileira. **Revista UFG** – Ano XV nº 15 – dezembro de 2014. Disponível em: http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/dezembro2015/arquivos_pdf/01.pdf. Acesso em abril de 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. – 6 ed. – 7. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2009. 314p.

NOGUEIRA, M. D. P.. **Políticas de extensão universitária brasileira**. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. 135p

_____. O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras: um ator social em construção. **Interfaces - Revista de Extensão**, v. 1, n. 1, p. 35-47, jul./nov. 2013. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/revistainterfaces/index.php/IREXT/article/view/7>. Acesso em março de 2016.

OBSERVATÓRIO do PNE. 12 - Educação Superior. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/12-ensino-superior>. Acesso em maio de 2016.

PORTAL Terra. **UNIPAMPA começa a funcionar amanhã no RS**. 17 de setembro de 2006. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OII143241-EI994,00-UNIPAMPA+comeca+a+funcionar+amanha+no+RS.html>. Acesso em março de 2016.

NUNES, A. L. P. F. A extensão universitária no ensino superior e a sociedade. **Mal-Estar e Sociedade** - Ano IV - n. 7 - Barbacena - julho/dezembro 2011 - p. 119-133. Disponível em: <http://www.uemg.br/openjournal/index.php/malestar/article/viewFile/60/89>. Acesso em maio de 2016.

PAULA, M. F. A formação universitária no Brasil: concepções e influências. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 1, p. 71-84, mar. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v14n1/a05v14n1.pdf>. Acesso em março de 2016.

SANTIAGO, A. R. F. Na esteira dos Movimentos Sociais: o Projeto Político-Pedagógico. IN: VEIGA, I. P. A (Org.). **Quem sabe faz a hora de construir o projeto político-pedagógico** – Campinas, SP: Papyrus, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA, J. A. M; AMORIM, W. L. A reforma do ensino superior e as políticas de extensão universitária. **CATAVENTOS** - Revista de Extensão da Universidade de Cruz Alta - Unicruz ISSN: 2176-4867 – ANO 5, N. 01, 2013. Disponível em: <http://revistaelectronica.unicruz.edu.br/index.php/Cataventos/article/view/417/254>. Acesso em março de 2016.

SILVA, A. F.; MARTINS, T. C. O REUNI no contexto de expansão das Universidades federais de 2003 a 2012. **XIV Colóquio Internacional de Gestão Universitária - CIGU** - A gestão do conhecimento e os novos modelos de Universidades. Florianópolis, 2014.

Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/131935/2014-280.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em maio de 2016.

SOUSA, A. L. L. **A história da Extensão Universitária**. Alínea, 2010. 140p.

SOUZA NETO, J. C. Centro de Cultura e Extensão, um território de construção do conhecimento e da solidariedade. In: **Extensão universitária: uma construção de solidariedade**. João Clemente de Souza Neto, Maria Luiza Guarnieri Atil. (org.) – São Paulo: Expressão & Arte, 2005.

TENÓRIO, N. C. O Ensino no Brasil: da República Velha à Reforma Francisco Campos - Uma releitura. **Revista Espaço Acadêmico** - n. 92 - Janeiro de 2009 - Ano VIII - ISSN 1519.6186. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/092/92tenorio.htm>. Acesso em abril de 2016.

UNIVERSIDADE Federal da Bahia. **Resolução n.º 01**, de 25 de fevereiro de 2013. Regulamenta o aproveitamento da Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade (ACCS) para integralização curricular dos Cursos de Graduação e Pós Graduação da Universidade Federal da Bahia. Disponível em: https://www.ufba.br/sites/devportal.ufba.br/files/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2001.2013_0.pdf. Acesso em fevereiro de 2017.

UNIVERSIDADE Federal de Alagoas – UFAL. Pró-Reitoria de Extensão. **Guia para curricularização da extensão na UFAL**. 2016. Disponível em: <http://www.ufal.edu.br/extensao/documentos/guia-curricularizacao-da-extensao-na-ufal>. Acesso em fevereiro de 2016.

UNIVERSIDADE Federal de Pelotas. **Resolução COCEPE n.º 06**, de 03 de março de 2016. Dispõe sobre o Regulamento da curricularização de extensão em cursos de Graduação da Universidade Federal de Pelotas - UFPel, e dá outras providências. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/scs/files/2016/03/Resolu%C3%A7%C3%A3o-COCEPE-062016.pdf>. Acesso em fevereiro de 2017.

UNIVERSIDADE Federal de Santa Maria. Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. **Manual de dissertações e teses da UFSM**: estrutura e apresentação. Universidade Federal de Santa Maria, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Sistema de Bibliotecas da UFSM, Editora da UFSM. - Santa Maria: Ed. da UFSM, 2015. 88p.

UNIVERSIDADE Federal de Viçosa. **Histórico do Curso de Graduação em Agronomia**. Disponível em: http://www.agn.ufv.br/?page_id=5. Acesso em maio de 2016.

UNIVERSIDADE Federal do Cariri. **Anexo X da Resolução N.º 01/2014/CONSUP/UFCA**. Regulamenta o Programa de Integração de Ensino e Extensão (PEEX), no âmbito da Universidade Federal do Cariri. Disponível em: <https://www.ufca.edu.br/portal/documentos-online/resolucoes-29/consup-8/3060-anexo-x-da-res012014regulamento-do-peex/file>. Acesso em fevereiro de 2017.

_____. **Resolução n.º 01/2014** - CAMEX, de 08 de setembro de 2014. Dispõe sobre as orientações para integração curricular da extensão nos projetos de cursos. Disponível em:

<https://www.ufca.edu.br/portal/documentos-online/resolucoes-29/proex-resolucao-1/1291--904/file>. Acesso em fevereiro de 2017.

UNIVERSIDADE Federal do Rio de Janeiro. **Resolução CEG n.º 02/2013**. Regulamenta o registro e a inclusão das atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação da UFRJ. Disponível em:

http://pr1.ufrj.br/images/stories/_pr1/CEG/Resolucoes/CEG2013_02.pdf. Acesso em fevereiro de 2017.

_____. **Resolução CEG n.º 03/2014**. Autoriza a criação e inserção nos currículos de graduação de disciplinas de natureza mista. 2014a. Disponível em:

http://pr1.ufrj.br/images/stories/_pr1/CEG/Resolucoes/CEG2014_03.pdf. Acesso em fevereiro de 2017.

_____. **Resolução CEG n.º 04/2014**. Altera e Complementa a Resolução CEG 02/2013. 2014b. Disponível em:

http://pr1.ufrj.br/images/stories/_pr1/CEG/Resolucoes/CEG2014_04.pdf. Acesso em fevereiro de 2017.

_____. **Resolução CEG n.º 08/2014**. Estabelece normas e critérios para o

desenvolvimento na Carreira de Magistério Federal da UFRJ. 2014c. Disponível em:

http://www.consuni.ufrj.br/images/Resolucoes/Resolu%C3%A7%C3%A3o_n%C2%BA_08_de_2014.pdf. Acesso em fevereiro de 2017.

UNIVERSIDADE Federal do Vale do São Francisco. **Resolução n.º 08/2015**. Altera as

Normas Gerais de Funcionamento do Ensino de Graduação da Univasf. Disponível em:

www.proen.univasf.edu.br/wp-content/uploads/2016/04/resolucao_8-2015-7.doc. Acesso em fevereiro de 2017.

VASCONCELOS, M. L. M. C. In: **Extensão universitária: uma construção de**

solidariedade. João Clemente de Souza Neto, Maria Luiza Guarnieri Atil. (org.) – São Paulo: Expressão & Arte, 2005.

XAVIER, O.S. & FERNANDES, R. C. A. **A Aula em Espaços Não-Convencionais**. In:

VEIGA, I. P. A. *Aula: Gênese, Dimensões, Princípios e Práticas*. Campinas:

Papirus Editora. 2008.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução Ana Thorell; Revisão técnica Cláudio Damacena. – 4. ed. – Porto Alegre: Bookman, 2010. 248p.

APÊNDICE A – ROTEIROS DAS ENTREVISTAS

Temáticas abordadas	Respondentes		
	Gestores	Extensionistas outros Campi	Docentes do curso
Extensão universitária • Conhecimento, impactos, importância	•	•	•
A extensão na formação do aluno • Como é vista, importância	•	•	•
Função social da universidade • Existência, importância, operacionalização	•	•	•
Participação em projetos de extensão • Motivações, importância, dificuldades		•	•
Normativas da instituição sobre extensão • Conhecimento e possibilidade de mudanças	•	•	•
Indissociabilidade ensino-pesquisa e extensão • Existência e operacionalização	•	•	•
Flexibilização curricular (LDB) • Existência, importância, operacionalização	•	•	•
O PNE e a estratégia 12.7 • Conhecimento, preparação e implementação	•	•	•
Formas de implementação • Existência, ações positivas		•	•
Organização da instituição • Ações realizadas, cronograma, planejamento	•		
A curricularização da extensão no curso • Importância, formas de implementação			•